

Sexta-feira, 10 de Fevereiro de 1978



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1977-1978)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 1978

Presidente: Ex.º Sr. António Jacinto Martins Canaverde

Secretários: Ex.º Srs. Alfredo Pinto da Silva
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMARIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 40 minutos.

Prosseguiu o debate sobre o Programa do II Governo Constitucional, tendo-se registado intervenções do Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos) e do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Luis Saias) e dos Srs. Deputados Maria Alzira de Lemos (PS), Amândio de Azevedo (PSD), Acácio Barreiros (UDP), Vital Rodrigues (Indep.), Dieter Dellinger (PS), Vítor Louro (PCP), Marques Mendes (PSD), Ribeiro e Castro (CDS), Mendes Godinho (PS), Jorge Lemos (PCP) e José Luis Nunes (PS).

Usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, formular protestos ou contraprotestos e dar esclarecimentos, os Srs. Deputados Teodoro da Silva (PSD), Carlos Brito (PCP), Marcelo Curto (PS), Carlos Lage (PS), Cunha Leal (PSD), Furtado Fernandes (PSD), José Luis Nunes (PS), Marques Mendes (PSD), Lopes Cardoso (Indep.), Magalhães Mota (PSD), Amaro da Costa (CDS), Angelo Correia (PSD), António Rebelo de Sousa (PSD), Maria Emilia de Melo (PS), Carvalho Cardoso (CDS), Mendes Godinho (PS), Sérvelo Correia (PSD), Igrejas Caeiro (PS) e Jorge Lemos (PCP), a alguns dos quais responderam os oradores nas partes respectivas.

Foi lido ainda, pelo Sr. Deputado António Macedo (PS), um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de um Deputado do Partido Socialista.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Albano Pereira da Cunha Pina.

Alfredo Pinto da Silva.
 Alvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Macedo.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Magalhães da Silva.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando F. C. Pereira Bacelar.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Benjamim Nunes Leitão de Carvalho.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Ermílio Rui Peixoto Vilar.
 Etelevina Lopes de Almeida.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Abel Simões.
 Fernando João Nogueira de Carvalho.
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Francisco do Patrocínio Martins.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João da Silva.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 José Ferreira Dionísio.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís José Godinho Cid.

Manuel Augusto de Jesus Lima.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Manuel Pereira Dias.
 Manuel Tito de Morais.
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.
 Maria Jesus Simões Barnoso Soares.
 Maria Teresa Magalhães Vidalgal.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Pedro Santos Coelho.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Serafim Olindo Ramos Bastos.
 Telmo Ferreira Neto.
 Teófilo Carvalho dos Santos.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barroso Marques de Figueiredo.
 Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Américo de Sequeira.
 António Egídio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Armando António Correia.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeira da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Manuel Ferreira.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henrique Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Manuel Valentim Pereira Vilar.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.
 Ângelo Alberto Rivas da Silva Vieira.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António João Piatacchini Gomes Moita.
 António Simões Costa.
 Domingos da Silva Ferreira.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Gomes de Abreu de Lima.

João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 José Cunha Simões.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.
 Luís Esteves Ramires.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Rui Mendes Tavares.
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Matos Zuzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim S. Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Gonçalves.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel Pereira Franco.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Faílão.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Independentes

António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 141 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 40 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos prosseguir o debate sobre o Programa do II Governo Constitucional.

Têm a palavra a Sr.ª Deputada Maria Alzira de Lemos para uma intervenção.

A Sr.ª Maria Alzira de Lemos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O meu propósito de intervir neste debate liga-se com o interesse que para mim têm dois pontos do Programa do Governo

que, embora não estando relacionados entre si, merecem, pela importância que têm, ser aqui abordados. Refiro-me à política de emigração e à política da condição feminina.

Começo pela política de emigração, como porta-voz que sou de portugueses que trabalham na Europa, para aqui exprimir o seu sentir quanto à política prosseguida pelo I Governo Constitucional, e para analisar o Programa agora em discussão à luz das suas aspirações que me foram dadas a conhecer pelos contactos que com eles tenho mantido.

Antes de mais desejo aqui sublinhar que tem sido sentida como muito positiva, de um modo geral, a orientação dada pelo I Governo Constitucional à política de emigração como parte integrante da política externa portuguesa e encarada sob forma global e não apenas sectorial.

Os emigrantes que tive ocasião de contactar congratulam-se com os resultados alcançados no que diz respeito às convenções e acordos bilaterais assinados e reconhecem como positivas as acções desenvolvidas no quadro das organizações internacionais, assim como as prosseguidas na defesa dos direitos já adquiridos pelos emigrantes.

Reconhece-se também que ao nível da legislação interna foram tornadas na vigência do I Governo Constitucional, não só pelo Governo mas também por esta Assembleia, iniciativas importantes em benefício dos emigrantes, nomeadamente no sector do ensino e em matéria fiscal e de facilidades bancárias.

Pela leitura do Programa agora em análise é-me grato constatar que esta política iniciada e desenvolvida pelo I Governo Constitucional vai prosseguir decisivamente indo ao encontro das aspirações sentidas pelos nossos compatriotas no estrangeiro.

Assim, apontam-se como objectivos do Governo o de velar pelo integral cumprimento dos acordos de emigração já estabelecidos, negociar ou renegociar novos acordos, e continuar a desenvolver a sua acção a nível das organizações internacionais.

Sublinha-se a importância dada ao projecto de intensificar a informação aos emigrantes, assim como o desenvolvimento de acções culturais e do ensino de Português no estrangeiro.

Está também prevista a intensificação do apoio social e jurídico à emigração através de maior eficácia dos serviços consulares.

Estas medidas, previstas no Programa do II Governo Constitucional, respondem a efectivas carências repetidamente denunciadas pelos núcleos de emigração, pelo que a sua urgente implementação exige uma adequada dotação financeira, que se aguarda seja devidamente considerada no orçamento dos departamentos respectivos.

A referência feita à eficácia dos serviços consulares deverá igualmente visar, para além do apoio social e jurídico, uma melhoria do seu próprio funcionamento administrativo de que depende o quotidiano do emigrante.

Para além disto, é meu dever comunicar ao Governo algumas outras aspirações dos emigrantes, que não vejo mencionadas expressamente no Programa, e que exigem a eficiente cooperação entre a Secretaria de Estado de Emigração e outros depar-

tamentos do Governo, tais como os da Justiça e da Economia, nomeadamente.

Assim, entende-se como desejável que no quadro do planeamento nacional, e tendo em vista o desenvolvimento regional, seja tomado em consideração o valor potencial do emigrante como investidor, pondo igualmente ao serviço da reconstrução da economia do País a formação profissional por eles adquirida nos países em que trabalham.

Por outro lado, no âmbito dos problemas jurídicos que se podem considerar os emigrantes que seria importante que fossem tomadas iniciativas para a negociação de convenções que assegurassem o reconhecimento directo das sentenças dos tribunais estrangeiros em Portugal (casos de divórcio, pensões alimentares, etc.) para obviar a demoras e às consequentes complicações.

Com o mesmo objectivo deveria também o Governo tentar simplificar os trâmites burocráticos na transcrição de actos civis celebrados nos consulados (casamentos, nascimentos, etc.), sugerindo-se o envio directo às conservatórias sem passar pela Conservatória dos Registos Centrais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Peço licença agora para chamar a vossa atenção para outro ponto do programa que considero de extrema importância.

O Sr. Primeiro-Ministro, na apresentação do Programa do Governo agora em discussão nesta Assembleia, ao justificar a razão da colocação da matéria contida sob a epígrafe da condição feminina, no capítulo III, sublinhou a sua importância como um dos objectivos do Governo, que visam antes de mais a consolidação do Estado democrático.

Concordamos inteiramente com esta visão da problemática contida sob aquela epígrafe.

Em primeiro lugar, seria impensável considerar como política sectorial as condições necessárias para que mais de metade da população, as mulheres, possam participar na consolidação do Estado democrático.

Efectivamente, essas condições têm como finalidade criar mecanismos que garantam a todos os cidadãos a igualdade legal e social — o que é um imperativo da Constituição — e têm incidência em todas as áreas de que se ocupam os departamentos do Estado, nomeadamente aqueles que dizem respeito ao trabalho, à educação, à família, à segurança social, à saúde e à justiça.

Sem querer entrar na análise pormenorizada dos objectivos fixados nesta parte do Programa, é meu propósito salientar que eles não se destinam apenas, o que seria de justiça, a satisfazer as legítimas esperanças daquela parte da população que, apesar do estabelecido na Constituição, continua na prática a sofrer as consequências da discriminação que as afecta por serem mulheres.

Mas, todos temos de estar conscientes de que o que está em causa, o que está subjacente às medidas aqui programadas, é a instauração de novas relações a estabelecer numa nova sociedade que se quer mais justa; são novas responsabilidades a atribuir não só às mulheres como aos homens, à sociedade no seu conjunto, no tocante ao futuro a construir para as crianças de hoje que serão os

homens e as mulheres de amanhã. A estas devem ser asseguradas iguais oportunidades para o acesso a uma vida mais feliz e mais humana. Está em causa a própria qualidade de vida. O Governo tem consciência de que para a construção dessa nova sociedade que queremos, e que passa pela consolidação do Estado democrático, não pode prescindir do contributo das mulheres.

Isto é aliás reconhecido a nível dos organismos internacionais — Nações Unidas e Comunidade Europeia —, que têm multiplicado os seus esforços nesse sentido. Não é hoje lícito a nenhum homem nem a nenhuma mulher que deseje um mundo melhor desinteressar-se deste problema.

O I Governo Constitucional lançou as bases, que permitem caminhar para alcançar os objectivos desejados, ao cumprir as promessas do seu programa, institucionalizando a Comissão da Condição Feminina; cabe-lhe agora dotá-la, cada vez mais, de meios eficazes de intervenção e de acção.

O I Governo Constitucional ao apresentar nesta Assembleia a proposta de lei de modificação do Código Civil, que alterou profundamente a legislação que regula o direito de família e que foi aqui aprovada, colocou Portugal na vanguarda dos Estados que se preocupam com a protecção da família, não como célula base dos regimes autoritários que a sujeitam a um chefe, mas dando-lhe condições legais para que no seu seio se criem verdadeiras relações de solidariedade entre os seus membros, em co-responsabilidade e no diálogo que permita o desejado desenvolvimento da personalidade de cada um.

Para concretizar e tornar possível a aplicação no quotidiano da esta legislação, neceário se torna que sejam desenvolvidas as medidas que constam do Programa do II Governo Constitucional, às quais damos a nossa inteira aprovação e apoio, e que serão compreendidas e apoiadas pelo povo português se se lhes der a divulgação que merecem.

De entre as acções que pelo Programa competem à Condição Feminina destacamos pela sua importância as que se referem à coordenação das iniciativas a prosseguir quanto ao Ano Internacional da Criança, proclamado pelas Nações Unidas, para 1979, que deverá contar com a colaboração de todos os departamentos governamentais, assim como de todas as organizações interessadas em sensibilizar os cidadãos para os direitos das crianças, a fim de que estas deixem de ser as vítimas inocentes de tantas injustiças que todos, e cada um de nós, temos de ajudar a abolir da sociedade em que vivemos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Theodoro da Silva.

O Sr. Theodoro da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo de ouvir com muito interesse a intervenção da Sr.^a Deputada Alzira, que há algumas semanas nos disse aqui que os emigrantes tudo suportam, quando a verdade é que os emigrantes não suportam tudo. Portanto, gostaria de perguntar à Sr.^a Deputada Alzira, que representa o partido do Governo, o que é que o Governo pretenderá fazer, ou se tem alguma política já estabelecida, no que

diz respeito aos horários dos consulados, no sentido de eles melhor servirem os interesses dos emigrantes. Os consulados continuam a funcionar dentro das horas normais de expediente, que são as horas que os emigrantes empregam para ganhar a sua vida. Há consulados e há pessoal consular que estão dispostos a trabalhar em fins-de-semana. Tem ou não o Governo já estabelecida uma política para que esses horários sirvam melhor os interesses dos emigrantes?

A Sr.^a Deputada sabe que se continuam a utilizar nos consulados, nos emolumentos, câmbios que estão completamente distorcidos e desactualizados. O franco continua a ter nos consulados o valor de 5\$, quando na realidade ele tem um valor superior a 8\$. Para onde vai essa diferença entre o câmbio consular e o oficial?

A Sr.^a Deputada sabe que todos os emigrantes do Brasil que têm de vir a Portugal são obrigados a um depósito compulsório, que acaba de ser aumentado esta semana de 16 mil para 24 mil cruzeiros. O que é que concretamente o Governo do PS já fez nesse sentido ou que medidas é que o Governo do PS que continua, agora coligado, vai tomar em relação a esta questão.

A Sr.^a Deputada sabe também que, fruto do trabalho duro dos emigrantes, há dezenas de milhares de contos investidos na Torralta e na J. Pimenta. A Sr.^a Deputada pode dizer-me qual é a política do Governo para dar justa satisfação a esses investimentos que os emigrantes têm aqui, eles que nos últimos anos não viram nenhuma medida do Governo no sentido de dar satisfação às suas legítimas reclamações nesse aspecto?

Muitas más perguntas havia a fazer, mas parece-me que o Programa do Governo neste aspecto dos interesses dos emigrantes, como outros, continua a ser bastante vago.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Queira responder, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Maria Alzira de Lemos (PS): — Sr. Deputado Theodoro, primeiro que tudo, quero dizer-lhe que não me chamo Deputada Alzira, pois tenho um nome e um apelido. Portanto, agradecia que quando se me dirigisse me chamassem Alzira de Lemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Em segundo lugar, devo dizer-lhe que não sou Secretário de Estado da Emigração para lhe responder detalhadamente às perguntas que me fez. De facto, como lhe digo, esses detalhes dependem directamente da acção da Secretaria de Estado da Emigração e, embora eu seja Deputada do Partido do Governo, como o Sr. Deputado disse, não sou Secretário de Estado da Emigração, pelo que não posso responder a essas perguntas muito concretas que me fez. O que lhe sei dizer é que, pela leitura que fiz — e que o Sr. Deputado com certeza também fez — do Programa do II Governo Constitucional, estou confiante, assim como os trabalhado-

res portugueses que aqui represento, no prosseguimento da política do Governo no sector da emigração.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo para uma intervenção.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Na parte respeitante ao trabalho, emprego e formação profissional, o Programa do Governo agora em debate apresenta algumas inovações em relação ao Programa do I Governo Constitucional, acolhendo determinados aspectos de propostas concretas oportunamente feitas pelo PSD no debate deste último programa e na resposta dada ao memorando apresentado pelo Governo aos partidos no mês de Dezembro do ano passado.

Importa destacar, em primeiro lugar, a afirmação expressa de que a estabilização das relações de trabalho — que é sem dúvida uma condição indispensável para a execução de um projecto de recuperação da economia nacional — passa pela concretização de uma política social que de alguma forma compense os trabalhadores e a população em geral dos sacrifícios que lhes irão ser pedidos. Como se diz na resposta do PSD ao memorando, desenvolvendo esta ideia, os efeitos da crise económica e de algumas medidas de austeridade inevitáveis deverão ser contrabalançados por um conjunto articulado de providências, que impeçam que o grosso dos custos seja suportado pelos estratos mais débeis da nossa sociedade e que assegurem a todos os cidadãos o mínimo necessário à sua subsistência.

Daqui decorre, como reconhece o Programa do Governo na sequência do referido documento do PSD, a necessidade de uma justa e criteriosa distribuição do rendimento social, através de uma política de rendimentos e preços que garanta ao mesmo tempo a estabilidade económica e financeira das empresas e o salário real dos trabalhadores, sem deixar de prosseguir uma melhor repartição pessoal e funcional do rendimento.

O Programa do Governo segue ainda a resposta do PSD ao memorando quando começa por referir, entre as medidas a tomar em 1978, o esforço de manutenção da paz social e de estabilização das relações de trabalho com base na mobilização e responsabilização dos parceiros sociais para a obtenção de um acordo ou contrato social, com especial relevância no domínio dos preços e rendimentos, da contratação colectiva e na resolução dos conflitos de trabalho. Acrescentaria apenas que este acordo, para os sociais-democratas, terá de ser muito mais um acordo entre os parceiros sociais do que um acordo entre o Governo, por um lado, e os parceiros sociais, por outro, ainda que nele deva ser definido como se diz na resposta ao memorando, não só o travejamento fundamental dos direitos e deveres de ambas as partes, mas também o grau de intervenção do Estado enquanto representante do interesse geral.

De qualquer modo, o Governo terá sempre um papel muito importante a desempenhar no processo conducente a este acordo, quer promovendo a sua celebração quer, sobretudo, fornecendo aos parceiros sociais os necessários dados de orientação que lhes

permitam conhecer com a devida clareza e segurança as grandes linhas da política a seguir nos domínios que interessam directamente às empresas e aos trabalhadores. Se qualquer dos parceiros sociais assinar um acordo mais por influência ou pressão do Governo do que pela convicção livre e segura de que ele representa a melhor transacção possível entre os respectivos interesses em conflito, não será lícito ter muita fé na sua aplicação prática e na sua duração. A nossa experiência desde o 25 de Abril de 1974, como a experiência de outros países democráticos, mostra claramente que o Estado não deve arvorar-se em juiz ou árbitro dos conflitos que naturalmente se vão desenhandando entre os parceiros sociais. Nesta matéria, além da já referida obrigação de fornecer os indispensáveis dados de orientação e de promover o acordo entre os parceiros sociais, a tarefa específica do Estado, aliás de importância fundamental, será antes a de criar as condições necessárias, mediante legislação adequada, para que um e outro possam defender, com meios e forças tanto quanto possível equilibrados, os legítimos interesses daqueles que representam. Só assim se poderá chegar a uma composição pacífica, justa e digna dos conflitos sociais e impedir que o mais forte, contra os interesses da comunidade e, em última análise, contra os seus próprios interesses, venha a impor em menor ou maior grau a sua vontade ao mais fraco.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não parece difícil, de resto, com acções persistentes e esclarecidas, convencer os trabalhadores e os empresários de que, numa sociedade democrática, os seus interesses se não realizam com a derrota ou o esmagamento do adversário, mas antes através de uma composição justa dos respectivos interesses em conflito.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que isto não exclui o justo e necessário empenhamento dos trabalhadores, que o PSD apoia e promove, em intervirem cada vez mais activamente na vida das empresas, exercendo o controlo de gestão e participando, através de representantes por si eleitos, nos respectivos órgãos no desenvolvimento dum processo que poderia iniciar-se desde já nas grandes empresas do sector público.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não podemos deixar de lamentar, por estas razões, que as medidas legislativas propostas pelo PSD na sua resposta ao memorando, destinadas a definir um quadro legal justo e equilibrado para as relações de trabalho nos diversos aspectos ou ângulos por que podem ser encaradas, se não encontram prevista no Programa do Governo ou sejam aí referidas em termos tão vagos que não é possível saber, desde já, qual vai ser o respectivo conteúdo, ao menos nas suas linhas fundamentais. É que a definição clara, precisa e justa deste quadro legal é um pressuposto essencial para a desejada estabilização das relações de trabalho.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É importante, com efeito, que o Governo diga desde já se está ou não disposto, juntamente com os partidos em que se apoia, a rever a Lei da Greve e a legislação sobre despedimentos, de maneira a serem consagradas, como cremos que é imperioso que sejam, soluções mais próximas das oportunamente propostas pelo PSD.

É importante ainda que o Governo defina claramente a sua posição em face dos projectos de lei sobre associações sindicais apresentados pelo PSD e pelo PCP. Opta o Governo, e os partidos em que se apoia, pelo projecto de lei do PSD, que consagra nesta matéria os princípios do sindicalismo democrático, caracterizado pelo repúdio de qualquer ditadura política, pela liberdade sindical, pela democraticidade interna, e pela independência dos sindicatos em relação ao Estado, ao patronato e aos partidos políticos? Ou prefere o projecto de lei do PCP, que se orienta, naturalmente, por maior que seja o disfarce, pelos princípios do sindicalismo comunista (marxista-leninista), que concebe os sindicatos como «alavancas», «conrelas de transmissão» ou instrumentos do partido, autopropagado vanguarda da classe trabalhadora, e visa a instauração de uma ditadura do proletariado?

É importante do mesmo modo que o Governo informe esta Assembleia se vai renovar, sem lhe introduzir qualquer alteração, a proposta de lei n.º 56/I, que cria o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão (INEA) e a proposta de lei n.º 60/I, que estabelece as normas relativas ao funcionamento das empresas em autogestão. Pensamos, com efeito, que estas propostas de lei estão muito longe de assegurar a defesa dos legítimos interesses e direitos dos trabalhadores e dos empresários, sobretudo a segunda, que permite a adopção pelo Governo, sem possibilidade de controlo judicial, de soluções praticamente idênticas às consagradas no projecto de lei n.º 41/I do PCP sobre a mesma matéria, e que determina pura e simplesmente a expropriação de todas as empresas em autogestão.

Na mesma ordem de ideias, afigura-se-nos particularmente grave que o Programa do Governo só inscreva nas medidas a tomar em 1979 o «aperfeiçoamento das relações colectivas de trabalho numa perspectiva de concertação social e de uma cada vez menor intervenção administrativa», quando é certo que o Programa do I Governo Constitucional afirmava o propósito de elaborar projectos de alteração das normas vigentes sobre esta matéria até 30 de Outubro de 1976.

O Governo não pode desconhecer, de resto, que se encontra há mais de um ano na Assembleia da República o projecto de lei n.º 30/I sobre contratação colectiva, apresentado pelo PCP, que não merece a concordância do PSD, por se afastar claramente dos princípios atrás enumerados, e cremos que não merecerá também a concordância do Governo nem do PS e do CDS. Tem de reconhecer-se, com efeito, que a deseável paz social, imprescindível para a recuperação económica, passa em grande parte pelo estabelecimento de um regime justo e equilibrado para o processo de contratação colectiva, que assegure nomeadamente o máximo de garantias à livre formação e expressão da vontade negocial das duas partes, que preveja mecanismos preventivos da dilacção das negociações, que evite a radicalização precoce

dos conflitos e estabeleça, para a hipótese de surgir, a forma ou formas de a superar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O sistema de contratação colectiva actualmente em vigor está muito longe de corresponder a estes objectivos e é responsável, além do mais, pelo aumento das disparidades sectoriais, profissionais e regionais em matéria de remuneração e até pela diminuição do poder de compra das classes trabalhadoras, traduzida na degradação dos salários reais. E se nos lembarmos de que na generalidade das questões que acabámos de enunciar a posição do CDS é muito distante da do PS, chegando em muitos casos a situar-se no pólo oposto, como pode compreender-se, no silêncio do Programa, qual vai ser a linha de orientação do Governo? Manter-se-ão, nomeadamente, as leis e as normas aprovadas apenas com os votos do PS e do PCP e com o voto contrário do CDS? E vai o CDS aprovar agora propostas de lei que até há pouco mereciam a sua oposição frontal? Como poderá acreditar-se assim na coerência do Programa e dos partidos que o elaboraram e o apoiam?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Isso é um problema nosso!

No tocante à legislação laboral, merece reparo ainda o facto de não haver no Programa deste Governo qualquer referência à regulamentação do trabalho doméstico e do trabalho rural, prometida no programa do Governo anterior até 15 de Outubro de 1976 e de se prever apenas, durante o ano de 1978, o prosseguimento dos estudos em curso sobre a legislação laboral em vigor, visando estabelecer um conjunto coerente de legislação, depois de se ter prometido a revisão da legislação sobre contrato individual de trabalho, associações sindicais e profissionais, segurança no trabalho e risco profissional até final de 1976.

Diz o Governo na página 9 do seu Programa que não pode fazer tudo, que não pode, nomeadamente, trabalhar pelos trabalhadores, ensinar pelos professores, estudar pelos estudantes.

Temos que lhe responder que não consideramos justa a acusação implícita que aqui é feita e que, de qualquer modo, é ao próprio Governo que cabe a maior quota de responsabilidade pelo facto de haver trabalhadores que não trabalham, professores que não ensinam e estudantes que não estudam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que os trabalhadores, professores, estudantes, e cidadãos em geral podem dizer, sem qualquer receio de contestação, é que não podem governar pelo Governo nem suprir inteiramente, pelo seu esforço e dedicação, a incompetência e ineeficácia de que, de um modo geral, o Governo socialista deu provas e, tudo leva a crer, o novo Governo continuará a dar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de política de emprego, parecem-nos claramente insuficientes, quer o objectivo da manutenção global do emprego quer as medidas previstas para o realizar. Não podemos admitir que o Governo se conforme com a taxa de desemprego altamente preocupante que se vai consolidando — se é que não tem aumentado — não só porque se deixa de apoiar uma parte substancial da população activa mas também e sobretudo pelo cortejo de discriminações, injustiças e até miséria moral e material de que os desempregados são vítimas, em especial os mais jovens e os mais idosos. Na ausência de um seguro social digno desse nome, os custos sociais e humanos de tão elevada taxa de desemprego são de tal ordem que se torna imperioso adoptar medidas excepcionais e urgentes, para a fazer descer para nível social e economicamente mais aceitável.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Para tanto, e para além das medidas, que não passam de paliativos, previstas no Programa do Governo, o PSD considera indispensável lançar um plano nacional de emprego, em que se contemple designadamente a situação dos jovens desempregados, através de investimentos adequados, intensivamente criadores de postos de trabalho, a definição de um horário de trabalho nacional dirigido no sentido da sua redução a quarenta horas semanais e a concepção e execução de uma política dinâmica de formação profissional nas suas várias modalidades de aprendizagem, qualificação, reciclagem, reconversão, reabilitação e aperfeiçoamento profissionais, tendo em vista a mais perfeita adequação da oferta à procura no mercado de trabalho e o pleno desenvolvimento das capacidades e inclinações de cada cidadão.

Importa ter em conta, todavia, que uma das causas mais importantes da elevada taxa de desemprego reside no facto de o Governo cessante nunca ter inspirado a necessária confiança aos investidores privados, sabido como é que da iniciativa privada depende a grande maioria dos postos de trabalho no nosso país.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — As medidas propostas pelo PSD poderão, assim, perder a sua eficácia se se mantiver no poder um Governo como este que dá como garantia a acção governativa do Governo cessante — que todos sabemos ter sido desastrosa — e o perfil político do Partido Socialista, caracterizado precisamente pela constante ambiguidade, sobretudo no que respeita ao papel a desempenhar pelo sector privado na nossa economia. Nada se dizendo a este respeito do CDS, parece confirmar-se que se limita a ser garante da maioria parlamentar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Resta-nos fazer referência, para terminar, à formação profissional, tratada com algum relevo e com autonomia no Programa do Governo, quando no do anterior lhe eram dedicadas, de passagem, umas escassas cinco linhas. Verifica-se assim que algum efeito tiveram, embora limitado e muito

retardado, as fundadas e desenvolvidas críticas que o meu colega de bancada Furtado Fernandes teve a oportunidade de fazer, a este respeito, ao Programa do I Governo Constitucional. Não podemos deixar de nos regozijar pelo acolhimento que mereceram algumas das nossas propostas, reproduzidas no seu espírito e até, por vezes, na sua letra. Receamos, todavia, que as medidas anunciadas não cheguem a sair do campo das boas intenções, já que não existem nem se prevê que venham a ser criadas as necessárias estruturas legais e funcionais, que já se encontravam, de resto, em adiantada fase de estudo no momento em que cessou funções o VI Governo Provisório.

Com efeito, a definição e execução duma verdadeira política de formação profissional aponta necessariamente, como afirmou Furtado Fernandes, para a existência de um departamento dotado dos poderes e meios necessários para a dinamização e coordenação das múltiplas entidades que têm competência para actuar no campo da formação profissional.

Impõe-se, do mesmo modo, a publicação de um conjunto de diplomas legais sobre esta matéria, a começar por uma lei geral de formação profissional, onde se consagrem os principais fundamentais da política de formação profissional, a desenvolver noutras diplomas, como o Estatuto de Aprendizagem, único previsto no Programa do Governo.

Não atendendo a estas exigências, o Programa do Governo encarou a formação profissional, numa visão estreita e profundamente errada, apenas como meio de adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho. Sem negarmos a importância deste objectivo, sobretudo tendo em conta a elevada taxa de desemprego, não podemos deixar de afirmar que a formação profissional, para nós sociais-democratas, tem objectivos muito mais amplos, visando nomeadamente o pleno desenvolvimento da capacidade e das inclinações de cada cidadão e a eliminação do fosso cada vez mais largo que separa os trabalhadores formados em escolas superiores e os não formados. Aqueles estão a ocupar em número crescente os lugares a que estes antes tinham acesso, agravando-se assim a desigualdade de oportunidades entre os que optam pela formação profissional nas empresas — muitas vezes porque não têm outra alternativa — e aqueles que frequentam escolas médias ou superiores. Daqui deriva que a formação profissional tem de ser integrada, em posição de igualdade, no sistema geral de ensino, devendo assegurar-se a possibilidade de mudança entre os cursos de natureza diferente e o acesso de todos ao mais alto escalão ao nível do ensino superior.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma política de formação profissional bem orientada, ao mesmo tempo que reforça a garantia efectiva dos postos de trabalho e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, contribui decisivamente para a modernização da economia, para a humanização do trabalho e para uma participação cada vez mais activa e responsável dos trabalhadores na vida das empresas.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É por estas e outras vias análogas, algumas das quais deixámos enumeraladas, que se constroi, mesmo em épocas de crise, o socialismo democrático, introduzindo na sociedade portuguesa as reformas que se mostram necessárias para que todos participem em condições de progressiva igualdade na vida política, económica, social e cultural, para que seja realmente eliminada toda a forma de exploração do homem pelo homem e do homem pelo Estado com todo o seu cortejo de discriminações e injustiças sociais.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Surpreende-nos, por isso, que o actual Governo, pela voz do Primeiro-Ministro, tenha afirmado que o objectivo da construção do socialismo se encontra, por agora, inteiramente posto de lado. Estará aqui a grande concessão ao CDS ou será que para este Governo, de acordo com a boa doutrina marxista, o socialismo só se consegue com a colectivização total dos meios de produção?

Aplausos do PSD

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, suponho, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, é para um muito breve protesto.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do PCP, protesto contra o facto de o Sr. Deputado Amândio de Azevedo se ter aprovado deixa debate sobre o Programa do Governo para apresentar uma versão deformada, adulterada, caluniosa de projectos de lei do PCP que muito tem breve serão objecto de debate próprio aqui no Plenário da Assembleia da República.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Queiro, no entanto, significar que as referências feitas pelo Sr. Deputado resultam em publicidade gratuita a projectos de lei do PCP em matéria de defesa dos interesses dos trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Também para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — O Sr. Deputado Amândio de Azevedo fez uma exposição que eu poderei dizer uma exposição cheia de ziguezagues porque não se comprehende muito bem se está a fazer perguntas ao Governo, se está a criticar o Programa do Governo, se está a fazer perguntas aos grupos parlamentares ou se está a fazer críticas a posições dos grupos parlamentares.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Desejava pois fazer-lhe uma única pergunta.

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo pergunta ao Governo se vai rever a Lei da Greve, pergunta ao Governo se vai rever a legislação sobre os despedimentos, pergunta ao Governo qual é a sua opção sobre os dois projectos de lei sindical. Eu pergunto, pois, ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo se acha que o Governo tem neste campo alguma iniciativa privilegiada e se é ao Governo, efectivamente, que se deve dirigir e não aos grupos parlamentares.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Laje.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedi a palavra para uma explicação à Câmara a propósito da intervenção do Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

Em tom preambular, poder-se-ia dizer que o Sr. Deputado Amândio de Azevedo reivindica para o seu partido o ter uma fórmula correcta para resolver o problema e que quando os outros partidos se aproximam dessa fórmula ele canta vitória de uma forma que considero ingénua e infantil. Isso poder-se-á muito bem aproximar do contentamento que certas pessoas têm quando julgam que os seus pontos de vista foram adoptados por outros. Acho que é uma maneira inválida de contentamento e eu, francamente, acho que não fica muito bem a um deputado vir aqui a respeito do Programa do Governo, dizer que em determinados casos esse programa se aproximou das posições e dos projectos do PPD. Mas, enfim, passemos adiante.

Também não vale a pena insistir muito na crítica que o Sr. Deputado faz ao perfil político do Partido Socialista, que ele considera ambíguo, até porque todos estarmos também de que a ambiguidade está personificada no PPD, dado que o seu dirigente Scusa Franco admitiu que o PPD era um partido com duas faces.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Onde?

O Sr. Barbosa da Costa (PSD): — Coitado!

O Orador: — Aquilo que eu fundamentalmente pretendia com esta explicação à Câmara era focar uma afirmação do Deputado Amândio de Azevedo acerca da escolha que o Partido Socialista tinha que fazer entre o projecto de lei do PCP sobre associações sindicais e o projecto de lei do PPD sobre o mesmo assunto, apresentando-nos uma faca dicotómica e uma alternativa que rejeitamos, porque se de facto estes dois projectos existem, qualquer deles nos merece as mais profundas críticas e as maiores reservas. Efectivamente, não consideramos que qualquer destes projectos seja correcto para orientar as associações sindicais e para lhes definir um quadro legal. É por isso mesmo que nós queremos rejeitar aqui este tipo de alternativa, dado que o nosso projecto sindical, democrático, já foi definido há muito tempo e temos, na medida oportunidade, uma alternativa sindical para apresentar. Entretanto, queremos insistir que já em Janeiro de 1975 o Partido Socialista definiu, de maneira clara e pública, qual é a sua luta sindical e qual é a sua atitude sindical. Assim, rejeitamos uma falsa alternativa e temos

oportunidade, na discussão que se vai travar nesta Câmara, de o demonstrar.

Também relativamente à Lei da Greve e à Lei dos Despedimentos, nomeadamente relativamente à Lei da Greve, se travou nesta Câmara uma discussão ampla e profunda em que cada partido teve oportunidade de expor e defender os seus pontos de vista. Vingaram aqueles que estão consubstancialmente nessa lei e entendemos que não há motivos para vir a esta Câmara pôr em causa a Lei da Greve quando a validade do seu conteúdo ainda está por demonstrar através da experiência e quando não há ainda nenhuma experiência que invalide a definição que foi feita da Lei da Greve e que nós continuamos a defender. Pensamos que pôr constantemente em causa essas leis quando a experiência ainda não deu qualquer prova de que elas não são válidas é um processo desestabilizador.

Assim, a nossa posição sobre essa legislação e sobre a matéria sindical é clara e não aceitamos este tipo de interpelações.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra efectivamente para lavrar um protesto contra determinadas afirmações aqui produzidas pelo Sr. Deputado Carlos Laje.

Afirmou ele que, tendo colhido do discurso do nosso colega Amândio de Azevedo a ideia ou a afirmação de que o Partido Socialista era um partido ambíguo, o nosso é que era o campeão dessa ambiguidade ...

Vozes do PS: — E é!

O Orador: — ..., o que acaba de confirmar a sua bancada, e isto porque o nosso Presidente Dr. Sousa Franco havia afirmado que o nosso partido era um partido de duas faces. Quando se faz uma afirmação desta natureza abandonam-se ideias para se cair no domínio absoluto do insulto. Dizer-se que um partido é um partido de duas faces é mais do que dizer-se que é um partido ambíguo. O que o Sr. Dr. Sousa Franco afirmou é que no meu partido existem leituras não coincidentes das linhas programáticas do nosso partido.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: — Parece que o Sr. Deputado Carlos Laje conclui daí que isto constitui para nós um motivo de ambiguidade e que pela circunstância de se permitir arguir-nos dessa ambiguidade a demonstração plena de que dentro do seu partido não existem efectivamente leituras diversas do respectivo programa e eu aceito o problema *qua tale* ele o acaba de pôr porque constato afinal que dentro do seu partido existem pelas provas dadas ultimamente, muitas faces. É pois um partido de muitas faces. O Sr. Deputado Carlos Laje representa uma dessas faces.

Será a mais feliz? Será a menos feliz? Infelicidade efectivamente existirem tantas faces dentro do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo para responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Responderia ao Sr. Deputado Carlos Brito que protestou sem qualquer razão. Eu limito-me a emitir a minha opinião sobre o que é, no seu programa e na sua prática, o Partido Comunista, sobre o sentido dos seus projectos e estou no meu pleníssimo direito, como aliás o PCP tem usado largamente do direito — e já com bem menos legitimidade — de atribuir ao meu partido posições que não correspondem à realidade.

No que respeita ao Sr. Deputado Marcelo Curto, quero dizer-lhe que a minha intervenção não andou aos ziguezagues, é muito clara e muito directa. O Partido Socialista e o CDS adoptam, no Programa do Governo, ideias adiantadas pelo PSD, mas não as levam até ao fim, nomeadamente, dizendo empenhar-se na estabilização das relações de trabalho e no contrato social, não estabelecem o quadro legal indispensável para que as relações de trabalho se estabilizem e para que o acordo social se possa realizar com êxito. E eu demonstro efectivamente a necessidade de o Governo se definir em relação a toda uma série de preceitos ou diplomas legais que importa que venham a ser considerados na definição desse quadro legal.

O Sr. Deputado Carlos Laje admira-se muito de que o PSD tenha uma fórmula e se regozije quando os outros reconhecem que ela está correcta e até chama a isso ingenuidade. Não sei como compreender a sua afirmação, mas deve ser devida ao facto de o Partido Socialista, desde o início, nunca ter sido capaz de seguir na prática aquilo que diz no seu Programa.

No que respeita aos projectos de lei sobre associações sindicais, devo dizer-lhe que existe efectivamente uma diferença de fundo, muito importante, entre o projecto de lei do PSD e o projecto de lei do PCP. Ninguém pretende que o Governo diga, norma por norma, ponto por ponto, se vai estar de acordo com o PSD ou com o PCP ou se vai apresentar propostas de alteração. Mas é importante que diga, nas suas linhas fundamentais, na generalidade, qual desses dois projectos de lei merece o seu acordo. Isso é que era importante que se soubesse, para que fossem claras as relações no mundo do trabalho.

No que respeita à Lei da Greve, à Lei dos Despedimentos e a outros diplomas, lembraria apenas ao Sr. Deputado Carlos Laje que a oportunidade das interrogações que foram feitas deriva do facto de o Partido Socialista ter agora um aliado no Governo cujos pontos de vista não foram minimamente tidos em conta na votação dessas leis. Ou será que se confirma uma vez mais que o apoio do CDS ao Governo não tem qualquer influência na linha política desse mesmo Governo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Laje pede a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. Carlos Lage (PS): — Para dar uma explicação à Câmara.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Carlos Lage (PS): — O Sr. Deputado Cunha Leal confirmou o que eu tinha dito a respeito do PSD, o que agradeço muito, e, quanto ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo, insiste ele em que nós temos de fazer uma opção. Nós insistimos em que não temos de fazer qualquer opção ou escolha entre as linhas sindicais apresentadas pelo PPD e pelo PCP. É uma falsa alternativa e é uma ilusão do PPD apresentá-la, até porque o PPD não representa uma alternativa séria no sindicalismo português.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Assim, nós rejeitamos essa dicotomia, que é falsa sob o ponto de vista doutrinário, social e sindical, e pensamos que o Partido Socialista já definiu claramente qual é o seu projecto sindical e vai, na devida oportunidade, apresentar uma alternativa que se oponha a dois pontos, essencialmente errados e inaceitáveis, dos projectos de lei do PCP e do PPD. Um conduz a uma espécie de prolongamento, um tanto refinado, da unicidade sindical, através dos impedimentos que coloca esse projecto de lei à eventual constituição de novos sindicatos. O outro conduz inevitavelmente à pulverização sindical e à mais completa arbitrariedade nesse domínio. Assim, pensamos que não tem que ser o Partido Socialista a adaptar-se a qualquer um destes projectos de lei. O Partido Socialista, de harmonia com o seu Programa, com a sua doutrina e com as posições que tem assumido, vai nesta Assembleia e na votação que se irá efectuar, defender a teoria sindical que é uma linha sindical democrática, procurando defender a unidade dos trabalhadores e a sua intervenção correcta na vida económica, social e política do País.

É este o esclarecimento, que queríamos deixar muito claro, a toda a Câmara.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Amândio de Azevedo pede a palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Era só para dar um ligeiro esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Lage, dizendo-lhe que a minha intervenção se situa no pressuposto de que o Governo e os partidos que o apoiam não têm qualquer posição na matéria. Evidentemente que lhe reconheço o direito de apresentar uma outra proposta, em termos diferentes. O que é importante na minha intervenção, e creio que isso é claro para toda a gente, é que o Governo deve definir-se com os partidos que o apoiam nesta matéria importantíssima para a estabilização das relações de trabalho.

E já agora dava uma resposta que há pouco me esqueci de dar. Eu, quando falo no Programa do Governo, não posso deixar de ter em conta que o Governo é apoiado por dois partidos e que o Programa do Governo conta com certeza com a acção desses partidos na Assembleia da República para a adopção das medidas que se lhe afigurem indispensáveis

sáveis para a execução desse Programa. Isso parece-me absolutamente evidente.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Peço a palavra para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Furtado Fernandes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Lage disse, a determinada altura, que o PS entende que os trabalhadores sociais-democratas não têm uma linha sindical. Ora isto é completamente errado. Provam-no os trabalhadores portugueses que crescentemente vão voltando, para as eleições sindicais, na tendência sindical reformista social-democrata. Contrariamente, os socialistas, que já tiveram no movimento sindical uma substancial influência, vêm-na perdendo justamente devido à ambiguidade que aqui já foi salientada.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Direi também, Srs. Deputados, que de facto o PS não tem uma linha sindical desde Janeiro de 1975.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Não tem nada!

O Orador: — A prova disso foi a apresentação do chamado «Documento Gonçalva», que teve aliás um efeito altamente clarificador na definição dessa linha sindical, porque até então pactuou-se, e hoje ainda, em determinados sectores do Partido Socialista, pactua-se com a linha sindical do Partido Comunista, prestando-se por essa via um péssimo serviço à causa do sindicalismo democrático, que há que ser defendida por todos, socialistas e sociais-democratas.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes pede a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu pedia a palavra para fazer duas breves notas à guisa de esclarecimento à Câmara.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu estava convenido de que estávamos a discutir aqui um programa de Governo, mas depois da intervenção do Sr. Deputado Amândio de Azevedo fiquei convencido de que estamos a discutir um problema de direitos de autor.

Risos.

Esta é a primeira observação que faço em relação a saber de quem é que foram as propostas que foram feitas e que estão incorporadas no Programa do Governo e em que medida é que essas propostas foram feitas, em primeiro lugar, pelo PSD, pelo PS, pelo PCP ou pelo CDS. É uma questão de direitos de autor que não vem ao caso, mas que de qualquer forma serve para que o povo português fique com

a consciência do seguinte: é que nós ouvimos as razões da Oposição e não nos limitamos a rejeitá-las liminarmente sem as ouvirmos — mas isto é o tema para o meu discurso logo à tarde, portanto não me quero antecipar.

Risos do PSD.

O segundo ponto que eu queria salientar é o seguinte: é que efectivamente não deixa de ser picante ouvir um Deputado defender este princípio que, como todos os grandes princípios, é constantemente violado ...

Risos.

... os sindicatos devem ser independentes dos partidos políticos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Muito bem, de facto. Eu aplaudo com igual intensidade. Mas depois diz-se assim: O PC colabora com o Partido Comunista, portanto ...

Risos.

... Perdão, o PS colabora com o Partido Comunista — trata-se de *lapsus linguae* e não de uma opção política porque a política da pescada com o rabo na boca não é política do Partido Socialista, é a vossa política.

Risos.

O PS colabora com o Partido Comunista e fala-se na linha social-democrata do PPD, o que significa ...

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, para o nosso raciocínio se mover na imensa floresta que são as vossas intervenções é necessário, não um político, não um intérprete, mas pura e simplesmente um perito da Torre do Tombo em palimpsestos.

Risos.

Dizia eu, portanto, e por aí se confessa esta coisa clara: é que a opção partidária é neste momento fundamental, pelo menos na perspectiva dos Srs. Deputados. E depois há um ponto ainda mais importante do que todos estes, e que é o seguinte: antes de Janeiro de 1975 lembro-me de que a única campanha sindical que o PSD desencadeou foi a de que era necessário respeitar a Convenção da OIT sobre liberdade sindical. Simplesmente, o único partido que depois da manifestação da Intersindical a favor da unicidade sindical foi capaz de fazer um comício foi o Partido Socialista. E é curioso que se pode dizer o seguinte: nem todas as pessoas que estavam nesse comício eram socialistas. É verdade, nem todas seriam socialistas, mas o grande mérito histórico do nosso partido é que nestas como noutras matérias o Partido Social-Democrata vem por arrastamento.

A última nota que eu gostava de fazer era uma pergunta que não posso fazer, porque estou fora do período de perguntas, mas a que o Sr. Deputado, dentro da técnica regimental, pode responder sob a forma de protesto, e que é a seguinte: parece que

para o Sr. Deputado para se formar uma coligação é necessário que os partidos coligantes anulem toda a legislação que vem detrás. Eu pergunto se no caso de se ter formado aquilo que os Srs. Deputados desejavam ou propunham, que era um Governo maioritário do PS, do PSD e do CDS, entenderiam que a legislação feita anteriormente devia ser toda modificada e aplicadas ou consagradas as propostas que atempadamente esses partidos entendessem que deveriam fazer.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vitor Louro, está em condições de intervir?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não é para fazer nenhuma intervenção, de maneira que peço que não contem o tempo para o meu partido.

Era só para recordar que na reunião ontem feita entre os grupos parlamentares e o Governo, para garantir de certa forma um melhor processamento de todo este debate, se decidiu que, tanto quanto possível, seria feita alternadamente a ocupação da tribuna. Lembro que a última intervenção de ontem foi do meu partido, hoje intervieram já o PS e o PSD, de maneira que, na linha do que ontem se decidiu, deverão intervir agora o CDS ou o Governo.

O Sr. Presidente: — Tem razão, Sr. Deputado. Simplesmente não há inscrição nenhuma neste momento.

Pausa.

O Sr. Ministro Almeida Santos pede no entanto, a palavra.

Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados:

Julgava eu que nos encontravamo aqui para debater o Programa do Governo. Mas pelo rumo que as coisas até este momento levam, começo a pensar que me enganei. Do que fundamentalmente se trata — ou no mínimo se tem tratado — é de discutir a fórmula do Governo.

De tal sorte que se retém a impressão de que por mais excelente que o Programa fosse, por o imprestável o haveria sempre de ter oposição porque no novo executivo intervêm, ainda que parcialmente desvinculadas, algumas personalidades do CDS.

E assim, os mesmos partidos que impediram o PS de governar sozinho, fazem agora questão de que não governe acompanhado. Dizendo melhor: de que não noutra companhia que não seja a sua.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto muito, o PSD, levando ao extremo limite a sua tolerância, não iria fora de um *ménage à trois*.

Risos do PS e do PSD.

A dois, só com ele, PSD. Que o «partenaire» fosse o PS ou o CDS, não iria nisso alternativa impeditiva, não fora, quanto a este, a falta de meios, ou seja de votos.

Se me fosse consentido um pouco de humor inocente dizia que há em tudo isto uma pitada de Freud.

O grande defeito do Programa em apreço consiste, afinal, em não ter conseguido ser o do actual Governo e ao mesmo tempo o dos frustrados governos que o PC e o PSD teriam desejado que fosse.

É caso para pedirmos à Oposição que não leve tão longe as suas exigências quanto os jovens estudantes franceses de 1968 quando propunham o slogan «sejamos razoáveis e procuremos o impossível». Existiria sempre a pequena diferença de que já não temos vinte anos.

Sublinhou-se aqui o «desencanto», a «frieza», a «falta de entusiasmo», a «inquietação», e não sei que outros respeitáveis sentimentos de frustração com que o povo português teria acolhido a constituição do actual Governo.

Houve também disso, é certo. Houve frustração, sem dúvida, nos fiéis suportes de partidos que sendo hoje, como eram ontem, Oposição, eram ontem potencialmente — e não raro foram realmente — maioria e são hoje, sistematicamente, minoria. Não é exultante ser-se minoria, é exultante por isso mesmo, ser-se democracia.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas houve seguramente quanto a mim mais significativamente, uma generalizada sensação de alívio em todos os democratas responsáveis que, ao êxito ocasional de dois partidos democráticos, sobrepuiseram o triunfo, cada vez mais definitivo, da própria democracia.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Tivemos um Governo parlamentarmente frágil porque, em cada momento, dependia da não convergência da vontade dos partidos que se opunham. Derrubado esse governo, o Povo tomado de justa ansiedade, aguardou durante quase dois meses que os mecanismos institucionais produzissem um outro que não tivesse a fragilidade do primeiro. Quando este surgiu, menos homogéneo sem dúvida, mas eleitoral, parlamentar e socialmente maioritário, logo estávamos, o Povo respirou fundo. E eu atrevo-me a admitir que, mesmo aos partidos da Oposição, que logicamente procuraram dividendos eleitorais da solução encontrada, não deixou de tranquilizar o fim da crise, o regresso à normalidade institucional, a reabilitação das instituições democráticas. Faço esta afirmação porque lhes não falta patriotismo e democraticidade. E com a mesma sinceridade com que a faço, ponho-me a questão de saber se se terão dado conta de que ao sobreporem à discussão do Programa a contestação da fórmula de governo, se abeiram do limite proibido em que começa a contestação das próprias instituições.

Pois o que é isso de aceitarem o CDS como partido democrático, enquanto Oposição, e de alguns

deles porem em causa a sua democraticidade enquanto signatário agora de um acordo com o PS e co-participante, ainda que sem coligação, na composição do actual Governo?

Que é isso de haver votos bons e votos maus, votos que dão direito a ser governo e votos que só dão direito a ser oposição?

Paias nas críticas à fórmula governativa a ideia implícita de que o que conduziu a ela, foi um desenfadado apetite do Poder. Nada de conceber que tenha sido inspirada por uma patriótica preocupação da viabilização da democracia, ou de poupar o País ao efeito erosivo de eleições antecipadas. Antecipadas até na certeza de que os seus presuntivos resultados confirmariam, com variações irrelevantes, o *status quo* parlamentar, com algum ouro a menos, algum deficit de transacções correntes a mais, alguma doença acrescida das virtualidades da democracia.

Patriotismo, espírito de sacrifício, apego à democracia, são ao que se pretende virtudes a que os governos são imunes, de ás se arrogando, mais ao correspondente alvará, as oposições.

Nada a fazer contra isso. Mas enquanto puder ter a esse respeito opinião própria, terei então a de que o Poder só é sedutor para quem o não tem. No mínimo, é sobretudo sedutor para quem o persegue. E se esta constatação é genericamente válida, é o sobretudo neste momento em Portugal. Dispenso-me de dizer porquê.

A verdade é que o PS nos momentos que precederam e se seguiram à queda do I Governo Constitucional, demonstrou sobejamente o seu desapego ao Poder. Começou por jogá-lo na moção de confiança. Pôs depois toda a ênfase na facilitação, pela sua parte, de um governo constituído por todos ou alguns dos partidos que o derrubaram.

E foi só perante a recusa ou impossibilidade destes partidos em formar governo, e perante a imposição pelo Sr. Presidente da República, de um governo de maioria parlamentar estável — à partida inviável sem a sua participação — que acedeu a voltar a ser governo e a, patrioticamente, partilhar o Poder, trocando homogeneidade por solidez.

Obviamente que teria preferido continuar a governar sozinho. Não menos claro é que teria preferido ser Oposição. De mais sabe o PS que enquanto os governos são julgados pelo que fazem, as oposições são julgadas pelo que prometem. E que prometer é fácil é a lição que pode colher deste debate parlamentar quem antes a não tiver colhido da evidência.

Mas estavam em causa o País, a democracia, talvez a liberdade. Por isso a hora não era de fáceis pruridos ou susceptibilidades. Abertas negociações com todos os partidos representados nesta Assembleia, aceitou a base de entendimento e cooperação que mais conciliava as suas impostergáveis exigências de identidade com a viabilização de um governo estável.

Não tenho dúvidas de que, também do lado do CDS, a actual fórmula governativa não foi o resultado de um parto sem dor. Mas o objectivo valia a pena. E o II Governo Constitucional está aí, sem complexos de culpa, preparado para servir de suporte a mais uma etapa, porventura a mais decisiva, da vida das nossas instituições democráticas.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É por isso que se não comprehende bem demais a aparente recusa de comprehensão implícita em algumas afirmações que aqui ouvimos, como à de que o actual governo significa «pôr o socialismo na gaveta» ou «pôr a Constituição na prateleira». Somos arrumados, mas não tanto!

Risos do PS e do CDS.

Não estão em causa as metas porque não está em causa a Constituição, ou sejam a soberania popular e o respeito pela vontade do povo. Apenas, e uma vez mais, a oportunidade e o ritmo da sua procura. Temos a esse respeito, experiência que basta.

Quando o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa quis ver no actual Governo, uma simples «convergência de oportunidade no poder», esteve a um passo de não ser deselegante, devia ter visto nele uma expressão de convergência sobre o sentido e oportunidade do seu exercício.

O caso é este: na medida em que o CDS aceitou lutar ao lado do PS pela consolidação, até 1980, das instituições democráticas, a partir de um programa comum de recuperação económica, e sem pôr em causa as conquistas da revolução, o CDS, na óptica do PS, aceitou comparticipar num esforço comum de viabilização daquilo a que a democracia em Portugal inelutavelmente conduz, no quadro da Constituição que temos, qualquer que seja o seu ponto de vista a respeito da década de oitenta.

Das críticas até este momento dirigidas ao Programa do Governo — e para cuja meditação a Oposição, por obra e graça do Carnaval, acabou por dispor de mais tempo do que aquela que o Governo efectivamente dispôs para elaborar o próprio Programa — ...

O Sr. António Macedo (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... se pode em verdade dizer o que sem ele a oposição disse ao Programa: que são várias e decepcionantes. Proponho, desde já, contra elas, uma moção de rejeição.

E só o PC terá legitimidade para exigir que, antes da moção, se aguarde a artilharia que aí vem. Na verdade, o PSD ao propor de véspera a rejeição do Programa, antes mesmo de nós, fará dito porque o faz, autoriza esta também rejeição liminar de qualquer ulterior tentativa sua de enriquecimento crítico do texto do Programa.

Do texto da sua proposta de rejeição não retiro eu, com segurança mínima que o Programa não preste ou que, tendo defeitos, como não podia deixar de ter, o não considere susceptível de enriquecimento. Fica-se a saber que, aquilo que a Constituição define como uma faculdade normal, ou seja, a não apresentação de qualquer moção de rejeição rotula o PSD de «ambiguidade». E ambiguidade que, sendo defeito, logo impõe ao Governo, agora por este não ter prometido de antemão fazer uso da sua também faculdade de apresentar uma moção de confiança.

Quer a letra quer sobretudo o espírito da Constituição, animariam a supor que nenhum partido da oposição estivesse à espera de que, nesta fase, o Governo fosse apresentar uma moção de confiança. Para fazer equivaler a uma «declaração de política geral» ou «qualquer assunto relevante de interesse nacio-

nal», o próprio Programa do Governo, é, no mínimo, forçar um tanto as figuras constitucionais em causa. Aqui e agora, o Governo é julgado pelo seu Programa. A sua rejeição implica, tal como a não aprovação de uma moção de confiança, a demissão do Governo.

Fazer coincidir no tempo as duas figuras — já que a possível rejeição do Programa é um princípio inarradável — conduziria ao possível contra-senso de poder ser aprovada a moção de confiança e rejeitado o Programa, ou não aprovada aquela e aprovado este. Em ambos os casos, com a mesma consequência: a demissão do Governo.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — É a rejeição liminar.

O Orador: — Pois é verdade: até este momento quase poderíamos dizer que nem com a lanterna de Diógenes descortináramos, por entre a floresta das solenes afirmações políticas, o rastro luminoso de uma ideia criadora ou de uma alternativa exaltante.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Até agora têm-se abatido sobre o Programa vagas de racionalismo conceitualista, resultado talvez da nossa não repudiável herança da filosofia helénica. Nas cordas do concreto, até agora pouco se tocaram. E o Programa do Governo que, repito, não pode deixar de ter defeitos — entre os quais, porventura, também o de, aqui e além, cair na tentação da supremacia do conceito — tem no entanto, em esforçado grau, a virtude de ter procurado programar realidades, não afirmações abstractas e soleares. Era o real que há nele que gostaríamos de ver aplicado o princípio do contraditório. Não se esperava um contra programa. Mas o Programa, o Governo e o País só se enriqueceriam se a cada defeito fosse oporta a correspondente virtude. Senta assim maior a possibilidade do Governo, que a oposição diz ser mau antes mesmo de ter começado a governar, vir afinal, como eu espero que venha, a ser um bom Governo.

Éça — esse talentoso maldicente — não tinha razão não pode tê-la tido, quando farpeou os partidos do seu tempo com o anátema cruel e injusto de que «não existem partidos com ideias, mas facções com invejas». Estou certo de que esta Assembleia assistirá, hoje ainda, e uma vez mais, ao rutilar de algumas idéias merlânicas.

Até este momento, repito, e na parte cuja réplica me propus chamar a mim, apenas o Dr. Magalhães Mota, com o brilho formal que todos lhe reconhecemos, se aventurou no terreno concreto. Depois de ter afirmado que o Sr. Primeiro-Ministro não apresentou o Governo — coisa que não tinha de fazer — nem o seu Programa coisa que na realidade fez...

Risos do PSD.

...embora sem a preocupação, que seria descabida, de dispensar a sua leitura, e de ter acusado o PS e o CDS de algumas incoerências de linguagem, passando por sobre profundas alterações de conjuntura, pergunta-se, com o acordo PS-CDS, o País ganhou.

Cabe ao futuro responder. Mas, para já, trocou uma crise governativa por um governo e assegurou a mudança de direcção de alguns ressentimentos difusos para os canais da democracia. Tem agora um Governo capaz para o governar, continua a ter uma Oposição capaz para o fiscalizar, uma democracia confirmada para o perpetuar, em liberdade e em dignidade.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A consideração de que as leis da Reforma Agrária vão ser aplicadas em diálogo com os interessados e sem recurso a violências escusadas, opõe que assim devem ser aplicadas todas as leis. Estou de acordo. E por estar, não é defeito que também aquelas o sejam.

Pergunta, depois, se não irão aquelas leis ser alteradas. É difícil responder, porque não sabemos se a Oposição tentiona propor que o sejam.

No passo seguramente menos elegante do seu discurso, o Dr. Magalhães Mota, depois de considerar «significativo» que o Sr. Primeiro-Ministro tenha anunculado a criação de um organismo contra a corrupção, achou, não obstante, o momento oportuno para algumas afirmações solenes.

«Pela nossa parte — disse — não colaboraremos em qualquer campanha de insinuações ou de atentados à dignidade seja de quem for. A tanto nos obriga o respeito pela sua própria dignidade.» Afirmação solene, mas inútil, porque ninguém a poria em causa. Mas acrescenta: «Mas não permitiremos que se desarme ou descanse nessa luta, doa a quem doer. Nem permitiremos que os correspondentes se escondam no silêncio, na cobardia e na falta da solidariedade que é cumplicidade.»

Estou certo de que o Dr. Magalhães Mota, que bem conheço, não pretendeu, com este passo, dar lições de incorruptibilidade ao Governo ou a qualquer dos seus membros.

Vêm depois as três ou quatro breves anotações à parte do Programa que se refere ao sector da Comunicação Social. Estou certo de que são apenas o apêndice. O prato forte vem decerto aí e teremos — se o tempo o permitir — oportunidade de sobre ele dialogar. Conclui que não contém o Programa novidades. Não obstante, e talvez sem dar por isso, reproduz algumas e silencia muitas. A concretização de um eficaz sistema de cobrança ou taxas da TV e da RDP será uma delas. A regulamentação da actividade publicitária segundo um novo conceito de publicidade transita de facto do Programa do II Governo Constitucional. Mas não é isto déficit. Aquela Programa era para quatro anos. E o que, devendo fazer-se, se não fez em dia de Santa Maria, deve fazer-se noutro dia.

A TV a cores é, como sabe, uma fatalidade a prazo, até por razões de ordem técnica. Qualquer dia, a TV a preto e branco emparelha tecnicamente com a grafonola de câmpanula dos nossos avós. A questão é financeira, e portanto de oportunidade. Prometeu-se estudar o problema. Também se será contra isso?

A declaração de irreversibilidade da inserção no sector público das empresas *Notícias*, *Capital*, *O Século* e *Popular* é nova em termos de programa embora o não seja, quanto a mim, em termos de Cons-

tituição. Mas como se tem discutido com patente paixão a venda de *O Século*, entendeu-se por bem esclarecer o que, pelos vistos, nem toda a gente sabe.

Pergunta, enfim, se ao menos é nova a vontade de fazer alguma coisa. Não. Essa é velha. Exemplificando, deseja saber se vai ou não ser cumprido o n.º 5 do artigo 28.º da Constituição.

Como sabe, qualquer Governo tem de cumprir, queira ou não queira, a Constituição. Mas se retira dela, como parece, que o Governo deve, por imperativo constitucional, sujeitar ao mesmo regime de tratamento financeiro empresas públicas ou de capital público de que é titular, empresas que surgem todos os dias, ao abrigo da liberdade de empresa, e cujo capital é inteiramente privado, não perfilho a sua interpretação da Constituição, embora admita, como sempre admito, poder estar em erro.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Estou certo, isso sim, de que não menospreza as dificuldades do sector da Comunicação Social e só por desfastio o tratou tão pela rama.

O Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Quando, por vezes, sem razão embora, se adeja de novo sobre nós o fantasma do regresso ao passado, como aconteceu, bem recentemente, durante as fluctuações da crise governativa, eu não tenho a menor dúvida de que todos os que estamos aqui em oposição uns aos outros, voltariam a ser, se fosse necessário, de um extremo ao outro do leque democrático, de novo e apenas antifascistas.

É essa, para mim, a mais sólida garantia da permanência das nossas instituições democráticas, por mais que discutamos sobre os governos e os seus programas. Essa também, de certo, a mais inultrapassável frustração dos nossos inimigos. Pensando nisso, convenço-me de que não são assim tão importantes as nossas divergências programáticas salvo que fique esse básico programa comum que é o termos consciência de que «nada custou mais caro do que esta migalha de razão e de liberdade que hoje nos envidece».

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Marques Mendes.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Ouvi atentamente a sua intervenção e ela suscita-me duas perguntas, que são aliás muito simples.

Falou o Sr. Ministro, e fez sobre isso inclusivamente algumas considerações de ordem constitucional, sobre a hipótese da apresentação de uma moção de confiança. Queria perguntar ao Sr. Ministro o seguinte: é ou não é exacto que no memorando apresentado aos partidos, antes ainda da apresentação da moção de confiança que originou a queda do anterior Governo, se dizia, em relação ao Programa de um II Governo Constitucional, que ele devia ser expressamente voltado nesta Assembleia? Se assim era, acrescento: qual então os mecanismos que o Partido Socialista pretendia ver utilizados?

Falou também o Sr. Ministro, a propósito da composição do Governo, em patriotismo, espírito de sacrifício e apego à democracia. Queria perguntar muito

concretamente ao Sr. Ministro, que aliás já trabalhou no Governo com elementos de todos os partidos representados nesta Câmara, se reconhece ou não patriotismo, espírito de sacrifício e apego à democracia em todos ou só em alguns.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais Srs. Deputados inscritos para lhe fazerem pedidos de esclarecimento. Pretende responder já ou no fim?

O Sr. Ministro Almeida Santos: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Ministro Almeida Santos, ouvimos com toda a atenção as suas interessantes considerações acerca do debate.

Pareceu-me estar explícito, ou pelo menos implícito, no que afirmou que discutir a fórmula governativa em sede de debate sobre o Programa do Governo seria quaisquer coisa a próxima da contestação das instituições. Eu não quero crer que seja essa a sua convicção. E recordo-lhe que o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção de apresentação do Programa do Governo, dedicou larga parte da sua intervenção à justificação da actual fórmula governativa. O próprio Programa também esclarece, explica e justifica a actual fórmula governativa. O Sr. Primeiro-Ministro dedicou uma larga parte da sua intervenção a informar-nos acerca da estrutura interna do Governo, coisa que é igualmente repetida no próprio Programa. E aqui nós poderíamos dizer que são excessivas as explicações quer do Sr. Primeiro-Ministro quer do Programa, porque é matéria com a qual a Assembleia da República não tem que ver. Mesmo o Sr. Ministro, na sua intervenção, dedicou boa parte das suas considerações à explicação, à justificação da actual fórmula governativa.

Duas conclusões queria tirar: a primeira é que não há no Governo uma inteira segurança, ao contrário do que disse, quanto à acusação desta fórmula governativa; a segunda é que é legítimo contestá-la neste debate e que é legítimo formular todas as interrogações que a este respeito os partidos aqui representados entendam colocar ao Governo.

O Sr. Ministro trouxe uma novidade neste debate: voltou a recolocar a questão da despartidarização dos ministros do CDS. Foi questão falada há semanas atrás, mas na verdade foi questão silenciada nestes últimos dias, e particularmente desde o início do debate. O Sr. Ministro, no entanto, afirmou que os elementos do CDS estão despartidizados. Eu pergunto-lhe: tem a ideia de que é essa a convicção do CDS?

Risos do PCP e do PSD.

Repare que o CDS se tem comportado aqui como partido do Governo. Os Srs. Deputados do CDS ontem declararam mesmo o propósito de defender os seus ministros. O Sr. Deputado Freitas do Amaral, Presidente do CDS, falou-nos como homem do Governo, quase como Primeiro-Ministro...

..., e não escondeu de maneira nenhuma que considera que o CDS está de facto representado no Governo.

O Sr. Ministro fez também uma afirmação que para nós é equívoca, porque foram escassas as explicações posteriores. O Sr. Ministro falou-nos de que este Governo assegura uma mudança de direcção. Depois daquilo que foi ontem afirmado pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral, que este Governo não é mais à esquerda, o que significa a sua afirmação de que ele assegura uma mudança de direcção?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento tem ainda a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (Indep.): — Sr. Ministro Almeida Santos, desejo fazer-lhe uma pergunta, muito rapidamente porque tenho de respeitar a política de austeridade no consumo do tempo que me está atribuído.

Se bem entendi, o Sr. Ministro falou no acordo do CDS em se empenhar na viabilização daquilo a que a Constituição necessariamente conduz. É evidente que sobre o que é o projecto constitucional tenho a minha opinião, mas gostaria, se não é pedir muito, que o Sr. Ministro me esclarecesse qual o seu entendimento quanto àquilo a que necessariamente a Constituição conduz e a que o CDS teria dado o seu acordo no sentido dum esforço de viabilização desse projecto.

O Sr. Presidente: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Queria, não propriamente fazer pedidos de esclarecimento, mas dá-los ao Sr. Ministro Almeida Santos.

Ouvei o Sr. Ministro com tanto gosto que me sentia tentado a dizer que a sua intervenção merecia causa menos desesperada. E começaria por lembrar-lhe uma afirmação do nosso colega Salgado Zenha, que uma vez, e a propósito das referências à psicanálise, em que os advogados por vezes são pródigos, começou por notar que um dos grandes defeitos dos psicanalistas é precisarem também de psicanálise, porque normalmente não vêem os seus próprios defeitos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Ministro Almeida Santos esqueceu, ao falar da ausência de debate sobre o Programa do Governo, que isso mesmo foi criticado, em primeiro lugar, pela minha bancada pelo facto simples e iniludível de que o Sr. Primeiro-Ministro foi a primeira pessoa a não falar do Programa do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Também falou da solução bipartidária encontrada, justificando-a amplamente. E, se motivos de frustração há nela, Sr. Ministro Almeida Santos, haveremos de reconhecer que não são tão pouco generalizados como isso. Aqui ouvimos falar do «óleo de fígado de bacalhau». Aqui ouvimos, ainda agora, na sua própria voz, Sr. Ministro Almeida Santos, dizer que o CDS estava no Governo para canalizar ressentimentos difusos. Sr. Ministro Almeida Santos, o parto foi doloroso.

Risos do PCP e do PSD.

Creio que há mais um ponto que também tinha algum interesse assinalar — é que de facto também está aqui a reinar uma certa confusão: Vemos o CDS a ser mais Governo que o Governo e o Governo a ser mais CDS do que o CDS.

Risos.

Finalmente, gostaria de dizer-lhe, e era o único ponto concreto, que o n.º 5 do artigo 38.º da Constituição é bem preciso no sentido de que a lei deve assegurar os meios necessários à salvaguarda da independência da Imprensa perante os poderes político e económico e que nenhum regime administrativo ou fiscal, nem política de crédito ou comércio externo, pode afectar directa ou indirectamente a liberdade de Imprensa. O preceito é tão claro que não penso que possa permitir duas interpretações, ou talvez possa, mas uma é com certeza falsa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Almeida Santos para responder, se assim o entender.

O Sr. Ministro Almeida Santos: — Sr. Deputados, antes de mais fico-lhes muito grato pelas questões que me puseram e que podem clarificar alguns aspectos o meu pensamento, se bem que deva dizer desde já que em alguns outros o considero claro.

O Sr. Deputado Marques Mendes começou por me pôr o problema de que no memorando apresentado pelo Governo aos partidos se dizia que o Programa do Governo deveria ser expressamente votado nesta Assembleia. Não é a primeira vez que se fazem afirmações a partir de situações de conjuntura completamente diferentes. Essa afirmação consta do memorando. Naturalmente que é válida na conjuntura em que foi elaborado o memorando, mas não me parece que o seja igualmente na actual conjuntura. Então pensava-se na possibilidade de um Governo homogéneo socialista com independentes. Hoje trata-se, como se sabe, de um Governo de maioria parlamentar estável. São pois situações completamente diferentes, pelo que tornar-se-á de certo modo irónica na presente conjuntura a apresentação de uma moção de confiança.

O Sr. Deputado perguntou-me, em segundo lugar, se reconheço patriotismo e espírito de patriotismo em todos os partidos e não apenas em alguns. Julguei que constitucionalmente eram proibidas as discriminações deste género, mas, mesmo que o não fossem, devo dizer-lhe que considero, vistos do ângulo de cada um e a seu modo, com a sua visão das coisas e dos problemas, não necessariamente coincidentes, que todos os partidos com assento nesta Assembleia são patrióticos e democratas.

O Sr. Deputado Carlos Brito estranhou que eu tivesse afirmado que praticamente só se discutiu até agora a fórmula governativa. Evidentemente que não está em causa a legitimidade da discussão da fórmula governativa, mas apenas a sua discussão em detrimento da discussão do próprio Programa. O que eu disse foi exactamente que até agora só tinha ouvido discutir a fórmula governativa e praticamente não tinha ouvido discutir o Programa. Do que se trata não é portanto de não discutir a fórmula, mas de discutir só a fórmula.

Depois o Sr. Deputado disse-me que eu tinha trazido uma novidade, a afirmação da despartidarização dos ministros do CDS, e perguntou-me se acho que é essa a convicção do CDS. Necessariamente que deve perguntar isso ao próprio CDS, mas acho que o CDS já deu a resposta, precisamente no discurso feito aqui pelo Sr. Prof. Freitas do Amaral — se foi como Primeiro-Ministro não sei, se foi como membro do Governo também não sei. O que vei é que afirmou muito claramente que os ministros do seu partido que fazem parte do actual Governo se encontram nele desvinculados do CDS. O Sr. Prof. Freitas do Amaral fez esta afirmação, não posso reproduzir pormenorizadamente em que termos, mas asseguro-lhe que o significado é este.

O Sr. Deputado Carlos Brito responsabilizou-me também por uma afirmação equívoca: eu teria dito que o Governo assegura uma mudança de direcção. Não foi isso o que eu disse, mas sim que a viabilização desta fórmula de Governo permitia a mudança de direcção de alguns ressentimentos e a sua canalização para os canais democráticos. É completamente diferente daquilo que me atribuiu. Penso portanto que não devo esclarecer, mas apenas rectificar.

O Sr. Deputado Lopes Cardoso também me fez uma pergunta: se acho que o acordo viabiliza aquilo a que a Constituição conduz. A minha resposta é a seguinte: acho que seim se passar por uma democracia estável não é possível realizar o programa constitucional. E o que eu disse na minha intervenção foi exactamente que não estava em causa a Constituição, mas apenas o momento, a oportunidade e o ritmo da realização do programa constitucional.

O Sr. Deputado Magalhães Mota igualmente me honrou com dois esclarecimentos e uma pergunta. Quanto aos esclarecimentos, recebo-os e agradeço-os e não tenho necessariamente que os comentar, pois me parece que não justificam comentários.

Relativamente à pergunta concreta que me fez, e a essa desejo responder, foi no sentido de saber se o n.º 5 do artigo 38.º da Constituição tem ou não a interpretação que lhe imputa. É verdade que nele se diz aquilo que leu, nem poderia deixar de dizer, mas, a meu ver, a interpretação não é essa. Não se deve esquecer que uma empresa pública ou de capital público, em qualquer caso uma empresa como qualquer outra do ponto de vista da sua gestão, se essa empresa tiver dificuldades financeiras que ponham em causa a subsistência do posto de trabalho dos seus trabalhadores, penso que o Governo não deve ser indiferente a esse facto, como poderá permitir-se sé-lo relativamente a qualquer empresa privada. A verdade é que — e há-de concordar comigo —, se uma empresa for para a falência e se os trabalhadores forem despedidos, então é que não há nenhuma espécie de liberdade porque deixará de existir o órgão que poderá ser livre.

Aplausos do PS.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Para que efeito deseja a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: certas questões, sobretudo apresentadas pela bancada do Partido Comunista Português, recordam-me por vezes a discussão sobre o sexo dos anjos que se fazia em Bizâncio.

Risos.

O Sr. Manuel Gusmão (POP): — Então como é: é macho ou fêmea?!

O Orador: — Não quero elucidares essa questão histórica. Os Srs. Deputados poderão discuti-la à saciedade e saber se são do sexo masculino ou feminino.

O esclarecimento que queria prestar ao Sr. Deputado Carlos Brito, dado que ele se interrogou sobre qual era a nossa convicção acerca de personalidades do CDS presentes no Governo, é o seguinte: o Governo não é de coligação.

Vozes do PCP: — Não é?!

O Orador: — Srs. Deputados, tenham muita calma, porque, embora isto destrua os *slogans* do vosso partido, não quer dizer que não possam respeitar a opinião que vos dou.

Continuando, não sendo o Governo de coligação, significa que o é da responsabilidade dum partido, é formado com base no Partido Socialista e maximaamente é da responsabilidade do Primeiro-Ministro em conjugação com o Presidente da República. Isso significa que o CDS não poderia, a esse título, ter qualquer direito, por exemplo, de se pronunciar sobre a composição do Governo no seu conjunto, porque isto seria típico dos partidos coligados e não é típico da situação que existe neste caso. O Governo é, pois, de base PS com personalidades, e neste caso as personalidades não de dois tipos: há personalidades independentes, isto é, sem vinculação partidária de nenhum tipo, e há personalidades que são filiadas no CDS e que não deixaram de o ser pelo facto de participarem no Governo, como não deixaram também de ter responsabilidades dentro do partido. A circunstância, claramente definida desde o começo, que caracteriza o estatuto dessas personalidades do CDS no Governo é a de que estão desvinculadas da disciplina partidária, isto é, não se tratando de Governo de coligação, a sua voz em Conselho de Ministros ou no Governo não resulta nem pode resultar de orientações que o partido lhes dê, mas resultará tão-somente do seu próprio ponto de vista formado em consenso com os seus colegas de gabinete, de acordo com os princípios da collegialidade. Isto parece extremamente simples e claro e, se o Sr. Deputado Carlos Brito tem dúvidas sobre o que pensamos sobre a matéria, suponho que desta vez e de uma vez por todas ficou esclarecido. Se quiser continuar a polemizar sobre o assunto, terá todo o direito de o fazer, mas também eu terei todo o direito de dizer que Sr. Deputado Carlos Brito manifestamente pretende revelar uma falta de inteligência, que manifestamente não tem porque é inteligente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Permitam-me que comece esta intervenção referindo-me ao importante sector das pescas. Terei que ser muito breve pois, infelizmente, disponho de muito menos tempo que os outros partidos.

No sector das pescas o programa do Governo aponta como objectivo principal o aumento das capturas. Como se pode considerar o aumento das capturas como objectivo principal, quando anualmente toneladas de peixe são lançadas ao mar?

De facto, o pescador vê-se por vezes obrigado a lançar o peixe ao mar, porque o sistema de comercialização em vigor, totalmente controlado pelos grandes intermediários, não lhe permite obter um preço mínimo compensador, e às vezes nem sequer encontra comprador, quando a produção excede certos limites, o que não impede o Povo de pagar a preços exorbitantes o peixe que consome.

Para resolver esta situação era necessário, prioritariamente, que o Estado criasse as condições para assegurar a venda de todo o peixe desembarcado a um preço mínimo, para o seu armazenamento em boas condições e a sua posterior distribuição, de forma a abastecer de forma contínua as indústrias de transformação e de conservas e as populações, beneficiando, particularmente, as zonas do interior actualmente mais desfavorecidas.

Simultaneamente, seria necessário que o Estado impedisse a especulação desenfreada por parte dos grandes intermediários, acabando com o seu poder absoluto nas lotas e fiscalizando de uma forma efectiva as margens de comercialização, que na prática ultrapassam largamente as fixadas por lei.

Por exemplo, na lota da Póvoa de Varzim, os intermediários recusaram-se a comprar o peixe enquanto estivessem presentes elementos da Fiscalização Económica, que tiveram de sair para que se fizesse o leilão.

Na lota de Aveiro, os intermediários compraram peixe noutras lotas e voltaram a pô-lo na lota para provocar o abaixamento dos preços.

No Programa do Governo nenhuma destas soluções que aqui apontamos é encarada. Pelo contrário, prevê-se um aumento no peixe congelado para rentabilizar as empresas de produção, como se a forma de o fazer fosse à custa do consumidor.

Fala-se também na «liberalização do sistema de lota obrigatoria». O que é que o Governo entende por liberalização? Eis, o que não está esclarecido. Será que se vai dar uma maior cobertura à fuga do peixe à lota.

Outra lacuna grave do Programa é a pouca importância dada à melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores e de outros trabalhadores do sector. O que é que o Governo pensa fazer para assegurar um salário estável para todos os pescadores? Para quando a construção e aperfeiçoamento das barreiras e portos, que permitem melhorar as condições de segurança, de forma a evitar acidentes como o ocorrido em Tavira onde morreram alguns

pescadores? Para quando o cumprimento das promessas feitas, como, por exemplo, a construção do porto de abrigo da Nazaré.

O alargamento das nossas águas territoriais para as 200 milhas foi um facto positivo. Como pensa o Governo fazer o seu aproveitamento? Ou será que as águas territoriais foram alargadas para 200 milhas para termos ainda mais mar para vender ao estrangeiro?

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: No que se refere à agricultura seria de esperar um programa concreto que definisse metas imediatas a atingir num País que só em 1977 importou mais de 30 milhões de contos de bens alimentares. Quando o Dr. Mário Soares e o Professor Freitas do Amaral sobem a esta tribuna para dizer que o objectivo principal deste Governo é reduzir o *deficit* da balança de pagamentos, é preciso que o País saiba que este ano se prevê uma importação de cerca de 18 milhões de contos só em cereais, num total de importação de bens alimentares que será superior a 40 milhões de contos, isto é, ainda superior ao tal grande empréstimo do Fundo Monetário Internacional. E o que o povo português tem o direito de perguntar é se não será possível produzir em Portugal o pão de que necessitamos?

Perante a gravidade desta situação, o Governo em vez de apoiar as cooperativas e UCP's dando-lhes crédito a médio e longo prazo permitindo-lhes assim, um desenvolvimento ainda mais rápido, em vez disso, o Programa do Governo nem sequer faz da Reforma Agrária, diz que vai aplicar a «Lei Barreto» que desmantela as cooperativas e UCP's, destrói o que já foi feito, diminui as áreas cultivadas.

É por isso que o Governo inicia este capítulo elogiando o trabalho do Ministro Barreto que pelos corpos de crédito e pelas atribuições de reservas foi tentando afundar as cooperativas e UCP's, pondo em risco a sobrevivência de milhares de trabalhadores.

É preciso dizer aqui que hoje 100 cooperativas estão sem créditos de qualquer espécie e que o Estado deve às cooperativas 235 000 contos em produtos não pagos. E não nos venham dizer que não há dinheiro para créditos e para pagarem o que devem aos trabalhadores. Se não há dinheiro, então obriguem os latifundiários a pagar os 6 milhões de contos que eles devem à Banca Nacionalizada e acabe com os escândalos subfídios de sobrevivência para os latifundiários em que se gastam por ano 40 000 contos. Se não há dinheiro, não paguem os 20 milhões de contos que querem dar de indemnização aos latifundiários. Paguem, sim, a quem trabalha.

Dizemos hoje ao Ministro Saia o que em Agosto passado dissemos ao Ministro Barreto. É muito fácil vir para aqui criticar quem trabalha e não tem recusado quaisquer sacrifícios para fazer do Alentejo o celeiro de Portugal.

É muito fácil dizer que não foram feitas todas as diversificações de cultura, as construções de regadio, as barragens e irrigações que seriam necessárias. Toda a gente sabe que os grandes empreendimentos exigem dinheiro a crédito de médio e longo prazo. Ora, o MAP só concede, quando concede, créditos de emergência por um ano, que nem chegam para

responder às necessidades do dia-a-dia, e depois vêm para aqui com ares de professores dizer que há muitas coisas que poderiam ter sido feitas.

É impossível descrever aqui em curtas palavras o esforço grandioso que apesar dos créditos reduzidos ou cortados, apesar de todas as dificuldades, os gloriosos assalariados rurais conseguiram engajar, de que a actual campanha de sementeiras é uma prova bem clara.

Mas sempre iremos dizer que apesar de tudo isso, comparando a área semeadas antes das ocupações, houve em 1975/76 um aumento de 170 mil hectares. Só de negadio, o aumento cifrou-se em 12 mil hectares. Foram construídas 237 barragens e charcos, executaram-se ainda 206 outras obras de rega, instalaram-se 2100 motores de rega. O parque de máquinas foi alargado de 1870 tractores, de 1100 máquinas de colheita, de 1820 motores e de 8200 outras máquinas. Quanto à pequaria, as cabeças de gado bovino aumentaram 48 mil, os ovinos e os caprinos mais 165 mil os suínos mais de 139 mil. E por falta de tempo não poderei dar mais exemplos, mas pensamos que estes já bastam.

Hoje que estamos a discutir um Programa de Governo que não diz uma palavra sobre esta obra grandiosa, hoje que nos vêm dizer que o que é preciso são factos e não palavras. Hoje é preciso dizer bem alto que os factos têm pertencido aos trabalhadores e as palavras aos Srs. Ministros. Dos factos que vimos ao Sr. Ministro Barreto, recuaram-se a comprar produtos agrícolas no estrangeiro e a mandar a GNR para cima dos trabalhadores, para o que forçoso é reconhecer que não é preciso saber nada de agricultura.

Tentando camuflar a política repressiva a que a tentativa de aplicação da Lei Barreto necessariamente conduziria, o Dr. Mário Soares diz que isso será feito com diálogo para evitar que ela seja aplicada à baioneta. Esta afirmação é demagogia e os trabalhadores conhecem bem o valor de tais afirmações. Na verdade, se o Dr. Mário Soares quisesse o diálogo, se estivesse seriamente interessado em evitar confrontações, teria começado por reconhecer que a Lei Barreto foi elaborada sem ouvir os trabalhadores, sem que a sua participação fosse garantida.

A onda de repúdio que a «Lei Barreto» suscitou mostra que o que se impunha era a sua revogação e a criação de novas leis da Reforma Agrária, consultando os trabalhadores. Sendo assim, de que serve o diálogo, se o Governo diz que de qualquer forma a lei será aplicada. Na realidade o Governo não quer o diálogo, o que o Governo quer é que os trabalhadores baixem os braços e deixem cair a Reforma Agrária. A UDP nas negociações defendeu sempre que a «Lei Barreto» tinha de ser revogada. E isso é um ponto em que não transigiremos. Somos, pois, contra qualquer regulamentação razoável dessa lei, comor, isso sim, a favor de outra lei de bases que seja elaborada com os trabalhadores e que possa servir a Reforma Agrária e o País.

Hoje, com o CDS no Governo, não é só a Reforma Agrária que vai ser mais violentamente atacada, mas são também os pequenos e médios agricultores, e, em particular, os renditeiros que vêm as suas esperanças ainda mais ameaçadas.

Perante a gravidade da situação da nossa agricultura, o Governo em vez de dar condições de segurança aos rendeiros e pequenos agricultores, definindo preços, dando-lhes crédito e diminuindo o preço dos adubos e alfaias, em vez disso, o Governo vai aplicar a lei do Arrendamento Rural do PPD, e declara textualmente que mais de 60 % das empresas agrícolas não têm viabilidade económica.

Com este Programa a vida de miséria dos pequenos e médios agricultores não irá mudar. Sem apoio do crédito, que os retira das garras dos usurários, sem diminuição dos preços de adubos e pesticidas, sem apoio técnico e melhoria das condições de produção, sem criação de circuitos comerciais, que liquidem os grandes intermediários, a vida do povo pobre do campo não melhorará.

Em particular, a situação dos rendeiros, se já era difícil, está a tornar-se impossível. Os novos prazos de arrendamento e a possibilidade de poderem ser despedidos pelos senhorios, a subida das rendas e as novas disposições da lei sobre benfeitorias não só fazem perder o incentivo à realização de benfeitorias, como ainda trazem o risco de o rendeiro nem sequer ser indemnizado.

Cada vez aparecerão mais terras abandonadas por famílias arruinadas que têm que partir para a emigração.

E os campos do Norte, do Centro e das Ilhas vão ficando cada vez mais desertos, e Portugal vai ficando cada vez mais pobre e dependente do estrangeiro.

Só a título de exemplo e já para não citar a questão do escoamento de produtos — de que os milhares de toneladas de batatas que se estragaram no Norte do País é bem elucidativo —, refiro-me à especulação escandalosa, praticada com a batata de semente. De acordo com portarias do Ministério da Agricultura e Pescas, de 23 de Dezembro, a tabela a que os intermediários compravam ao produtor a batata de semente variava entre 370\$ e 360\$, sendo os preços de venda fixados em 480\$ a 470\$. Ou seja, as tabelas fixavam em 110\$ e 97\$, respectivamente para Lisboa e Porto, o lucro dos intermediários por saco de 50 kg. Isto sem contar com 35\$ que podem ser somados devido a encargos de transporte desde o armazém ao revendedor retalhista.

Também a plantaria que aumentou o preço do azeite no consumidor saiu em Novembro. No entanto a prometida subida de preço no produtor com que se pretendeu justificar o aumento no consumidor, até hoje não se realizou. Quem ganhou uma vez mais foram os intermediários, que o Governo no seu programa nem sequer diz como é que os vai combater.

Resta dizer que este Programa de Governo nem sequer fala nos assalariados rurais e em particular do Norte, do Centro e das Ilhas. Na discussão do Programa do I Governo, o Dr. Mário Soares prometeu fazer sair legislação sobre trabalho agrícola, mas essa promessa, como tantas outras, não foi cumprida. A situação desses homens — dos trabalhadores rurais — é de tal ordem que mais de 3 anos são passados sobre o 25 de Abril e o trabalho rural continua a ser regulado pelos artigos 1391 e 1395 do Código Civil de 1867, isto é, pelas leis de há 110 anos.

A UDP já apresentou nesta Assembleia o projecto de lei n.º 97/I, respondendo a um apelo do Sindicato

Agrícola de Viseu, e continuaremos a lutar pelos direitos desses trabalhadores, para que finalmente lhes seja reconhecida a sua dignidade de homens de trabalho e sejam honrados os seus braços que produzem tanto do pão que Portugal come.

Sr. Presidente Srs. Deputados: Como vimos a política agrícola do Governo assenta fundamentalmente na «lei Barreto» e na lei do Arrendamento Rural do PPD, que conjugadas com o mecanismo de crédito do IFADAP, segundo as propostas do Banco Mundial, prepararão o terreno ao desenvolvimento de grandes empresas capitalistas. A «lei Barreto» funcionaria em particular na destruição da Reforma Agrária. A lei da Arrendamento Rural do PPD destinar-se-ia à destruição progressiva dos pequenos e médios rendeiros, ficando as terras abandonadas para que, eventualmente, possam vir a ser tomadas em mãos por empresas capitalistas apoiadas pelos créditos selectivos.

Nesses seus três pilares: «lei Barreto», lei do Arrendamento e a criação de grandes empresas agrícolas capitalistas assenta a política do Governo, para irmos para a Europa.

É claro que nessa Europa dos monopólios não cabe a Reforma Agrária, não cabem os pequenos rendeiros, os pequenos e médios agricultores, a não ser às vezes como emigrantes. Para essa Europa dos monopólios só é aceitável uma Agricultura que produza o que lhes convém e esteja nas mãos de um punhado de fortes capitalistas. É por isso que a CAP já está no Mercado Comum Europeu mesmo antes de eles aceitarem a entrada de Portugal como membro de pleno direito.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A CAP já tem UDP's!

O Orador: — Só que os caminhos da CAP, os caminhos do CDS no Governo não são os caminhos que a nossa Constituição determina e que ao povo pobre do campo interessam.

Até o próprio deputado Jaime Gama no debate sobre a Lei Barreto afirmou o que passo a citar: «Como partido que votou contra a Constituição, o CDS não podia deixar de ser contrário à concretização legal dos princípios constitucionais em matéria de Reforma Agrária. E isto porque o CDS confunde os agricultores portugueses e a agricultura portuguesa com a sua clientela política constituída por uma facção extremista da Confederação dos Agricultores de Portugal.»

Só que é legítimo agora dizer, utilizando as palavras do Sr. Deputado Jaime Gama, que a facção mais extremista da Confederação dos Agricultores de Portugal já tem assento no Governo.

Sr. Presidente. Srs. Deputados: Como o Encontro da UDP sobre a Reforma Agrária concluiu, a política do anterior Governo, agora agravada com a presença dos representantes políticos da CAP no Governo, é uma política que, a ser levada a cabo, esmagaria em ruína, dor e miséria os campos da nossa Pátria. Mas também reafirmou que na unidade em torno das cooperativas e UCP's, no Movimento Sindical, no MARN e na UCIM os povos do campo conseguirão um dia levar o 25 de Abril ao Governo para que finalmente possamos comer o pão que pro-

duzimos. Os povos do campo travarão este Governo reaccionário.

O Sr. Presidente: — Para ler um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado António Macedo.

O Sr. António Macedo (PS): —

Comissão de Regimento e Mandatos

Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 9 de Fevereiro de 1978, pelas 11 horas, foi apreciada a seguinte substituição de deputados:

1 — Solicitada pelo Partido Socialista:

José João Santana Campos Rodrigues (círculo eleitoral de Lisboa), por Henrique Manuel Velez Marques dos Santos. Esta suspensão é pedida por um período de 6 meses.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo referido Partido nos respectivos círculos eleitorais.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, Álvaro Monteiro (PS) — Vice-Presidente, Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (PSD) — Secretários, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — António Cândido Miranda Macedo (PS) — António Esteves (PS) — Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo (PSD) — Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — Acácio Manuel de Frias Barreiros (UDP).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, faltam apenas cerca de 10 minutos para as 13 horas. Caso não haja nenhum Sr. Deputado que pretenda utilizar este tempo, suspenderemos os nossos trabalhos, que prosseguirão às 15 horas.

Pausa.

Está suspensa a reunião.

Eram 12 horas e 50 minutos.

No recomeço dos trabalhos assumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Neste momento, são os seguintes os tempos disponíveis: o Governo dispõe de 198,30 m; o PS de 195 m; o PSD de 144 m; o CDS de 159 m; o PCP de 166 m e a UDP de 47 m. Os Srs. Deputados Independentes Aires Rodrigues, Galvão de Melo, Carmelinda Pereira, Brás Pinto e Vital Rodrigues dispõem ainda de 15 m cada e o Sr. Deputado Lopes Cardoso de 14,30 m.

Como o Sr. Primeiro-Ministro ainda não se encontra presente, vamos aguardar mais alguns minutos antes de dar a palavra ao próximo orador inscrito.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Rodrigues.

O Sr. Vital Rodrigues (Indep.): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Governo com apoio parlamentar maioritário, estável, coerente. Foram estas as características que a Presidência da República referiu — no seu comunicado — deverem ser tomadas em consideração nas negociações tendentes à formação do II Governo Constitucional.

Ao fim de dois meses, encontra-se formado o II Governo Constitucional e este acaba de apresentar o seu Programa à Assembleia.

Curiosamente, porém, os seus desde já naturais defensores apenas realçaram o facto de se tratar de um Governo com apoio parlamentar maioritário. Ningém, no entanto, terá estranhado a omissão de referência a características de estabilidade e, menos ainda, de coerência, pois durante estas cerca de seis noveenas de interregno, nas declarações de responsáveis dos dois partidos que formam a coligação maioritária tinham vindo a ser sucessivamente omitidos, primeiro, o termo coerente, e depois, o termo estável.

Se há um juízo implícito nestas minhas palavras, não sou eu, verdadeiramente, quem o está formulando, mas sim quem as está ouvindo, pois em boa verdade, apenas estou a assumir a atitude passiva da fita magnética que se limita a repetir o que todos, mesmo sem privilégio da memória, têm vindo a constatar e que não lhes será difícil recordar.

O II Governo Constitucional tem, com efeito, apoio parlamentar maioritário. Tem, porque 143 é maior que 114. Certo. Maioritário.

Mas estranho, sim, é o facto de ter sido o Sr. Deputado Amaro da Costa — personalista — que vem reduzir a questão a um problema aritmético: se 143 é maior que 114, o Governo tem apoio maioritário. E daqui parece pretender concluir que os restantes partidos representados nesta Assembleia devam estar satisfeitos, pois a solução procurada estará encontrada. Rejubilem os dirigentes dos partidos, rejubilem os seus grupos parlamentares, rejubilem militantes e simpatizantes, rejubile, enfim, toda a gente. Basta que tenham simples conhecimentos de aritmética. Ler, escrever e contar é quanto chega para os Portugueses. Já todos tinham ouvido dizer isto, mas que basta saber contar é a primeira vez que oíço.

Mais acentuadamente maioritário seria um Governo PSD/CDS/PCP/UDP, que somaria 156, maior

que 143. Mas eu sei, todos já sabemos, que tal Governo não seria possível, que tal hipótese é absurda. Se outras razões não existissem, chegaria o facto de, patriótica e democraticamente, CDS e PSD recusarem, desde logo, dialogar com os restantes. Mas lá que seria maioritário lá isso é verdade.

No debate aqui travado na quinta-feira da passada semana, pretendeu-se, no entanto, demonstrar ser o Governo não apenas maioritário, ou melhor, contar com apoio parlamentar maioritário, mas também, por via desse facto, contar necessariamente com mais ampla base social de apoio que a conferida pelo Governo de um só partido (no caso o PS).

De novo simples operação aritmética. Simples soma de votos entrados nas urnas em dada altura, não tendo em consideração que esses votos foram preenchidos por pessoas, por cidadãos. Com efeito, tendo em atenção o que no decorrer do debate foi lembrado pelo Senhor Primeiro-Ministro, ou seja, que só os burros não mudam de ideias, nada nos garante que bom número de eletores não tenha, entretanto, mudado de ideias. Assim a base social de apoio dos dois partidos em causa poderá, neste momento, já não ser a mesma, nem quantitativa, nem qualitativamente.

De resto, o S. Primeiro-Ministro até chamou a atenção para a circunstância de, neste momento, o CDS ser mais atacado que a UDP nos jornais de extrema-direita. Se os autores dos artigos em referência e os seus leitores que porventura os apoiem, votaram para a Assembleia Legislativa, e naturalmente voltaram, é mais que provável que, à falta de melhor na ocasião (melhor, segundo o seu ponto de vista, claro), os seus votos tenham ido para o CDS. Assim como votaram aqueles que, em recente reunião efectuada no Norte, deram bem a entender, ao Sr. Deputado Amaro da Costa, que não se encontravam nada satisfeitos com a orientação que estava a ser dada ao seu partido.

O Sr. Azevedo Coutinho (CDS): — Isso é uma ignorância abissal...

O Orador: — Não de ignorância abissal...

A propósito, permito-me discordar de uma outra (entre várias) afirmações do Sr. Primeiro-Ministro, ao referir que o problema das relações das bases com os respectivos partidos, só a estes diz respeito. Não será bem assim. Entendo que isso interessa, interessa mesmo muito, à própria democracia, ao próprio País.

Também tem sido dito, e o Sr. Primeiro-Ministro repetiu-o quando da apresentação do Programa do Governo, que é preciso deixar o Governo governar e que, consequentemente, não se poderá admitir que se atirem as massas trabalhadoras para agitações sociais. De acordo, absolutamente de acordo. Estou mesmo convencido que o apelo feito recolherá o melhor acolhimento entre as massas trabalhadoras. Em termos genéricos, é certo. O que falta esclarecer é quem, porquê e como poderá vir a atirar as massas trabalhadoras para a agitação. Aqui é que podem surgir e é de recear que surjam opiniões divergentes.

Criar, por exemplo, dificuldades insuperáveis por meio de cerceamento de créditos, agravamento de taxas de juro, estrangulamentos burocráticos, etc., às

unidades em autogestão, em termos das mesmas não conseguirem adquirir matérias-primas, nem poderem satisfazer encomendas, ou, por via daquele agravamento de taxas acumularem encargos bancários incomportáveis, obtendo-se assim a explicação para se proceder a desintervenções, poderá originar agitação. Isso pode.

Entregar empresas às anteriores administrações, que desviavam daquelas recursos financeiros, em vez de investir nas mesmas, enquanto se avolumavam as suas dívidas à banca e à previdência e com essa entrega dar azo a despedimentos individuais e colectivos, estes, a pretexto de reestruturação necessária, mas que as mesmas administrações antes não tinham empreendido, porque, tal como as coisas então se passavam, dava para tudo; isto, sim, isto poderá originar agitação.

Restituir aos directamente responsáveis pela estagnação em que de há muito tem vivido a agricultura, terras que estão a ser exploradas por trabalhadores o melhor que sabem e podem, apesar do escasso apoio técnico e financeiro recebido, como se aqueles mesmos responsáveis tivessem estado os últimos três anos em retiro espiritual e viusses agora imbuídos de espírito empresarial, empreendedor, estilo europeu, que nunca antes tiveram, isto sim, poderá causar agitação.

Tratar de igual para igual aquele que da terra vive realmente e aquele outro que, com uma exploração de tipo milionário vai exaurindo a terra, deapidando património que é de todos, enquanto acumula vasta riqueza imobiliária; tratar de igual modo o proprietário-agricultor e o proprietário apenas senhorio que permanece na cidade a dar consultas a contos de réis e, quando muito, vai passar as férias e fins-de-semana à sua casa de campo receber rendas e homenagens, é evidente que poderá causar agitação.

Talvez, recordando estes factos, estes problemas, possamos estabelecer alguma relação entre os mesmos e a referência, aqui feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, da existência de um poder fascista ainda latente, poder latente que comparou com o do leão adormecido. Não acordar o leão ou (no caso significa o mesmo) reduzir-lhe a perigosidade, poderá significar, para uns, a necessidade de mantê-lo convenientemente alimentado; para outros a necessidade de lhe cortar as garras. Qual a opção? O pior é que aquela estirpe leonina é insaciável.

Não seria fácil analisar, com a profundidade desejada, o documento apresentado a esta Assembleia. Com efeito, o Programa do Governo preenche 300 páginas e, mais do que a sua simples leitura, há que interpretar directrizes e programas, procurar a interligação dos programas setoriais, entre si e com os objectivos políticos, etc., para o que foram escassos os 5 dias disponíveis. Por outro lado, o tempo que disponho para a minha intervenção — no máximo 15 minutos — não me possibilita, apesar de tudo, expor e comentar todas as dúvidas levantadas pela leitura e análise feitas. Terei que me limitar, portanto, a simples referência a alguns pontos.

Desde logo, não vejo como se posa compatibilizar o pressuposto constitucional de que a propriedade social tenderá a ser predominante com o outro pressuposto, este do Programa, do papel preponderante

a desempenhar pela iniciativa privada. O menos que se poderá dizer é que está aqui um aspecto coerente com a incoerência da composição governamental. Só nisso é coerente.

Por outro lado, nas medidas previstas em relação ao comércio externo, inclui-se a de assegurar que o Estado não intervirá no sector privado em causa, quando, em considerações respeitantes ao Programa Económico de Estabilização para 1978, expressamente se diz que «as perspectivas relativas à continuação das dificuldades de pagamentos externos conduzem à importação especulativa, formação excessiva de stocks, fuga de capitais, criação de mercado negro de divisas», etc. Aquela garantia de não intervenção, perante a constatação, no próprio Programa, da possibilidade, por habituais, de procedimentos do tipo referido e que são graves atentados à nossa economia, se tem alguma coerência é da mesma natureza anteriormente referida.

Em relação ao comércio interno e com vista à regularização do abastecimento e disciplina de preços, propõe-se o Governo fomentar todas as formas de cooperação (corrente), mas explícita, quer entre produtores quer entre comerciantes, e por aqui se fica. Entre consumidores, não? Porque se omite? Lapsus ou alergia? De resto, embora o termo cooperativismo seja repetido frequentemente ao longo do documento, quando se aborda, em título próprio, o apoio a conceder ao sector da propriedade social, designadamente ao sector cooperativo, como se diz, apenas se dedica uma página e quase toda ocupada com referências ao Instituto António Sérgio, organismo cujo interesse não é necessário realçar, mas que já existe. Sobre desse título um parágrafo, a contrastar com as 5 páginas dedicadas, noutra título, ao estímulo do sector privado. É evidente que não se poderá aferir a importância das medidas a tomar pelo número de páginas que a sua referência ocupa, mas também é evidente que, quando se quer dizer alguma coisa de concreto, algum espaço se terá de ocupar. Aquele título, o de apoio ao sector da propriedade social, designadamente ao sector cooperativo, como no mesmo se diz, está, com efeito, manifestamente carenciado de referências a medidas concretas.

Não vá acontecer a este designadamente o mesmo a que já a outros sucedeu. É esse o meu desejo e será também, de certo, de todos os cooperativistas.

Para finalizar, três breves referências ao programa do sector agrícola. Para mais não chega o tempo de que ainda disporei.

A primeira observação é sobre aspectos de estruturação fundiária. A propósito se diz, e está certo, em princípio, que a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária será regulamentada e executada, o mesmo se passando em relação à Lei do Arrendamento.

Porém, o proveito que a aludida regulamentação poderá tirar dos próprios textos, no sentido de aproximação dos pontos de vista do Partido que votou contra e agora no Governo, é evidente. Os textos daquelas leis dão para isso.

A segunda observação é sobre aspectos do fomento, reorganização de culturas e ordenamento. Aqui não há novidades, pois já anteriormente muito foi dito a tal respeito, embora muito pouco executado. Ou melhor, regista-se a novidade de se não fazer qualquer

referência às culturas de beterraba e de tabaco, culturas que poderiam contribuir para a redução de importação e aumento de postos de trabalho e, ainda, a primeira, para o incremento da pecuária, a segunda, para ocupação de mão-de-obra também em épocas em que o trabalho no exterior se reduz e que poderia ser ocupado, pelo menos em parte, nas operações de escolha, classificação, armazenagem, etc.

A última observação destina-se a assinalar a ausência completa de referência à produção pecuária. Como se o desenvolvimento pecuário à base de ruminantes não seja imprescindível, até para a resolução do problema dos pousios e para a melhoria da nossa produção cerealífera; como se a produção de espécies em confinamento (suinicultura, avicultura, cunicultura) não tivesse grandes problemas relacionados com o seu planeamento, com a sanidade, com o abastecimento de rações, cujos componentes em grande parte são importados. Como se o atraso da nossa agricultura não fosse, por um lado, e não reflectisse, por outro, o atraso da nossa pecuária.

Face a tal lacuna havida admiti que faltassem páginas à cópia que me foi distribuída. Mas não faltam. Até tem uma repetida (a 61 repete exactamente a 60).

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dieter Dellinger para uma intervenção.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: A política industrial definida no programa do II Governo Constitucional subordina-se, como não podia deixar de ser, ao modelo subjacente a toda a política económica proposta ao País. Isto é, ao sistema de economia mista, de coexistência concorrencial entre diferentes sectores institucionais, com modo de regulação assegurado por uma síntese entre os mecanismos de mercado e de planeamento.

Trata-se, pois, de fazer funcionar uma economia mista por imperativo constitucional e, naturalmente, pela própria adesão do PS ao modelo daí decorrente, resolvendo a grave crise económica que o País atravessa e que está em vias de ser um obstáculo intransponível à prossecução de qualquer via, e à sobrevivência da própria democracia portuguesa.

É pois evidente que não se trata aqui dum projecto económico textual. Isto de fazer funcionar uma economia mista não vem nos 14 volumes das obras completas de Lenine, não foi apontado por Marx, menos ainda por qualquer defensor do capitalismo clássico, nem do neo-clássico, nem do keynesiano ou do neo-clássico-keynesiano, como agora se costuma designar. A economia mista não goza dos favores dos monetaristas, nem dos estruturalistas puros; é praticamente impossível encontrar nas livrarias da Baixa qualquer tratado de economia mista. Daí, talvez, a razão por que tanta gente se sente confundida, falta-lhes o «manual de instruções» para perceber o que se está a passar neste país em matéria de economia. Contudo, o esquema é simples, foi estabelecido na Constituição, resulta dum equilíbrio de forças políticas no interior da sociedade portuguesa e traduz um avanço muito significativo do poder das classes trabalhadoras, correspondendo à existência dum Estado conciliador, intervencionista e pacífico. Os últimos

dezoito meses mostraram a funcionalidade do modelo, que não é idílico, não visa a construção dum paraíso e não objectiva claramente um socialismo livresco. Mas quem acredita hoje em fórmulas idílicas enunciadas por «mestres pensadores», depois de tantos gulags, de tanta poluição, desemprego, fome, exploração e bombas de neutrões.

A política sectorial apontada no Programa do II Governo Constitucional deve, portanto, ser apreciada à luz da lógica da política económica global definida no modelo referido, e nas opções financeiras que se impõem para resolver a grave crise cambial que o País atravessa.

Não é, portanto, uma solução monetarista que o Governo propõe para salvar a economia portuguesa da crise, porque às indispensáveis utilizações dos instrumentos monetários e financeiros se juntam políticas sectoriais de profundo carácter estruturalista. Toda a política de crédito bancário, por exemplo, visa mais o investimento que a simples contenção dos consumos pelo incitamento ao aforro. Será, pois, uma política estruturalista de intervenção muito activa em todos os domínios da economia e subordinada aos planos, a curto e a médio prazo, que o Governo pretende apresentar à Assembleia da República. A intervenção vai mesmo muito além da própria dimensão do sector institucional próprio deste tipo de intervenção, ou seja, do sector público, assumindo um carácter, — apesar da presença do CDS — quase socialista. Mas, isto não tanto por existir uma vontade do Estado dominar a vida económica e controlar tudo o que os portugueses fazem, nem para servir os apetites duma burguesia de Estado, que, de resto, nem sequer existe enquanto classe ou grupo social autónomo e dominante. Não, o intervencionismo proposto no programa do II Governo Constitucional é uma consequência da vontade de defender as legítimas conquistas da Revolução de Abril, nomeadamente as que servem as massas trabalhadoras, e é também consequência da debilidade do sector privado, que nunca se autonomizou inteiramente em relação ao poder público, nomeadamente no que respeita à indústria, que tantos anos vegetou à sombra dum «condicionamento industrial» protector, mas inglório, mesquinho e estiolante das energias e capacidades que surgem nos regimes de concorrência e grande criatividade industrial.

Daí o País surgir no 25 de Abril com uma indústria mal equipada, sem produtividade, vivendo da protecção do «condicionamento industrial» e dos salários de miséria que pagava, relativamente pouco interessada em exportar, já que o condicionamento fascista era isso mesmo: criar uma indústria que tivesse garantida uma parcela do mercado nacional, não necessitando assim das maçadas e canseiras que dão as exportações. Muitas são as empresas, e podíamos citar dúzias de nomes que produzem há vinte, trinta ou mais anos os mesmíssimos artigos, não tendo acumulado nada, nem investido, nem investigado e tem que ser agora o Estado a dizer o que devem produzir para substituir importações, a fornecer os créditos, a criar institutos de apoio financeiro, a comprar obrigações-participantes, etc., etc.

Mas, sendo responsável por 36 % do PIB e dando emprego a 28 % da população, as mais de quinze mil

empresas industriais, nacionalizadas ou privadas, merecem do II Governo Constitucional todo o apoio, pois é a partir do que temos que poderemos vir a ter mais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Se o Governo tem a consciência que a crise actual, nomeadamente a falta de meios cambiais, não permite para este ano uma alta taxa de expansão — até pelo tempo que se perdeu com uma crise governamental, que afinal mais não produziu que o retomar das mesmas políticas sectoriais e económicas do anterior Governo — não deixa de objectivar uma taxa de crescimento bem maior para o triénio, mesmo de 10 % para a indústria.

A política industrial do II Governo Constitucional subordina-se, em concreto, aos seguintes objectivos globais:

a curto prazo contribuir efectivamente para a attenuação do desemprego e do *deficit* externo, principais pontos críticos da actual situação económica;

a médio prazo modificações estruturais, designadamente a modernização e racionalização do aparelho produtivo, de forma a permitir ao País reduzir a dependência externa nos aspectos financeiro, comercial e tecnológico.

Subordinado a estes objectivos gerais, o Programa do II Governo Constitucional aponta para a promoção do investimento industrial, tanto do resultante das empresas nacionalizadas como das empresas privadas. Para as primeiras o investimento industrial, além de se subordinar ao plano, vai buscar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Económico grande parte do necessário apoio financeiro. Este Fundo, que funcionará articulado à orgânica do planeamento, será o suporte da política financeira do Estado nas empresas públicas, e o instrumento de mobilização de recursos, não só resultantes do OGE como de emissão de títulos, créditos bancários, etc.

Para estimular o investimento industrial privado o Programa do II Governo Constitucional mantém a figura dos contratos de viabilização, cuja lógica de aplicação pressupõe a existência de condições mínimas de viabilidade económica. Além disso, será estudada a criação dum fundo financeiro, a administrar pelo sistema bancário, destinado a adquirir obrigações-participantes de empresas ou grupos de empresas de sectores ou regiões em crise, que celebrem contratos de viabilização ou participem em esquemas de reconversão técnica ou económica. Os recursos do fundo poderão ser constituídos por uma emissão de obrigações avalizadas pelo IAPMEI. Além disso, outros instrumentos de política financeira serão utilizados. Trata-se neste último capítulo de apoiar a actividade dum sector industrial com cerca de quinze mil empresas, das quais mais de 50 % têm menos de dez trabalhadores.

Em síntese, destaca-se na política industrial do Governo uma via estruturalista, baseada em projectos próprios, elaborados principalmente por empresas públicas, e de apoio a projectos privados pela via dos contratos de viabilização e da participação directa

do Estado em projectos de substituição de importações.

Além dessa via estruturalista, destaca-se a via monetária, da qual o crédito a juros bonificados será a mais indirecta, assim como, a reavaliação dos activos e outras medidas de carácter fiscal, objectivando a retoma do funcionamento financeiro normal de empresas descapitalizadas. Aqui, o aspecto de estímulo à exportação tem um papel dominante, até porque a exportação é uma garantia de que os apoios públicos se convertem eficazmente em produções capazes e concorrentiais, o que, talvez, não seja de fácil verificação num mercado nacional que tem que fechar a porta a muitas importações ou que as tem de encarecer.

Exportar é e será uma das grandes divisas do Programa do II Governo Constitucional, sendo a procura de novos mercados, de aumento dos já existentes, de novas produções exportáveis — que incluem, por exemplo, a venda ao exterior do *engineering* nacional, etc. —, uma preocupação permanente da actual equipa dirigente, susceptível de produzir novas medidas, aqui não enunciadas, já que o que interessa não é inventar planos fantasistas mas aproveitar as mais pequenas oportunidades, fazendo-as crescer.

Tem sido aqui muito criticada a política de incentivo à exportação, como se um país com um *deficit* comercial de quase 100 milhões de contos, ou seja cerca de 20 por cento do PIB, que não produz petróleo, nem alumínio, nem a maior parte das matérias-primas industriais, nem equipamentos sofisticados, não devesse exportar muito mais do que exporta actualmente. Já hoje não é pensável, que países muitas vezes maiores que o nosso, como a União Soviética, os EUA e a China, por exemplo, não exportem nem importem, como se pode imaginar que um país de nove milhões de habitantes possa fechar a sua economia ao estrangeiro, possa ser autárquico e não deva construir uma economia de produção como qualquer outra no Mundo. Basta olhar para uma matriz de relações interindustriais portuguesa para verificar como são complexas as relações de entrada e saída de factores de indústria para indústria e como tudo depende em Portugal da entrada de factores (*input*) importados. Uma redução das importações da ordem dos 50 milhões de contos produziria, certamente, um efeito desmultiplicador de, talvez, mais de 200 milhões de contos no PIB e um aumento do desemprego de um milhão ou mais de trabalhadores portugueses. Uma política que se oponha ao aumento das exportações ou visa a fome e a miséria da totalidade dos trabalhadores portugueses, e saliente bem da totalidade, ou então supõe que o País pode para sempre auferir de ofertas monetárias vindas do estrangeiro da ordem do bilião de dólares anuais. Isto à excepção, naturalmente, de encontrarmos petróleo em Chelas.

Mas, o Programa do Governo não visa contudo uma política de exportação do tipo Tratado de Meetween, até porque não possuímos um artigo ou produto susceptível de ser exportado em tal quantidade que, por si, pagasse só a factura do petróleo bruto importado — mais de 20 milhões de contos, por exemplo. É na diversificação, na substituição de importações, na nacionalização de produções existentes, com a produção de factores como matérias-prí-

mas, equipamentos, etc., no País, que assenta a política a seguir pelo Governo.

A confirmar isto está o amplo leque de projectos industriais que o Programa aponta, desde o fabrico de papel, cartão canelado, produtos químicos inorgânicos, altos-polímeros, ferro e aço, cimentos, fibras sintéticas, etc., além do estudo de projectos para a produção de tractores, motores Diesel, electrodomésticos, máquinas-ferramentas, equipamento agrícola, produtos farmacêuticos de síntese, volfrâmio metálico, etc. Tudo, enfim, produções que, de modo algum se situam na óptica de uma política do tipo Tratado de Meetween e não apontam objectivamente para a recuperação, a qualquer preço, do sector privado. A maior parte destes projectos será concretizada por empresas públicas, outros por empresas mistas, como é o caso dos automóveis Renault, e só naqueles, como nas máquinas-ferramentas, por exemplo, é que o sector privado será privilegiado, por ter para tal as necessárias instalações.

Efectivamente, dizer que a política de exportação visa o capitalismo, só porque os principais sectores de exportação são as 2 mil empresas têxteis e de confecções, com uma média de 80 trabalhadores por unidade, e as centenas de fábricas de calçado, cutelarias, cerâmica industrial e doméstica, etc., seria o mesmo que dizer não a essas produções, que até são fundamentais para o nível de vida dos trabalhadores, por produzirem os artigos do seu consumo diário, só porque são empresas privadas. Quem aqui nesta Assembleia propôs alguma vez a nacionalização, ou só a socialização, das quinze mil empresas industriais. Quem aqui pode pretender que estas empresas se transformem em campos de luta de classes permanente, fazendo o País prescindir de mais de 50 milhões de contos de exportações e mais 200 milhões de contos de produção global, condenando-nos a todos ao desemprego, à fome e à miséria.

Não há pois dúvidas que a política proposta pelo II Governo Constitucional, no seguimento da concretizada pelo I Governo não tem alternativa. Nem mesmo as medidas indirectas a curto prazo, como as que visam, por exemplo, o trabalho por turnos, de modo a tornar mais rendível os caríssimos equipamentos industriais que o País possui e que na maioria são importados. Com menos de vinte mil contos já não se monta a mais elementar oficina metalúrgica, quanto mais fábricas de papel, tecidos, plásticos, etc.

As medidas indirectas a curto prazo serão de aplicação imediata, devendo as primeiras sair ao longo das próximas semanas de governação, enquanto os projectos industriais já citados serão de aplicação imediata, naturalmente, os já iniciados fisicamente ou em estudo. E de acordo com um calendário de avaliação de pontos críticos, como é natural nestas coisas serão concretizados os restantes. Por isso, pretender ver no programa do governo um mapa PERT de percursos tempos é, efectivamente, não conhecer as fronteiras entre a gestão política e a técnica, é confundir o projecto político que acaba antes do caderno de encargos e o projecto técnico que começa com este. A política é uma coisa e o exercício da engenharia, da medicina, da arquitectura é outra. Daí não ter sentido a crítica da falta de um calendário de execução para os projectos que ainda não estão em estudo, até porque o II Governo Constitucional

irá apresentar a esta Câmara um plano a curto prazo para o ano em curso até 15 de Março e um plano a médio prazo até Outubro deste ano e, esses sim, esquematizarão os projectos mas variáveis tempo e custos financeiros.

Para acabar, resta-me acrescentar que não há, efectivamente, alternativa à política proposta em termos de melhoria, restando-nos a todos nós saber desfilar a demagogia do possível, as palavras ocas do enunciado de concretizações viáveis.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia para pedir esclarecimentos.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Gostava de fazer cinco perguntas ao Sr. Deputado do Partido Socialista:

1.) Disse o Sr. Deputado que a política industrial do Governo contribuía para reduzir substancialmente o desemprego e pergunto como é que isso é possível, se os projectos são altamente consumidores de capital e não empregam quase trabalho algum. Mais concretamente, refiro-me aos projectos apresentados a esta Câmara em 1977, no PISEE, e que foram objecto de profunda crítica, dado que a maior parte deles consagrava um investimento de 23 mil contos apenas por trabalhador.

2.) O Sr. Deputado contraria o Programa do Governo quando diz que os projectos industriais são de execução imediata, já que o Programa de Governo diz exactamente que a maior parte deles vão ser objecto de estudo e revisão.

3.) Gostava de saber o que entende por «obrigações participantes». Serão obrigações que o Estado vai subscriver nas empresas privadas em dificuldades?

4.) O Sr. Deputado está equivocado e viola o Programa do Governo quando diz que o mercado nacional provavelmente tem de fechar as portas ao exterior. Ora, isso contraria frontalmente o que vem disposto na página 83, alínea d) onde se diz que há grande inviabilidade em diminuir o grau de importações em Portugal.

5.) O Sr. Deputado falou na fábrica de papel a montar. Pode dizer-me qual é a matéria-prima que vai utilizar, qual o programa silvícola que está previsto no Programa de Governo que permita a utilização de matéria-prima nacional para esse efeito?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Desejava formular três perguntas apenas:

1.) Falou-se que o Programa do Governo era quase socialista. Perguntava se isso era em termos de socialismo de apropriação, de socialismo de redistribuição ou de socialismo de gestão, e, em que termos é que isso é susceptível de ser conciliado com a afirmação de que se vai suspender a construção do socialismo.

2.) Existem ou não contradições entre a política

económica do I Governo Constitucional no que respeita ao Plano a médio prazo e a política económica subjacente ao programa de estabilização para que aponta, quer a proposta do Plano apresentado para 1978 quer a proposta de lei apresentada no que respeita ao Orçamento Geral do Estado.

3.) Falou-se em via estruturalista. Concretamente, em que é que consistiria essa via estruturalista, em termos de se conseguir conciliar uma actuação no perfil da procura com uma actuação na estrutura da oferta, e em termos de política de repartição de rendimentos, na medida em que normalmente uma política desse tipo assenta sempre em políticas de altos salários e numa transferência progressiva de mão-de-obra do sector tradicional para o sector moderno?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Dieter Dellinger, queira responder.

O Sr. Dieter Dellinger (PS): — Em primeiro lugar, quanto à política de emprego, para além do enunciado dos projectos, foi aqui dito muito claramente que a política económica mista aponta para a via dos incentivos financeiros, a do apoio às talvez quinze mil empresas industriais que referi nomeadamente a exportação, e que são essencialmente empresas de trabalho intensivo. Alguns dos projectos aqui apontados, nomeadamente o dos automóveis, também são, de certo modo de apoio a empresas de trabalho intensivo e, mais do que isso, sendo empresas de laboração de matérias-primas, acabam por fornecer matérias-primas para a indústria têxtil, para a indústria do plástico, para a indústria de transformações diversas, que, por sua vez, são de trabalho intensivo e que sem abastecimento nacional teriam muita dificuldade em se expandir, já que não é possível aumentar de qualquer maneira as importações, mesmo as de matérias-primas.

No que respeita à política de aplicação imediata, salientei e reproduzi as palavras do Programa, dizendo que eram de aplicação imediata aqueles projectos que já tinham sido enunciados ou cujos estudos estavam em curso ou mesmo já completados; os outros seriam de avaliação quanto ao tempo e a outros factores.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Quais?

O Orador: — Quanto às obrigações participantes, é claro o que se diz no Programa, pois trata-se de adquirir obrigações participantes de empresas que estejam em crise, no sentido de lhes criar um apoio financeiro que permita a concretização de contratos de viabilização. Estes, para serem possíveis, requerem a viabilização do projecto e, naturalmente, de um certo apoio financeiro. E também aqui há a ter em conta o aspecto do emprego, já que o contrato de viabilização, a participação, visa o aumento do emprego, visa garantir empregos já existentes.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Se me permite, as obrigações são participantes em quê?

O Orador: — Isto tem, efectivamente, não um carácter de participação imediata no capital da empresa, mas visa criar uma participação superior à das obrigações tradicionais. Será, portanto, um meio-termo de associação de capital e de obrigações. As obrigações tradicionais limitam-se a ser praticamente um empréstimo e aqui tratar-se-á de um empréstimo mais lato.

Quanto a fechar as portas às importações, a explicação é muito simples: a desvalorização do escudo aumentou o custo das importações, encareceu-as, e desde que os *deficits* da balança de pagamentos não sejam reduzidos de acordo com os empréstimos externos obtidos ou de acordo com as exportações acrescidas, mais tarde ou mais cedo terá de se fazer uma certa selectividade de importações, que se pretende que seja mínima, mas que neste momento já existe uma certa escala.

Quanto ao projecto da fábrica de papel, ele conta com o equipamento já adquirido pela Celangole e com projectos já existentes, que as celuloses já têm e estão comprovados por estudos económicas feitos pelas respectivas empresas.

O outro deputado do PSD falou na via quase socialista e perguntou qual era, efectivamente, o tipo de socialismo em vista. Neste caso, a via socialista era sinónimo da intervenção do Estado na economia, feita de acordo com a que consta do Plano, portanto, de apoio tanto a empresas nacionalizadas, como a cooperativas, a empresas privadas, e à constituição de empresas de capital misto.

Também me foi feita uma pergunta sobre o estruturalismo da economia e as relações de oferta e procura. O carácter estruturalista da economia, como aqui foi dito, refere-se essencialmente ao intervencionismo directo do Estado na construção de empresas, nos tais projectos enunciados, na intervenção em termos de substituição de importações, no apoio e no estudo de projectos de empresas privadas, portanto, numa intervenção activa, numa gestão da própria economia, da própria produção industrial. Não se trata aqui de orientar directamente o esquema de oferta e procura, se bem que a influência seja directa, visto que se aumentarmos a produção aumentará a oferta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, para uma intervenção.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Numa linguagem típica de quem não quer chamar as coisas pelos nomes (por certo para não se magoar a si próprio) o Governo faz uma ligeira análise da situação agrícola portuguesa — que, de tão ligeira, omite traços fundamentais. Assim, por exemplo, o Programa não faz praticamente referência à Reforma Agrária — o que sem dúvida não é esquecimento ou obra do acaso. Pelo contrário, e em face de ela ter constituído um dos dois grandes obstáculos ao acordo entre o PS e o meu Partido, tal omissão não pode deixar de ser uma atitude deliberada e preocupante: primeiro, porque clarifica até que ponto o PS, neste casamento contra-natura com o CDS, abdicou do seu programa de Partido, coagindo-se a quase não utili-

zar expressões constitucionais, como «Reforma Agrária», das quais o CDS foge como o diabo da cruz ...

Vozes do CDS: — Oh, não foge...

O Orador: — ...; segundo, porque deixa adivinhar as resistências que o CDS e o Governo levantarão à sua consolidação e desenvolvimento.

O Sr. Azevedo Coutinho (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Está a ver como é verdade!... Desde já queremos assinalar, por outro lado, o espírito de classe de que está imbuído este Programa. Nele nunca são utilizadas expressões como «trabalhador agrícola», «latifúndio», «pequeno ou médio agricultor», «unidade colectiva de produção», «sindicatos», «secretariados das UCP's/cooperativas» ou «organizações de pequenos e médios agricultores». Pelo contrário, as que aí aparecem são exclusivamente do tipo «agricultores», «empresas que detêm projectos de exploração», «empresas com viabilidade económica».

Mas não nos iludamos: a expressão «agricultor» que o Programa utiliza tem um marcado conteúdo de classe que ele próprio define: é o agricultor capitalista em geral, o que significa que ficam de fora as camadas mais pobres do campesinato, designadamente do Centro e Norte do País.

E se o Programa despreza os trabalhadores, que sentido podem ter frases tais como «intervenção activa dos parceiros sociais na elaboração das políticas e na génese das principais medidas»?!

Sr. Presidente: Ao analisar os objectivos da política agrícola anunciados por este Governo, verifica-se que eles se resumem, no essencial, ao aumento da produção. Ninguém discordará deles. Simplesmente as medidas que o Governo preconiza, não correspondem aos objectivos anunciados. E fazemos esta afirmação não pelo rol de títulos vagos e genéricos que constituem a quase totalidade das medidas enunciadas — que de tão vagas, nem sequer permitem uma crítica, não tendo outro valor que o de meras intenções. O conteúdo das poucas medidas que vêm no Programa com algum miolo, e também flagrantes omissões de medidas de primordial importância, revelam claramente que os objectivos anunciados são demagógicos, porque o Governo pretende atingir outros completamente diferentes, mas que não pode confessá-los.

O primeiro e mais determinante aspecto que contradiz o justo objectivo do indispensável aumento da produção, é o facto de o Governo sujeitar o desenvolvimento da agricultura ao «ritmo do processo de integração europeia». Ora essa adesão ao Mercado Comum não pode fazer-se com uma agricultura como a que nós temos, e de resto todos sabemos que é exactamente ao nível da agricultura que têm surgido as maiores dificuldades e resistências por parte da CEE à integração de Portugal e doutros países mediterrânicos.

Daqui, porém, o Governo, em vez de concluir que esta coisa da adesão ao Mercado Comum é negócio que interessa apenas a uma parte mínima das empresas agrícolas portuguesas, e portanto, que não é por

ai que nós temos de orientar a nossa política agrícola, assume, ao contrário, a primeira clara e desastrosa orientação da sua política agrícola: ao afirmar que a metade das empresas agrícolas portuguesas não interessam os mecanismos de mercado, uma vez que são inferiores a 1 ha, o Governo põe a primeira pedra do edifício político que visa votar ao abandono essas 400 000 pequenas explorações.

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Muito bem!

O Orador: — É o retorno à política do passado, que conduziu ao desaparecimento de mais de 100 000 pequenas explorações nas décadas de 50 e 60.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, comunistas, entendemos que a segunda grande linha de solução para a profunda crise da agricultura portuguesa consiste exactamente em evitar a ruína dessa enorme massa das pequenas explorações camponesas, primeiro, para depois se conseguir mobilizá-las para o desenvolvimento. Este facto exige uma política inversa àquela que o Governo preconiza, isto é, exige uma política de preços, de crédito e de comercialização que tenha em conta as características e as necessidades próprias das explorações mais pequenas.

Clarifiquemos a nossa crítica com o caso do crédito agrícola, que o Programa aponta justamente como «um bloqueamento sério».

Aí se condensa a insuficiência do crédito de curto prazo, os critérios de concessão, as garantias exigidas. E daí, onde aíás todos estaremos de acordo, arranca para a afirmação de que essas «características perniciosas sempre estiveram e estão presentes no sistema de crédito agrícola». Quer dizer que o Governo passa por cima de três anos de vigência do Crédito Agrícola de Emergência, o qual justamente alterou essas características perniciosas e se adaptou às exigências de centenas de milhares de pequenos e médios agricultores e rendeiros e de trabalhadores, quer nos prazos quer nas garantias. O CAE foi desvirtuado na vigência da equipa do ex-Ministro Barreto, que o tornou um crédito difícil, burocratizado, com elevada taxa de juro, e de novo exigindo garantias que não podem ser prestadas.

Mas por outro lado o Governo propõe-se «orientar a concessão do crédito para o fomento da produção em empresas agrícolas e agro-industriais com viabilidade económica», e bem assim «privilegiar a concessão do crédito às empresas que detenham projectos de exploração capazes de assegurar o desenvolvimento correcto da respectiva actividade», isto é, de acordo com o ritmo da integração europeia.

Isto, e a ausência de qualquer referência, quer aos pequenos e médios agricultores quer às suas cooperativas, quer às UCP's/cooperativas, denuncia claramente que o Governo não se preocupa com os camponeses nem as suas cooperativas, nem com os trabalhadores da Reforma Agrária e o seu meio milhar de unidades de produção; pelo contrário, só tem em vista privilegiar os agricultores ricos e as empresas capitalistas, e prosseguir, tal como acentuadamente aconteceu até ao 25 de Abril, uma política em que o desenvolvimento industrial se fazia,

em apreciável medida, à custo do sacrifício do sector agrícola.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: é confrangedor verificar que no Programa não são minimamente analisados os problemas da Reforma Agrária, não sendo sequer tidos em conta os resultados obtidos. É tão grande a aversão do Governo com o CDS à Reforma Agrária que despreza a real modernização dos processos produtivos que com a Reforma Agrária se tem iniciado, a introdução de novas culturas (designadamente o tabaco), o aumento do parque de máquinas e equipamentos e do efectivo pecuário e os melhoramentos fundiários e outros já realizados; como despreza esta notável realidade que é a maior área de cereais jamais semeada em Portugal, e o grito de alerta dos trabalhadores exigindo que o Estado tome as suas responsabilidades para a próxima campanha de Primavera.

Quer dizer que o Governo PS/CDS é tão vago que despreza a potencialidade desse milhão de hectares e dos trabalhadores que os exploram, e que devem constituir a primeira linha do esforço estatal para o aumento da produção.

Aplausos do PCP.

O Orador: — Em vez de analisar efectivamente os resultados já obtidos na Reforma Agrária, o Governo afirma que se mantêm as «grandes áreas dedicadas à cultura extensiva tendendo para a monocultura cerealífera». É caso para perguntar o que fez o Governo anterior, e o que é que este se propõe fazer, para apoiar o esforço de modernização, intensificação e diversificação cultural empreendido pelos trabalhadores?! É caso para perguntar se é cortando o crédito às UCP's/cooperativas e tirando-lhes a terra os meios de produção que os trabalhadores podem fazer uma agricultura desenvolvida?!

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — No tocante às novas culturas (tabaco, beterraba, algodão, oleaginosas), verifica-se que o Governo nem sequer as referiu no programa agrícola. E aqui se chama a atenção para o facto de o CDS, antes de ser Governo, pugnar nesta Assembleia, com certeza demagogicamente, pela necessidade da sua introdução.

O Sr. António Simões (CDS): — Bruxo!

O Orador: — Mas agora, que é Governo, tratar de impor os interesses do capitalismo internacional, ao qual não interessa que Portugal produza aquilo que o Mercado Comum nos vende.

Mas além disso, também não se refere ao indispensável papel da engenharia rural na modernização e desenvolvimento da agricultura, nem à mecanização, do mesmo modo que não tratou a questão de uma verdadeira política voltada para o intensivo aproveitamento dos perímetros de rega e da instalação de novos regadios.

Quer dizer que o objectivo anunciado do aumento da produção não conta com alguns dos instrumentos fundamentais que podem conduzir a esse aumento.

E já que falamos em omissões, que dizer da total

ausência de qualquer referência aos baldios, isto é, à intensificação do processo de restituição do uso dos baldios aos povos — seus legítimos utentes — e ao seu importante papel no aumento da produção pecuária e florestal?!

E, finalmente, o Programa, ao afirmar que o sector agrícola «suporta ainda hoje pesos excessivos de população», aponta uma outra linha de acção que consistirá em querer reduzir a percentagem da população activa agrícola — aliás, toda a política de liquidação das pequenas explorações e das UCP's/cooperativas acarreta inevitavelmente o desemprego de milhares de trabalhadores agrícolas e de pequenos agricultores e rendeiros.

Nós afirmamos que só demagogicamente se pode dizer que existe tal excesso de população na agricultura porque: primeiro, o que interessa é o número de activos por hectare produtivo, e esse número é, nas UCP's cooperativas de 1 activo para cada 20 ha, enquanto no resto do Continente é de 1 activo para 7 ha — e no entanto, estes números são bem mais favoráveis que os da CEE; segundo, o próprio Programa refere o facto da «subutilização dos recursos naturais do território», traduzido em 1 milhão de hectares de pousios, isto é, 1/3 das terras aráveis, sem contar com as terras incultas e subaproveitadas; terceiro, ao apontar para os incentivos às empresas viáveis, o Governo pretende apoiar aqueles mesmos grandes proprietários e latifundiários — que são exactamente os chamados empresários responsáveis pelo abandono em que se encontram essas terras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: quer a recuperação económica da agricultura quer a sua recuperação social, não podem fazer-se pensando que há gente a mais nos campos, mas sim, e bem ao contrário, partindo da certeza que é preciso explorar convenientemente essa imensa área inculta ou subaproveitada.

Enfim, importa sublinhar que todas estas consequências negativas da política contida no Programa são reforçadas pela afirmação, que ele também contém, de que o Governo actuará «na sequência do que foi a acção dos últimos meses do I Governo Constitucional, e complementando essa acção». É que isso significa que o actual Governo pretende fazer a mesma política — agora agravada pela presença do CDS — que conduziu à permanência dos principais bloqueamentos ao desenvolvimento do sector, e que elle próprio critica.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por isso nós dizemos que uma política baseada: no abandono e ruína de milhares de pequenas explorações camponesas, nomeadamente do Centro e Norte do País; na perseguição às UCP's e cooperativas da Reforma Agrária; no desprezo pelos trabalhadores e pequenos e médios agricultores; no abandono da introdução de novas culturas; nos privilégios às empresas capitalistas à custa dos dinheiros públicos, é uma política que conduz inevitavelmente: à quebra da produção e ao desemprego e, portanto, ao agravamento das condições de vida do povo português, particularmente nos campos. E por isso mesmo é uma política suicida e antipatriótica.

Aplausos do PCP.

O Programa agrícola deste Governo não serve a recuperação económica, antes a contraria.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aquilo que dissemos em relação à agricultura é no essencial igualmente válido para as pescas se os objectivos apontados no Programa são justos, as medidas propostas para os alcançar ou são tão vagas que não dizem nada, ou aquelas que têm miolo denunciam a impossibilidade de alcançar tais objectivos. Uma única ressalva, aliás positiva: o Programa contempla as pequenas e médias empresas do sector.

Os projectos são tantos, e tão caros, que sem dúvida essa política das pescas está em profunda contradição com a política económica e financeira que informa todo o Programa, e designadamente na imposição da limitação do crédito interno e do investimento público (sem o que não se constroem nem renovam barcos, não se implantaria a rede de frio, não se intensifica a prospecção e pesquisa dos recursos, não se melhoram as condições de transporte e descarga do pescado, não se soluciona a estrutura económica e financeira das empresas nacionalizadas).

E logo aqui se vê que falha um dos três instrumentos fundamentais que é necessário acionar para obter o aumento das capturas. É que para que estas aumentem, é necessário conhecer as possibilidades dos nossos pescueiros e negociar o direito de pescar em águas estrangeiras; ter uma frota adequada à área de pesca a que se destina; e criar condições de venda tais que o pescador se interesse por pescar mais.

Já nos referimos às consequências da política económica e financeira deste Governo, que limitando os investimentos, dificulta a actuação nesses três campos, e nomeadamente impede a reconversão e modernização da nossa frota.

Além disso, o Programa não refere nunca a necessidade da formação profissional dos trabalhadores da pesca, nem contém qualquer medida que aponte para o desenvolvimento do ensino da pesca e para a definição e adequada articulação das carreiras profissionais — e por isso fica desde logo comprometido o sucesso de uma política de melhor aproveitamento dos recursos.

O terceiro aspecto — o da comercialização — que constitui, como se sabe, um canoro do sector, aliás agravado durante a vigência do I Governo de Mário Soares, é pegado às avessas por este Governo. Quer dizer, em vez de reconhecer que nele residem as causas fundamentais da diminuição das capturas e do aumento dos preços ao consumidor, o Governo apresenta a comercialização como a vítima.

É que não se pode desconhecer — e o responsável desta pasta seguramente não o desconhece — que os preços praticados na comercialização do pescado nas lotas condiciona decisivamente o próprio volume de pescado, devido ao conhecimento muito profundo que o pescador tem da lei da oferta e da procura: ele conhece bem a curva dos rendimentos, e sabe, por experiência duramente vivida, que acima de certas quantidades, o preço do pescado baixa para valores que lhe não interessam, embora o consumidor não beneficie desse baixo preço.

Ao invés de apontar para uma intervenção mais eficaz do Estado na comercialização deste bem essencial que é o peixe, o Governo — não tanto no que diz no Programa mas mais naquilo que não diz —

aponta para uma liberalização ainda maior, que só poderá agravar as actuais condições de comercialização, e consequentemente da produção e do consumo.

Finalmente, importa criticar o modo como este Governo encara as empresas nacionalizadas, não as tornando como importantes instrumentos para a melhoria do sector das pescas.

E no entanto uma tal política, de afastamento da intervenção do Estado neste importante sector, e principalmente nos seus sectores mais rentáveis, seria apesar de tudo executada à custa de um gigantesco esforço financeiro do Estado para criar as infra-estruturas de que os «empreendedores», isto é, os patrões privados, se iriam servir gratuitamente, beneficiando dos correspondentes lucros.

Apesar das boas intenções que evidentemente manifesta, o Programa do Governo para o sector das pescas também não serve a recuperação económica.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O aumento da produção agrícola e das capturas de pescado são dois problemas fulcrais da economia portuguesa que este Programa não vislumbra atingir.

O PCP e todos aqueles que estão com as posições que o PCP preconiza apoiarão todas as medidas justas que permitam alcançar esse patriótico objectivo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Emilia de Melo para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª Maria Emilia de Melo (PS): — Eu gostaria que o Sr. Deputado que acabou de falar me esclarecesse o seguinte: em primeiro lugar, criticou bastante, como aliás é normal da sua bancada, a ligação Portugal/CEE, e perguntava-lhe se considera ou não que estamos num espaço geográfico que se identifica com a OEE, com a Comunidade Económica Europeia, mais propriamente dita. Sendo assim, temos ou não que procurar o denominador comum com os países que estão geográfica e historicamente mais próximos de nós ...

O Sr. Abolim Inglês (PCP): — E a Suíça, a Finlândia e a Noruega? ...

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — O problema não é de geografia.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, dão-me licença? Eu tenho a impressão que a Sr.ª Deputada está a fazer uma pergunta ao Sr. Deputado Vitor Louro e estou a ouvir responder de outro lado ...

Tenha a bondade, Sr.ª Deputada.

A Oradora: — Muito obrigada, Sr. Presidente, mas eu tenho sempre o maior gosto em dialogar com os Srs. Deputados da bancada do Partido Comunista.

Risos do PCP.

Eu queria perguntar ao Sr. Deputado se, reconhecendo isso, reconhece ou não que temos de procurar o denominador comum com esses países.

Em segundo lugar, se não reconhece isso — e reconhecendo com certeza que Portugal não é uma Ilha —, com que países é que nós devemos procurar esse denominador comum e de que forma.

Em terceiro lugar, perguntava ao Sr. Deputado se reconhece ou não que as formas de propriedade social são empresas e, se as considera tal, se estão ou não incluídas no conjunto indicado no programa como sector empresarial ou empresas agrícolas; e ainda se as empresas de propriedade social, sejam cooperativas, sejam unidades colectivas, são ou não empresas e portanto um subconjunto de todas as empresas, pelos quais eu julgo que também são. Portanto, gostaria que o Sr. Deputado me dissesse se ao falarmos aqui em empresas estamos ou não a envolver as formas de propriedade social.

Em quarto lugar, sendo essas empresas do tipo propriedade social — sejam cooperativas ou unidades colectivas —, pergunto se entende o Sr. Deputado que pelo simples facto de serem de propriedade social têm ou não necessidade e obrigação de ter uma contabilidade de tal forma limpida que permita prestar contas a todo o País — que, no fundo, tem a sua quota-parte de ligação a essas empresas —, e se, no caso de não prestarem contas limpidas, devem ser sancionadas por isso.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vitor Louro deseja responder já ou responde em conjunto, visto haver mais Deputados que desejam fazer pedidos de esclarecimento?

O Sr. Victor Louro (PCP): — Prefiro responder em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso igualmente para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Deputado Vitor Louro, não vou, evidentemente, obviamente, defender o Programa do Governo porque isso não me compete a mim.

Risos do PCP.

É verdade, Srs. Deputados, isso não me compete a mim.

Vou apenas dar dois esclarecimentos relativamente a dois pontos em que o Sr. Deputado referenciou o CDS.

O primeiro já é repetitivo, é velho, várias vezes o disse aqui e o Sr. Deputado também já várias vezes o repetiu. O CDS não foge da Reforma Agrária e sempre disse considerar a Reforma Agrária indispensável e essencial. Tem um conceito de Reforma Agrária diferente do do Sr. Deputado, é evidente.

De resto, verifica-se hoje, Sr. Deputado, renovado interesse da sua parte pelas pequenas e médias explorações, mas acrescentou uma frase que para mim foi muito concludente que depois de as manter com uma certa viabilidade, elas arrancariam para a mobilização e para o desenvolvimento — quer dizer, para a colectivização.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente às novas culturas, queria dizer ao Sr. Deputado Vítor Louro que não há mudanças de orientação do CDS. No dia 17 de Janeiro, fiz aqui uma intervenção sobre as novas culturas, considerando-as indispensáveis para o desenvolvimento da agricultura, adiantando até que, relativamente a algumas delas, não havia impedimento da CEE para o seu desenvolvimento em Portugal.

De facto, o Programa do Governo não os aponta claramente — suponho ser uma omissão que deve ser corrigida —, mas, se atentar que nos objectivos do Programa para a agricultura se diz que é fundamental reduzir o *deficit* da balança de pagamentos e que, quanto a medidas a tomar, se diz que há que ajustar, que fazer uma adaptação das culturas às potencialidades dos recursos naturais, é evidente que as novas culturas têm de ser postas em equação e têm de ser encaradas urgentemente. Devo até repetir o que já lhe disse pessoalmente: que estranho que, quando o Sr. Deputado esteve no Governo, este problema das novas culturas não tivesse sido definitivamente resolvido. Teríamos ganho dois anos.

Aplausos do CDS.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Estava o PSD no Fomento Agrário ...

O Sr. Presidente: — Temos agora uma novidade: batem-se palmas a perguntas... É mais uma novidade.

Risos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mendes Godinho para pedir esclarecimentos.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Deputado Vítor Louro — e é sempre um prazer ouvi-lo nesta Câmara —, ...

O Sr. António Simões (CDS): — Acha?

O Orador: — ... longe dos objectivos concretos e práticos do Programa do Governo, preocupou-se V. Ex.^a com a linguagem desse Programa. É normal aliás que V. Ex.^a tenha essas preocupações, pois o rigor de linguagem faz com que a maior parte dos discursos do vosso partido tenha uma consonância que tem pasmado o povo português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Todo o Programa do Governo neste sector, ao contrário do que diz, é um estímulo forte aos pequenos produtores, através do crédito, da ajuda técnica, da política de preços e da intervenção tempestiva no mercado.

Gostava de lhe fazer duas perguntas: acha V. Ex.^a que o crédito dado à agricultura na zona da Reforma Agrária foi um crédito progressista e que deu resultados práticos?

Segunda pergunta: falou V. Ex.^a duas vezes na cultura da beterraba, do tabaco e do algodão. Quantos hectares é que, na dourada opinião de V. Ex.^a, o Programa do Governo deveria prever para aquelas culturas e quantos hectares acha necessários para

a instalação de forragens, de pastos, para a produção de carne e leite, que, na opinião dos socialistas, são mais importantes e mais necessários à alimentação do povo português do que o tabaco e o algodão?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Florêncio Matias.

O Sr. Florêncio Matias (PS): — Prescindo, Sr. Presidente, uma vez que as questões que queria levantar já foram formuladas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro para responder.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Sr. Presidente, vou responder pela ordem inversa à que as questões me foram formuladas para não perder a proximidade delas.

Assim, em relação ao nosso colega Mendes Godinho, devo dizer-lhe que o rigor da nossa linguagem é uma preocupação, um timbre, para que não caiamos na situação que o nosso colega Dieter Dellinger acabou de nos exhibir.

Risos do PCP.

E não estou a fazer confusão de nomes, pois refiro-me àquele problema sobre as economias mistas, etc.

Relativamente aos créditos na zona da Reforma Agrária, pergunta se se obtiveram bons resultados e se foi uma medida progressista. Sr. Deputado, não comprehendo como é que V. Ex.^a coloca essa questão, depois de ter ouvido, ainda há bem poucos dias, na própria Comissão de Agricultura, uma delegação das unidades colectivas de Évora, e em representação delas, mostrar o que foi a desgraçada política de crédito do Ministério da Agricultura e Pescas na zona da Reforma Agrária...

O Sr. Deputado faz-me depois uma pergunta que me leva a pensar que me está a confundir com o Governo. Longe de mim.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Já esteve lá.

O Orador: — Não sou eu que lhe vou dizer, nem a si nem à Câmara, quantos hectares de beterraba se deviam plantar. Era o Governo que nos devia dizer qual era a sua política em relação a este problema. Não lhe pedimos que nos aponte quantos hectares; pedimos-lhe é que não se esqueça que é necessário cultivar beterraba, tabaco, algodão.

Ficamos, assim, na expectativa da intervenção do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas para desvendar o que me parece ser um contra-senso, uma contradição entre os dois Deputados apoiantes do Governo: o Sr. Deputado Carvalho Cardoso diz que foi um esquecimento e o Sr. Deputado Mendes Godinho diz que não, que o que é muito mais importante é produzir pastagens e forragens. Em que é que ficamos: há ou não há novas culturas?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não há porque vocês não deixam!

O Orador: — Em relação às perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Carvalho Cardoso, naturalmente que o CDS não foge da Reforma Agrária como o diabo da cruz.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — A cruz são vocês!

O Orador: — Melhor ainda, porque quando disse isto não era na acepção em que entenderam. Foge desta Reforma Agrária, da Reforma Agrária executada em Portugal, foge dela como o diabo da cruz, pois quer é outra Reforma Agrária, uma Reforma Agrária capitalista...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente às pequenas e médias empresas, é evidente que não é nenhuma novidade a posição que aqui manifestamos: têmo-la desenvolvido várias vezes e, nomeadamente, a propósito desse sinistro instrumento chamado IFADAP. Não há que errar: a nossa posição é a de aguentar as pequenas empresas agrícolas e, para poder desenvolvê-las, a política do CDS — e pelos vistos deste Governo — é a de arruiná-las, para que não se possam desenvolver.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. António Simões (CDS): — Isso foi o que vocês fizeram.

O Orador: — Relativamente ao papel que não tive quando fiz parte do VI Governo Provisório, em relação à implantação de novas culturas, devo dizer-lhe que quem estava na Secretaria de Estado do Fomento Agrário era o PPD.

Uma voz do PS: — Santa aliança...

O Orador: — Finalmente, e perdoe-me a Sr.ª Deputada Maria Emilia de Melo, mas não é ter menos consideração, antes pelo contrário, na certeza de que os últimos serão os primeiros...

Risos.

Não sejam ciumentos Srs. Deputados...

O Sr. António Simões (CDS): — És muito feio!

O Orador: — Pois, agora, Sr.ª Deputada, a questão de Portugal, do Mercado Comum, não a vemos tão estreitamente como o PS a parece ver. A Sr.ª Deputada sabe que a nossa concepção é universalista, que o nosso espaço geográfico não se limita à sua Europa capitalista; para nós, a posição de Portugal é no mundo e é com todos os países do mundo que temos de desenvolver relações económicas e sociais.

Aplausos do PCP.

Minha senhora, não esqueça a notável história de Portugal, que foi fazer a aproximação geográfica e histórica com países tão longínquos como a Índia...

Uma voz do PS: — A China...

O Orador: — ... a China, etc.

Risos.

Finalmente, perguntou-me se as cooperativas e as unidades colectivas de produção devem ou não prestar contas limpidas. É evidente que sim, Sr.ª Deputada, e que todas as empresas pudessem prestar essas contas limpidas...

O Sr. Octávio Pato (PCP): — E todos os departamentos estatais...

O Orador: — Vamos ver a limpeza das contas de certos departamentos estatais, por exemplo, dos Centros da Reforma Agrária. Porque é que eles hoje estão a descontar letras na banca? Talvez fosse bom que eles apresentassem as contas limpidas, para que o povo português saiba como é que está a ser gasto o nosso dinheiro.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes para uma intervenção.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pela segunda vez nesta Legislatura é a Assembleia da República chamada a apreciar um programa de um novo Governo. Contudo, e contrariamente ao sucedido relativamente ao anterior, deve o agora em causa ser objecto de expressa votação.

É imperioso que os portugueses saibam muito claramente quem o apoia e quem com ele, e nele, se compromete; só assim se cumprirá um dos deveres que o nosso mandato impõe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No passado dia 2 o meu companheiro, deputado Sousa Franco, perguntou claramente ao Dr. Mário Soares se o Governo apresentaria ou não uma moção de confiança quanto à política a prosseguir por este Governo; todavia, o total silêncio do interpelado não deixou dúvidas de que tal procedimento não iria ser adoptado, e isto contrariamente aos propósitos manifestados, sem condições, no memorando apresentado nesta Assembleia aos partidos políticos pelo mesmo Dr. Mário Soares, quando ainda Primeiro-Ministro do Governo derrubado em 8 de Dezembro.

Se outras razões não houvesse, e há, tal circunstância bastaria para justificar a proposta de rejeição que o Grupo Parlamentar do PSD fez já entrar na Mesa.

O novo Governo e o seu Programa, como frutos directos que são do acordo celebrado entre o PS e o CDS, gozam à partida, e teoricamente, de apoio maioritário, mas não será despiciendo dar claramente

a conhecer ao povo que aqui representamos qual esse apoio, devidamente quantificado e qualificado.

O povo português tem o direito de o saber e precisa de o saber.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Várias vezes tem sido afirmado — e foi-o inclusivamente no período que medeou entre a queda do I Governo e a formação do actual — ser imperioso encontrar-se um governo partidário, dotado de apoio maioritário, estável e coerente.

Se aceitamos que teoricamente ele é maioritário, dada a sua composição PS/CDS, a sua estabilidade, designadamente parlamentar, é algo que só o futuro poderá demonstrar. Coerente, contudo, é que ele não é, aliás é de notar até, e curiosamente, que a tal requisito nunca ousou referir-se sequer ao Sr. Primeiro-Ministro quando aqui se apresentou no passado dia 2.

Na verdade, coerência governativa, em toda a sua amplitude, é coisa impensável para um Governo formado por partidos com projectos políticos bem diferenciados, se não mesmo opostos em muitos casos, e que, sob pena de um desses partidos se desmentir inteiramente, terá tal governo de aplicar e executar na sua acção governativa leis desta Assembleia que ambos votaram de forma diametralmente contrária.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É exactamente quanto a este ponto que me vou, ainda que sucintamente, referir, aludindo a uma das leis que continua a revestir para todo o povo português uma importância fundamental, e que, para além das conotações políticas que alguns pretendem erradamente emprestar-lhe, terá de ser constitucionalmente um marco decisivo na vida económica, social e humana dos portugueses, quer residentes quer emigrantes.

Refiro-me à Lei de Bases da Reforma Agrária, a respeito da qual — e só dela — se faz menção no acordo PS/CDS, aliás em termos muito dúbios; temos esses que o próprio Sr. Primeiro-Ministro aqui não esclareceu, como se impunha, e como expressamente lhe foi solicitado.

Tendo sido ela uma lei votada favoravelmente pelo PS (e também pelo PSD) e rejeitada pelo CDS, é muito pouco dizer-se, como se faz no aludido acordo, que a mesma «será executada tendo em vista o interesse nacional, o aumento da produção e a melhoria das condições de vida dos que trabalham no campo, devendo, na respectiva aplicação, praticar-se o diálogo e a concertação com todos os interessados e ressalvar-se sempre o respeito da autoridade democrática».

Antes de mais, e perante tal terminologia, há que perguntar: Uma lei aprovada pela Assembleia da República, e até por proposta do Governo, não terá em vista o interesse nacional? A aplicação e execução dessa lei só se vai fazer parcialmente, isto é, só se aplicará quando o Governo entender que daí advém aumento da produção e melhoria das condições de vida dos que trabalham no campo? Quais então os critérios que vão presidir a um tal entendimento na

prosecução desses objectivos e por quem, concretamente, vão ser eles definidos? Será então que, por exemplo, as desocupações de terras ilegalmente ocupadas só se farão quando se encontrem abandonadas? O objectivo do aumento da produção vai ser critério generalizado e exigido como fundamental para o sistema económico? Concretamente vão ser aumentadas as indemnizações, tendo em vista objectivos produtivos? No sector público vão ser criadas empresas privadas para, em sistema de coexistência concorrencial, substituir as que dão prejuízo? A recente fusão das cervejarias, que não teve em conta objectivo semelhante, vai ser revista?

A estas, e muitas outras interrogações que se nos deparam, não responde igualmente o Programa, já que neste domínio, como em tantos outros, é ele vago e impreciso, e ainda destituído de um escalonamento de acções e de um estabelecimento adequado de prioridades.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E isto para não aludir à omissão de uma estratégia, que aliás é comum a todo o Programa.

Por outro lado, o «diálogo e a concertação» a que se refere o acordo, e em que tanto aqui insistiu o Dr. Mário Soares, é a tradução de propósitos que certamente existem, mas que não obrigamos.

Entendemos que uma lei se tem de aplicar e executar nos precisos termos em que democraticamente foi aprovada; só assim se ressalva o respeito pela vontade legitimamente expressa e pela autoridade democrática que é suporte dos órgãos que a fizeram e a têm de executar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Além disso, segundo essa lei, há que ouvir previamente os directamente abrangidos por actos executórios da mesma; e deve salientar-se — o que é do conhecimento geral — que, por exemplo, no tocante à entrega de reservas sempre se estabeleceram os mais amplos diálogos entre os organismos estatais competentes e os ocupantes das respectivas terras.

O Sr. Severiano Falcão (PCP): — Quem diria!

O Orador: — Veremos. Por isso, e antes de prosseguir, não será descabido exigir que o Governo, muito claramente, e, de uma vez por todas, esclareça o povo português, através desta Câmara, em que consiste efectivamente o «diálogo e a concertação».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sendo este Governo o fruto de uma aliança entre partidos que votaram de forma contrária essa lei, uma tal dúvida não deve nem pode persistir... a menos que não possa ser esclarecida, e então poder-se-ão tirar as respectivas ilações.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Permite-se-nos também perguntar ao Governo se tenciona praticar igualmente o «diálogo e a concertação» na aplicação e execução de várias

outras leis, tais como, por exemplo, a das indemnizações e a que delimita o sector público e o sector privado?

Acaso não são os portugueses, e sobretudo grandes camadas de cidadãos, directamente visados com a execução de todas essas (e outras) leis? Porquê então a diferença de tratamento? Ou será que a Lei de Bases da Reforma Agrária vai ser objecto de tratamento especial, com subalternização perante ela das outras leis, designadamente a das indemnizações, que muito com aquela tem a ver? E no caso afirmativo, procede-se assim para satisfazer algum dos partidos que votou contra tal lei da Reforma Agrária?

Será por isso, então, que o Ministério da Agricultura e Pescas passa a ser gerido por um independente, cujas habilitações para o cargo foram definidas em termos expressivos pelo Sr. Primeiro-Ministro?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No início do debate da Lei de Bases da Reforma Agrária foi afirmado nesta Assembleia pelo representante do então Governo PS que «a futura lei de bases, a aprovar pela Assembleia da República, será, depois da Constituição, o diploma mais importante, mais amplo e tendencialmente mais estável, versando as transformações das estruturas agrárias do País».

Reconheceu-se nessa altura, e bem, que estávamos perante uma lei de extrema importância, que seria mesmo a mais importante para a vida nacional logo a seguir à Constituição.

Não o desmentiremos hoje, como o não desmentimos então. O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Barbosa de Melo, a propósito de tal proposta de lei aqui mesmo afirmou que «os sociais-democratas têm clara consciência da responsabilidade que assumem perante Portugal e das profundas repercussões que a sua atitude virá a ter na vida dos portugueses e na consistência das instituições democráticas».

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — «E por isso é que na nossa bancada tudo faremos para manter na discussão e votação a serenidade, a coragem e a objectividade que o interesse nacional em jogo de nós exige neste momento»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E na verdade, dentro dos condicionalismos políticos próprios de uma democracia pluralista, tudo fizemos para que essa lei — que não era, nem é, a nossa, como o acentuámos então — fosse a lei capaz de satisfazer, no possível, o interesse do povo português, nomeadamente de todos quantos à terra se encontram ligados.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tal como referi, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, na declaração de voto relativa à nossa posição positiva na votação final global, só por miopia ou intencional confusão se poderia equiparar a actual Lei de Bases da Reforma Agrária com as até então vigentes leis gonçalvistas afirmando ainda, e além do mais, que «ao Governo e à Administração Pública cumprirá, a partir de agora, saber dar-lhe vida na realidade social».

Ao recordar agora que o deputado Jaime Gama,

em nome do PS, afirmava de seguida que tal lei, juntamente com a do Arrendamento Rural, correspondiam a «um passo decisivo no sentido da transformação da agricultura e da consolidação do regime democrático» e que «com ela não poderão estar de acordo os que votaram contra a Constituição e os que têm dificuldade em viver em democracia constitucional», e que o Deputado Carvalho Cardoso, em nome do CDS, afirmava que tal lei não traduzia ainda — e daí o seu voto negativo — «os princípios de justiça, de competência de soluções e de racionalidade, que são valores próprios da nossa doutrina», há motivo para os portugueses se sentirem preocupados quanto à execução dessa lei, que continuamos a reputar fundamental.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um Programa, e sobretudo um Programa de Governo, tem de ser um documento claro e exacto, apontando não só os objectivos que se propõe atingir, mas indicando também e essencialmente um calendário concreto e preciso para a aplicação das medidas conducentes àqueles: se o não fizer, como é o caso do programa em apreço, estaremos perante um qualquer manual de princípios básicos, que, por mais lindos que sejam, não se confundem com um programa de acção, prática e eficiente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como representantes de um povo, que nos elegeu para se fazer ouvir e para ver traduzidos em actos os seus anseios, não poderemos aceitar como programa um documento que, além de ambíguo, se limita, como o do I Governo, a um mero rol de intenções ou propósitos ou à enunciação de princípios, se não mesmo, em certos casos, de utópicos sonhos. Importava, isso sim, que nos fosse presente um documento que definisse inequivocamente o caminho que vai ser trilhado, como o vai ser e quando o vai ser.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para um governo ser eficaz não bastam as condições aqui indicadas pelo Sr. Deputado Freitas do Amaral, pois antes disso, e mais do que isso, é preciso dizer-se e analisar-se o que se quer, quando se quer e como se quer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só depois, e vendo o quando e o como, e quem o vai pôr em prática e em que circunstâncias, será possível dizer-se se o querer visado é viável e é certo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que se diz no programa em apreço sobre política agrícola contém meras generalidades e lugares-comuns, e em certos casos disposições sem qualquer conteúdo concreto, tudo aliás um pouco convergente com o que já sobre a matéria constava do IV Plano de Fomento. Mera coincidência?

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Talvez não!

O Orador: — No entanto, acerca dos problemas reais e concretos, dos problemas que são sentidos no dia-a-dia pelo comum dos portugueses, nada se diz, quer quanto à sua resolução quer quanto às formas e prazos possíveis para os resolver.

Por exemplo: Há preços de produtos agrícolas que vão subir em 1978? Quais? Essa subida vai operar-se de acordo com a inflação? E a ocorrer aquela, vai ser o agricultor, mais uma vez, a suportar no todo ou em parte essa subida inflacionária? Ou, os preços dos produtos agrícolas vão ser mantidos, enquanto sobem os preços dos produtos indispensáveis à produção, tais como adubos, sementes, pesticidas, máquinas e alfaias agrícolas? Quando e como se vai regulamentar a fixação dos preços de garantia aos agricultores, em cumprimento da própria Constituição?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quando, e em que moldes concretos, se vai proceder à efectivação do seguro de colheitas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As dívidas enormes provenientes de crédito concedido atrabilariamente já estão cobradas? Como e quando vai o Governo cobrar o que, porventura, ainda resta? E este restante vencerá juros de mora? As entregas de terras aos reservatários, que até têm de ser feitas, segundo a lei, em certo prazo, vão ser efectuadas ao mesmo ritmo? Ou vão acelerar-se ou retardar-se? Para quando o redimensionamento da propriedade nas chamadas zonas do minifúndio?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para quando a publicação da regulamentação da lei do arrendamento rural, cujo prazo em vários casos está já esgotado? As terras expropriadas ou nacionalizadas e na posse das UCP's, ainda existentes, vão ser objecto de contratos e sujeitas a retribuição ou renda? Ou serão essas terras verdadeira propriedade privada, ainda que colectiva, de novos senhores?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para quando, e como, a legalização de zonas ainda ilegalmente ocupadas, e que rondam cerca de 300 000 hectares? Para quando a publicação de cerca de 30 diplomas que oportunamente foram anunciados pelo Governo como necessários à efectiva regulamentação da lei de bases? Ou será que eles, ou alguns, já irão ficar na gaveta? Vai o Governo continuar a pagar as indemnizações provisórias de 8500\$ mensais, até à efectiva regulação da lei das indemnizações? O que é, ou em que consiste, o «desenvolver os regimes jurídicos e as instituições empresariais que decorrem das Bases Gerais da Reforma Agrária», a que alude o Programa? Para quando a regulação do regime e da autonomia das unidades de exploração colectiva por trabalhadores, a que alude o n.º 36 do art.º 73.º da Lei de Bases?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estas são algumas das inúmeras perguntas que qualquer cidadão fará, pelo menos para si próprio, ao ler o Programa do

Governo no tocante ao sector de política agrícola, sector que continua a ser dos mais relevantes para a reconstrução da economia portuguesa e para a resolução da crise em que o País está mergulhado.

Tais perguntas, como as muitas outras que poderiam fazer-se — e aqui se farão no decurso do tempo — são vitais, e o Governo não pode furtar-se às respostas, ou escamoteá-las, assim como não pode remeter para o Programa de Governo; aí só encontramos propósitos e intenções, que não discutimos, mas não conseguimos vislumbrar respostas claras e concretas a essas e outras interrogações.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que se refere no Programa, sobre tudo no tocante a medidas de política agrícola, daria um bom índice ou inventário de matérias, uma definição e concretização daquele, mas é muito pouco para um País e para um povo que carece de saber, e cada vez mais, para onde o conduzem e por que caminhos (ou veredas) o querem conduzir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Analisado o que neste domínio se diz no acordo PS/CDS — tornado público — e o que consta do Programa de Governo, há que ter fundados receios em que algumas das leis votadas nesta Assembleia, sobretudo a Lei n.º 77/77, não vão ser aplicadas tal como foram aprovadas; e é curioso que a inaplicação daquela lei de bases da Reforma Agrária viria a obter, ao fim e ao cabo, o agrado dos partidos que a ela se opuseram, permitindo manter um *statu quo* bem justificativo de um «quanto pior, melhor».

Se um dos partidos do actual Governo afirmava que a lei de bases não traduzia «princípios de justiça, de competência de soluções e de racionalidade», como valores próprios da doutrina desse partido, e se agora esse mesmo partido subscreve um acordo em que se condiciona a execução de tal lei a algo de ininteligível, há que recear pelo futuro da efectiva aplicação dessa lei.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Talvez por isso, e talvez porque, na sequência do que foi deliberado no Conselho Nacional do PSD realizado em Bragança a 15 e 16 de Outubro de 1977, sempre exigimos a subscrição de uma plataforma ou acordo programático em que expressamente se estabelecesse a «definição de uma política agrária, com efectiva aplicação da lei da Reforma Agrária, com concretas políticas de fomento, reconversão e preços dos produtos agrícolas», éramos tidos como parceiro incômodo; daí o termos sido excluídos do acordo final e se haver antes tentado, e conseguido, a fórmula governativa agora aqui presente, fórmula essa procurada já pelo PS junto do CDS mesmo antes da moção de confiança.

Aplausos do PSD.

O Sr. Victor Leoro (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente, para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Eu desejava formular uma pergunta muito ligeira. Depois de verificar que a intervenção do Sr. Deputado Marques Mendes teve, ao menos, a vantagem de clarificar perfeitamente que deseja uma reforma agrária bem reaccionária ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — Reaccionário é o Sr. Deputado!

O Sr. Olívio França (PSD): — O que é isso de reaccionário? Estamos fartos de palavreado!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ouvimos agora...

O Orador: — Foi isso o que o Sr. Deputado defendeu.

O Sr. Olívio França (PSD): — Isso, o quê? Diga-o, pois foram palavras concretas!

O Orador: — Relativamente às unidades colectivas de produção, o Sr. Deputado Marques Mendes, e portanto o PPD/PSD, tem muitas preocupações e uma delas é que o Governo não se esqueça de lhes ir arrancar o tal milhão e 300 mil contos de rendas que estava previsto, porque ai do Governo se não faz isso. É que então talvez não consigam liquidar as unidades colectivas...

Sr. Deputado: porque não se preocupou com as dívidas que os agrários têm para com a banca e com as dívidas dos agrários ao próprio Estado, exactamente por deterem nas suas mãos, e em muitos casos delas cobrarem rendas, terras nacionalizadas?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador — E já agora que tanto se preocupou o Sr. Deputado com a situação tremenda dos «pobres» dos agrários ex-proprietários, que só recebem indemnizações provisórias e apesar de tudo mensais de 8500 escudos que hoje já totalizam mais de 50 mil contos, que me diz sobre os trabalhadores?

O Sr. Presidente: — Há mais perguntas de esclarecimento?

Pausa.

Como não há mais perguntas de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Mendes para responder.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, serei muito breve, até porque não posso roubar tempo a outros companheiros.

No entanto, queria dizer o seguinte: fiz uma intervenção dirigindo perguntas ao Governo e afinal parece que o PCP acusou o toque.

Queria dizer, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Vitor Louro que quanto à actual lei da Reforma Agrária que aqui foi votada pela grande maioria desta Assembleia, nós exigimos o seu cumprimento porque

ela exprime a vontade democraticamente expressa pelos representantes do povo português.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Pato (PCP): — E a Constituição?

O Orador: — Se isto é reaccionário, então, parece-me, Sr. Deputado, que terá de entender que essa maioria era reaccionária. Mas então não sei como é que tantos esforços fez para se aliar, fazendo a maioria de esquerda, ao partido que a apresentou e que a votou e que, pelos vistos, também é reaccionário.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se há reacções a acções fora-da-lei, a acções que se praticam contra a lei e se isso é ser reaccionário, então direi que o Sr. Deputado não sabe o que é o respeito pela autoridade democrática e a um órgão de soberania.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, devo dizer-lhe que a propósito das UCP's não há nenhuma preocupação. A preocupação é de que a lei se cumpra e esta, como sabe e melhor do que eu, tem definições, tem regras que são precisas e têm de ser cumpridas.

Pelos vistos, o PCP continua a mostrar-se pouco disposto ao seu acatamento.

Quanto a dívidas, referi-me a elas e nelas vão englobadas todas as dívidas que sejam dívidas à banca, uma vez que esta é nacionalizada com dinheiro de todos os portugueses.

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Todas as dívidas estão englobadas aqui.

Quanto às indemnizações, Sr. Deputado, também a elas me referi e continuo a aguardar a regulamentação, o que aludi na minha intervenção, da Lei das Indemnizações.

Aplausos do PSD

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Peço a palavra para uma intervenção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado ultrapassa 15 minutos?

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Ultrapasso sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pergunto ao Sr. Deputado se entende que posso interromper agora a sessão para o intervalo e retomar os trabalhos para depois ler a sua intervenção por inteiro, ou se deseja lê-la agora, ultrapassando-se o período do intervalo.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Preferia lê-la agora, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Manuel Tito de Moraes.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: «O Governo não tem maioria coerente.» «O Governo não tem maioria estável.» «O Governo não tem credibilidade e não merece confiança.» «O Governo resulta da mera ambição de partilha do poder.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — «O Governo é uma simples marionette de forças internacionais e não passa de um subproduto de um sistema errado e ineficaz.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Adivinho e reparo nos Srs. Deputados da Oposição uma indisfarçada satisfação por me ouvirem, deputado do CDS, pronunciar estas palavras. Sucede, todavia, que eu penso de modo rigorosamente oposto...

Vozes do PSD: — Oh!

O Orador: — ..., sendo falso, como é, o conteúdo daquelas afirmações.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Porventura a própria Oposição que as tem usado profusamente se terá dado conta, ao ouvi-las de novo, do absurdo que umas ilustram, do despeito que outras traduzem, dos sofismas de que umas e outras se fazem eco.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se as citei, é porque naturalmente elas terão que ser respondidas, demonstrando que o Governo tem maioria estável e coerente. Demonstrando que o Governo resulta de um acordo interpartidário em que o interesse nacional é o mote, a resolução das crises nacionais é o objectivo e que é base sólida para uma acção profícua e eficaz em benefício da recuperação económica e da consolidação do sistema democrático.

De resto, como dizia o Sr. Presidente da República, bem ao contrário daquelas críticas precipitadas e um tanto desajustadas à realidade, «este Governo representa uma resposta democrática à crise e o compromisso político possível e suficiente para assumir as medidas de que o País necessita e o Povo português reclama».

Vozes do CDS e PS: — Muito bem!

O Orador: — E justificava ainda o Sr. General Ramalho Eanes: «O acordo que viabilizou o Governo agora empossado foi o único que ultrapassou as dificuldades institucionais e de relação que aos partidos se levantavam.»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por ser maioritário, por ser estável, por ser coerente, o Governo cujo programa agora discutimos dispõe efectivamente das condições políticas necessárias ao desempenho consistente

do seu mandato, à execução linear do seu programa e à implantação dinâmica dos seus projectos. É importante sublinhá-lo porque esta é, sem dúvida, a transformação qualitativa mais importante que se verificou no período constitucional da vida política portuguesa. O Governo poderá, é certo, deparar com algumas dificuldades na sua acção, mas o que, para já, ficou ultrapassado foi a necessidade de tudo negociar a toda a hora, o imperativo de buscar em cada momento uma incerta e ocasional maioria parlamentar, o desgaste permanente que a formação alternada de maiorias contraditórias imprimia à coesão e consistência da acção governativa e à própria relação — que devia ser estável — entre as instituições.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Em resumo, o acordo PS/CDS, que é base do Governo e do seu programa, proporcionou, enfim, que Portugal, que a democracia portuguesa, disponha de um Governo maioritário, com apoio parlamentar continuado.

É legítimo, por conseguinte, e plenamente justificado que os partidos políticos que o proporcionaram começem comprehensivelmente por orgulhar-se do efeito político estabilizador que este Governo tem, à partida, no normal desenvolvimento institucional da nossa democracia.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O acordo PS/CDS e o II Governo são, efectivamente, estáveis num duplo sentido: estáveis na sua própria textura e estáveis no sentido de que possuem um efeito nitidamente estabilizador. O acordo PS/CDS e o II Governo concorrem decisivamente para a estabilização da democracia portuguesa.

Assim se comprehende, aliás, facilmente, que sejam as forças políticas mais apostadas na ausência de estabilidade e na continuação corrosiva de um clima de instabilidade social e política que mais se afadigam em contestar violentamente a realidade daquele acordo. Na extrema-esquerda e na extrema-direita, no PCP e no MIRN, a irritação é visível. Justamente porque, sendo a democracia que mais tem a ganhar, são essas forças políticas que mais têm a perder.

Aplausos do CDS, de alguns Deputados do PS e do Deputado independente Galvão de Melo.

O Orador: — O clima político hoje existente no País é profundamente diferente, num sentido claramente mais estável, do que existia, por exemplo, em Novembro passado. E nem sequer a orquestra e os coros a várias vozes, entretanto desencadeados para criticar o II Governo, conseguem apagar as notórias diferenças de clima político e deixar entre aqueles dias e os de hoje a mínima margem de confusão.

Em Outubro/Novembro do ano passado, o desgaste do I Governo Constitucional e os reflexos que este tinha na erosão de outros órgãos de soberania, transformavam o País como que em leite talhado. Dividido, cheio de preconceitos, pleno de agressividade, com os ânimos acirrados, de nervos tensos. E, o que

era mais grave, é que o desgaste das instituições, a angústia perante o futuro, as dúvidas quanto às alternativas, a iminência de um vazio político, aguçavam naturalmente os apetites de paixões totalitárias e os riscos de subversão da democracia que antes já pareciam desaparecidos e vencidos. Era assim que estávamos em Novembro e o tom dramático e emocional em que decorreu grande parte do debate parlamentar da moção de confiança foi bem um sintoma e um afloramento desse clima político geral e desse estado de espírito.

O País estava como que num beco sem saída, pelo menos num beco sem saída parlamentar fácil, não fosse a colocação por iniciativa do Governo da questão de confiança. E havia quem apostasse no beco, já que o beco era a continuação do desgaste, a acumulação da exaltação e dos nervos comprimidos, o primeiro passo para uma nova ruptura contra a democracia e o pretexto para o reinício de um novo «processo revolucionário em curso» ou o começo de um «processo contra-revolucionário em curso».

Havia quem apostasse no beco. E perdoe. Havia quem apostasse na ruptura. E perdeu. O acordo PS/CDS e o II Governo são a garantia de que a democracia prossegue, no quadro das suas instituições, e de que não há lugar para a retomada do PREC, nem tão pouco para o desenvolvimento de outro PREC de sentido oposto.

O Orador: — E é, por isso, que se comprehende e se explica que a Oposição que jogava no beco e a quem a instabilidade aguçava o apetite, sinta perante o II Governo, mais irritação do que propriamente oposição.

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O MIRN, por exemplo, num comunicado recente, em que considerava «criminosos» o PS e o PCP, elogiava a actuação do PSD, embora lá fosse dizendo que era o «PSD a expiar os seus crimes passados», e acusava o CDS de outros crimes: «apostasia» e «alta-traição». E o PCP, pelo seu lado, não surpreendeu ninguém ao alinhar pelo mesmo coro crimionológico do MIRN, com exclusão, é óbvio, da parte em que o PCP acusa o MIRN e o MIRN acusa o PCP. É o caso, por exemplo, da esclarecedora e significativa afirmação de Álvaro Cunhal, num comício na Covilhã, considerando o acordo PS/CDS um «autêntico crime».

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Quando chegas a casa levas palmadas!

O Orador: — Não há que estranhar. É natural.

Risos do CDS e PS.

Se há quem fique, na verdade, seriamente prejudicado pela realização do acordo PS/CDS, são os extremistas da esquerda e da direita, que não hesitam em qualificar de «criminosos» quem democraticamente se entende e de «crimes» os factos políticos democráticos que constantemente paralisam e derrotam intuições totalitárias mal disfarçadas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Deputado comunista Octávio Pato declarou, neste debate, que «Não é por acaso que o CDS se senta nesta Assembleia onde se senta», isto é, nas suas palavras, a «extrema-direita parlamentar».

Mas pese embora ao Deputado Octávio Pato, o facto é que é um acaso e uma mera circunstância formal. Não é sequer — diga-se, aliás — facto que muito nos preocupe, até porque não me parece que o Sr. Deputado Octávio Pato identifique uma «extrema-direita parlamentar» no Soviete Supremo, onde só há comunistas e onde uns se sentarão logicamente à direita de outros...

Risos do CDS.

..., embora eu deva dizer que, se o Sr. Deputado o fizesse, estaria bem mais perto da verdade do que da acusação que nos dirigiu.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Agora o que já não é um acaso, nem uma questão meramente formal, é que Álvaro Cunhal tenha declarado recentemente, recordando 1975, que em Portugal não haveria lugar para os mecanismos das «democracias burguesas» do Ocidente. Não foi, nem é um acaso.

Assim como não é por acaso que foi o PCP, e não o CDS, que abandonou indignado a Assembleia Constituinte, no momento em que, com toda a justiça, se denunciavam as arbitrariedades e as prepotências do regime de detenções no gonçalvismo. Não foi, nem é um caso.

E também não é por acaso que, num documento notável, a televisão regista as imagens de satisfação e de alegria dos Deputados comunistas, saudando com calor aqueles que sequestraram a Assembleia Constituinte e o Chefe do VI Governo Provisório.

Nem é por acaso que o PCP se conta entre aqueles que levantavam barricadas a torto e a direito, sob a acusação de tenebrosas «marchas sobre Lisboa», como sucedeu na Alameda quando se procurava exercer legítimos direitos democráticos de manifestação.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Assim como não é por acaso que o PCP tudo fez para subverter a descolonização, tal como se encontrava prevista no Programa do MFA e nos princípios aprovados pela Junta de Salvação Nacional, e apoiou entusiasticamente o despudor imperialista da intervenção de tropas estrangeiras, a pretexto da liberdade dos povos africanos.

Aplausos do CDS.

Protestos do PCP.

O Orador: — E tão pouco é por acaso, quando o povo português se levantava contra as arbitrariedades do gonçalvismo, que o PCP exigia mais e mais arbitrariedades, mais e mais prepotências, ao som daquela afirmação de Álvaro Cunhal, que marca um estilo, uma personalidade, um objectivo, um rumo político: «É preciso partir os dentes à reacção!»

Risos do PCP.

Nem é por acaso que o PCP se mantém na «solidariedade activa com a União Soviética» e demais Governos do Leste, mesmo quando estão em causa o acatamento dos acordos de Helsínquia e o respeito de direitos humanos elementares.

Assim como não é por acaso que o PCP, ao mesmo tempo que tanto se preocupa — aliás, justificadamente — com a sorte dos comunistas no Chile ce Pinochet, nada se apoquente, antes despreze, a sorte de democratas-cristãos, ou de outros democratas, que, no Leste europeu, não podem ver a luz do dia, senão pelas grades da cadeia ou pelas janelas de um asilo psiquiátrico.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Nada disto é muito mais — desde o COPCON aos SUVS — é, ou foi, por acaso. E, por isso, também não é por acaso que o CDS sempre disse que não poderia chegar a qualquer acordo de carácter global com o Partido Comunista sobre o futuro do nosso país. Não se pode chegar a acordo sobre a defesa da democracia pluralista e parlamentar, com quem nela não acredita, tudo faz para a destruir e apenas a aceita com visível relutância.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Resta-nos agradecer ao Partido Comunista ter facilitado o nosso trabalho e confirmado plenamente as nossas teses, no decurso e no rompimento das negociações com o PS. O facto de o PCP continuar igual ao que era, aviva a memória de todos e consolida aquilo que procura combater.

É certo que o PCP poderá contrapor a tudo isto a sua luta, antes do 25 de Abril, contra a ditadura. Mas não é a luta, a coragem e o sofrimento dos comunistas que se põe em causa. O que se põe em causa é saber ao certo por que motivo realmente lutaram e sofreram. E isto vê-se mais claramente no momento em que, atingida a liberdade, se dispõe do poder para concretizar os seus ideais e realizar os seus projectos, do que propriamente no momento em que se combate o totalitarismo alheio.

Ninguém põe em causa que os comunistas tenham lutado, e com denodo, pela sua liberdade. Mas quando se vê que, depois do 25 de Abril, os comunistas procuraram destruir a liberdade dos demais e quando se vê que os comunistas portugueses se orgulham da solidariedade activa com Estados onde só existe a liberdade e o arbitrio dos comunistas, surgem dúvidas mais do que legítimas sobre se o PCP alguma vez se terá batido pela liberdade democrática.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Protestos do PCP.

O Orador: — Se bem me recordo das lições de Física do meu liceu, há um princípio chamado da «impenetrabilidade da matéria», de cujo enunciado não me lembro, mas de que darei um exemplo: é o caso de um copo cheio com um litro de água, em que as leis da física explicam mais que satisfatoriamente

que não cabe lá um litro de vinho, a menos que anteriormente se retire a água que já lá estava.

Risos do CDS.

Ora, aplicado à política, este mesmo princípio da «impenetrabilidade da matéria» explica linearmente que num mesmo país não cabem simultaneamente duas ditaduras: para que entre uma, é necessário que, antes, caia a que já lá estava. As duas ditaduras — a implantada e a candidata — combatem-se uma à outra, mas não porque sejam fundamentalmente diferente, antes porque são iguais e possuem a mesma medida. Combatem-se, não se toleram, lutam cada uma pela sua liberdade, acusando-se mutuamente de atrocidades — mas o certo é que a liberdade que cada uma reclama apenas para si, não é a liberdade, mas o arbitrio da ditadura. Tudo se passa, afinal, na «impenetrabilidade das tiranias», como se tratasse de uma mera luta entre senhores feudais, digladiando-se não pelo fim do feudalismo, mas tão só pela disputa do mesmo feudo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tenho para mim que o PCP ilustrou esclarecedoramente, pela experiência política que lhe conhecemos depois do 25 de Abril, o modo como o princípio da «impenetrabilidade da matéria» se aplica, de facto, também à política.

De resto, não há qualquer novidade nisto, já que, bem ao contrário do PCP, os socialistas se revelaram sempre coerentes com o seu passado de luta pela liberdade e pela democracia, demonstraram-no e sofreram-no também depois do 25 de Abril, de tal modo que, hoje, o Partido Socialista é a única força política desta Assembleia que acumula, como força política organizada, a luta pela liberdade antes do 25 de Abril e antes do 25 de Novembro.

Aplausos do CDS, PS e Deputado independente Galvão de Melo.

O Orador: — Nem há tão pouco qualquer curiosidade teórica neste facto que traduz o que de profundo distingue comunistas de socialistas, como a revolução portuguesa atesta de forma tão notória: é que, se o PCP acreditasse também na democracia pluralista, se quisesse também o socialismo democrático, é óbvio que seria o próprio Partido Comunista que deixaria de existir por autodissolução, desapareceria vencido por completo, já que nada, então, os distinguiria da tradição dos partidos socialistas e sociais-democratas do Ocidente europeu e democrático. É que, na verdade, também não é um acaso histórico aquilo que a seu tempo separou bolchevistas e menchevistas, no seio do Partido Social-Democrata Operário Russo.

Nem se diga que o que atrás ficou dito sobre a luta dos comunistas é uma provocação e uma calúnia. Ninguém se recorda já do pacto entre Hitler e Estaline, feito quando a democracia europeia combatia a agressão nacional-socialista?

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Lembra-se?

O Orador: — Como explicá-lo, senão por serem no fundo iguais, sendo diferentes? É certo que, depois,

se guerrearam, se mataram uns aos outros e acabaram, nas suas disputas terroristas, por ter sortes bem diferentes. Hitler perdeu, o «seu» Reich, a «sua» Alemanha, as «suas» conquistas, enquanto Estaline ganhou e lá conseguiu dominar e oprimir a Europa de Leste, destruindo democratas, encarcerando os «seus irmãos» socialistas. Portugal, felizmente, teve melhor sorte e a verdade é que, tendo caído a ditadura em 25 de Abril, não tivemos outra. Mas alguém está esquecido de que estivemos bem perto, nós também, de ter que suportar uma ditadura colectivista e estalinista e que o PCP tudo fez para que se concretizasse a sovietização completa da vida política portuguesa.

Acusa-nos, enfim, o PCP, de sermos fascistas, fascinantes, reaccionários e de termos votado contra a Constituição. Quanto aos primeiros insultos, não os levamos a sério, até porque o PCP, pelo uso inconsiderado que deles já demonstrou fazer — em 1975, chegou a usá-los profusamente contra o PS e a própria extrema-esquerda —, traduz que esses insultos não pretendem sequer ser da sua parte uma rigorosa classificação política, mas tão só mais um instrumento de agressão, esgrimido como coacção política e destinado apenas a desacreditar e a destruir, um a um, todos os seus adversários políticos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à Constituição, todos sabem por que votámos contra o seu projecto: não pelo que nela há de democrático, mas pelo que nela existe de socialismo. E todos sabem que sempre afirmámos e demonstrámos respeitá-la, ainda ao longo da sua elaboração, em que nos limitámos a exercer os nossos direitos democráticos, e não sequestrámos a Constituinte, nem a procurámos coagir.

Ainda hoje é assim e assim continuará a ser. Respeitamos a Constituição, mas não somos socialistas. Não defendemos o socialismo, queremos e respeitamos a democracia. Não votámos o socialismo, mas ao contrário do PCP não opusemos qualquer reserva nem tivemos qualquer dificuldade na Constituinte à consagração do pluralismo democrático.

E, aliás, se a circunstância de não sermos socialistas, em nada afecta a nossa credibilidade democrática, o mesmo se não diga daqueles que, como o PCP, clamam pelo socialismo, mas chamam de «burguesa» a democracia pluralista. Nós não temos qualquer vergonha, por isso, de não sermos socialistas, mas ficariam satisfeitos se, pelo seu lado, o PCP tivesse maior vergonha em denegrir como «burguesa» a democracia parlamentar e se solidarizar activamente com regimes ditoriais estabelecidos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um dos aspectos mais curiosos deste debate do Programa do II Governo tem sido, porém, a atitude assumida pelo PSD, tal como antes já sucedera no desenvolvimento da crise que antecedeu a constituição do Executivo.

Desde logo, a proposta de uma moção de rejeição, ontem apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Ficámos, assim, todos a saber que, para o PSD, tal como o PCP já declarara, o II Governo, resultante do acordo PS/CDS, é bem pior que o I Governo, PS sozinho. E ficámos a sabê-lo por duas razões: em primeiro lugar, porque o PSD rejeita à partida o

II Governo e não o fez, bem pelo contrário, em relação ao primeiro; e, por outro lado, porque o tom simpaticamente necrológico do PSD quanto ao II Governo contrasta vivamente com o tom optimista do Dr. Sá Carneiro sobre o I Governo quando em Agosto de 1976 declarava: «que o Governo cumpra, que o Governo caminhe para o bem de Portugal, que é o bem de todos os portugueses».

Todos ficámos, assim, mais esclarecidos. No sentido de que, para o PSD, tal como para o PCP, o Governo minoritário PS era bem melhor que o Governo maioritário resultante do acordo PS/CDS. E com a mesma rapidez com que o PSD decidiu suspender, e depois rescindir, os acordos de consultas com o CDS e o PS, assim ficamos, com viva e sincera expectativa, à espera de um acordo parlamentar de consultas entre comunistas e sociais-democratas ...

Protestos do PSD.

... que dê consistência e eficácia à identidade profunda de pontos de vista, tão saudavelmente revelada neste momento.

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PS.

O Orador: — Não é, aliás, de estranhar o facto, se tivermos em conta que, ao que sabemos, já ao tempo dos Governos Provisórios, o PPD se opunha à participação do CDS no Governo e preferia governos tripartidários, em que o terceiro partido era o PCP.

Vozes do PSD: — É falso, é falso!

O Orador: — Outra coisa ficámos, para já, também a saber: em 1976, o PPD não era «pitonisa», mas em 1978 o PSD já o é. O que faz a experiência política e a mudança de nome do partido.

Risos do PS.

Refiro-me, com efeito, à seguinte afirmação do Deputado Prof. Sousa Franco, no debate parlamentar do Programa do I Governo: «devemos agir como oposição que somos — falando com franqueza, mas sem nos impormos o falso dever de sistematicamente dizer mal, ou proclamar, quais pitonisas, o fracasso antecipado desta aposta». Hoje, como já se viu, quanto ao II Governo, o pensamento do PSD está longe de ser o mesmo.

Reconheça-se, todavia, que as inúmeras contradições que o PSD foi levado a cometer, se devem largamente à crise interna difícil que o partido atravessou ...

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Não se meta nisso, Sr. Deputado.

O Orador: — Meto, meto, Sr. Deputado!

Risos.

... e que objectivamente dividiu na prática aqueles que, no PSD, permaneciam fiéis à necessidade de acordo maioritário entre os partidos democráticos — o que incluía o CDS e o PS — e aqueles que escreviam e pensavam, pelo seu lado, que «hoje é claro que a democracia portuguesa pode e deve salvar-se sem o PS e, se necessário, contra o PS».

Só assim se comprehende, de facto, que enquanto Sá Carneiro ...

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Sá Carneiro ainda?

O Orador: — ... condenava no *Jornal Novo* que «parece que vamos ter o II Governo Mário Soares, que assim terá sido semiderrubado», o PSD propusesse e admitisse como fórmula governativa a fórmula «Mário Soares mais personalidades».

Só assim se comprehende também que, quanto à indicação de Mário Soares como Primeiro-Ministro indigitado, o PSD tivesse assumido três atitudes, no mesmo dia: a de que «não senhor, é inconstitucional»; a de que «não é inconstitucional, mas há reservas»; e a de que «sim senhor, está muito bem».

Risos do CDS e PS.

Só assim se comprehende ainda que, em Dezembro, antes de se iniciarem as conversações interpartidárias, o PSD gastasse cinco dias, findos os quais chegou a acordo no sentido de fazer um almoço no qual se discutiria, por sua vez, o local da primeira reunião, acabando, no fundo, por vir a fazer como todos os outros...

Risos do CDS e PS.

...reuniões alternadas, ora na sede própria ora na sede do PS.

Só assim se comprehende também que o PSD, aparentemente tão desejoso de acordo com o CDS e o PS, continuasse tantas vezes durante a crise a comportar-se, face ao PS, como oposição extemporânea ao primeiro Governo e abrisse com o CDS, através da ruptura da «convergência», um conflito inexistente.

Só assim se comprehende ainda, que, em Janeiro, no período mais agudo e mais decisivo da crise política nacional, enquanto toda a gente discutia o País, o Governo, a crise, o PSD discutisse ... os Estatutos!

Risos do CDS, PS e Deputado independente Galvão de Melo.

E só assim se comprehende, enfim, que, enquanto Sá Carneiro no *Povo Livre* de 21 de Dezembro afirmava que «para os sociais-democratas a situação continua a ser muito clara: serão oposição se qualquer política ao Governo assentar num acordo com o PCP» — nós verificámos hoje que, afinal, o PSD é oposição a um acordo sem o PCP e apenas entre partidos democráticos e que, por isso, a posição dos sociais-democratas não é muito clara, mas antes muito confusa.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — A oposição do PSD é democrática. É a única democrática nesta Casa.

Risos do CDS e PS.

O Orador: — A minha também é, Sr.^a Deputada. Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Oposição do PSD é indiscutivelmente difícil e confusa. Até porque, mal se comprehende que o PSD possa ser oposição sistemática — como a moção de rejeição implica — ...

Vozes do PSD: — Oh!

O Orador: — ... em relação a um governo e a um acordo governamental que implicitamente o traduz a si próprio. Efectivamente, se o PSD é, como tem afirmado, um partido intermédio entre o PS e o CDS, a pura lógica determina que o Programa de Governo, traduzindo a síntese de pontos de vista do PS e do CDS, de alguma forma há-de consumir e integrar pontos de vista principais do «intermédio». PSD.

Protestos do PSD.

Assim como caberá perguntar, na mesma linha: se é verdade que o PSD busca aquilo que chama curiosamente de «socialismo humanista e personalista» — como afirmou diversas vezes no debate do Programa do I Governo —, que método melhor existirá justamente para o enquadrar, no ponto de vista do PSD, além de um acordo governamental que inclua justamente, como é o caso presente, um partido socialista (como o PS) e um partido humanista e personalista (como o CDS)?

Risos do CDS e PS.

Protestos do PSD.

Diz, porém, o PSD que a solução se haveria de encontrar numa mais intensa intervenção presidencial. Mas como se coaduna este desiderato com a seguinte afirmação do Sr. Deputado Barbosa de Melo, em Agosto, de 1976? — «ninguém pode tirar a conclusão de que tenha que existir qualquer identidade entre o Governo e o Presidente da República. Pensar assim seria grave para o destino da democracia em Portugal por poder comprometer o Presidente da República num eventual fracasso de qualquer Governo. A Constituição assenta no princípio da divisão dos poderes para atribuir a cada órgão de soberania responsabilidades próprias e independentes umas das outras».

De resto, o pensamento do CDS nesta matéria é claro. Entendemos que o Sr. Presidente da República tem desempenhado exemplarmente o seu difícil e melindroso mandato. Entendemos que a mediação presidencial existiu, de facto, ao longo da crise, de forma correcta, necessária e suficiente e que a mediação do Sr. General Ramalho Eanes se deve em larga medida a aquisição «de facto», já conseguida, do princípio dos governos maioritários. E entendemos, enfim, que a intensa e directa intervenção presidencial, se é, como a consideramos, a última das soluções para, na democracia portuguesa, salvar a democracia, é preciso que seja, de facto, a última das soluções, e não a primeira ou a segunda, para que, no momento em que fôr necessária, seja na verdade possível.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E, afinal, como compreender também o apelo a uma maior intervenção presidencial, quando Sá Carneiro acusa Ramalho Eanes de ser o «Costa Gomes do PS», de não ter qualquer visão do Estado e da História e de não conhecer sequer os mecanis-

mos da sua intervenção, se fosse necessária? E como compreender o mesmo apelo se, ainda ontem, quando a Assembleia aplaudia justos elogios à acção e à figura de Ramalho Eanes, o PSD permanecia, quieto e reservado, uma vez mais alinhado exemplarmente com o PCP?

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Que engraçado!

O Orador: — Acusou também o PSD o meu partido e os socialistas de que mais não buscavam do que a afanosa partilha do Poder. Mas o certo é que não é ao CDS, nem ao PS que pertence a prosaica reivindicação de ter «caras nossas» no Governo, e, afinal, se isso fosse o que mais nos preocupasse verdadeiramente, quer o PS, quer o CDS poderiam ostentar, hoje, «caras suas» no Governo. E, por outro lado, o que é que há de indigno, em um partido desejar atingir o poder político, inteiro se é maioria, partilhado se o não é? Não será, por isso, justamente que lutam todos os partidos políticos, já que o poder político é a possibilidade de concretizar, no todo ou em parte, e de acordo com os resultados eleitorais, os ideais que com sacrifício e esforço, cada um defende?

Vozes do CDS e PS: — Muito bem!

O Orador: — Ou será que o PSD pretende convencer-nos de que o seu objectivo e o de qualquer partido é lutar apenas pela partilha da oposição, lutar pela partilha da impossibilidade?

Risos do CDS e PS.

Faça-se, porém, justiça. O comportamento confuso e difuso que o PSD tem revelado ultimamente deve-se, em minha opinião, em larga medida, à actuação confusa e difusa do Dr. Sá Carneiro, cuja exasperação, irritação e despeito são dificilmente comprehensíveis por quem nele admirava a coragem do lutador pela democracia, e fica hoje perpétuo perante o serviço inconsequente do «revanchismo» do MIRN e «quejandos» cujos elogios o PSD repudiou, mas o Dr. Sá Carneiro ainda o não fez.

O Sr. Cunha Leal (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — E é talvez chegado o momento de analisar friamente este aspecto, uma vez que pessoalmente considero o Dr. Sá Carneiro, pelas suas actuações recentes, responsável principal pela inexistência do desejado acordo tripartidário e pela criação, em significativos sectores da população portuguesa, de angústias, traumas e inquietações que em nada servem a convivência essencial à democracia.

O Sr. Amaro da Costa: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Está enganado!

O Orador: — Ontem, ponderando apenas os resultados do Congresso do PSD, cheguei a julgar que esta análise seria tardia, embora necessária. Mas, hoje, ao folhear os jornais da manhã, verifiquei que nem sequer era tardia.

A expectativa criada em redor da posição do Dr. Sá Carneiro, como líder do segundo partido, formou ao longo da crise política uma série de dificuldades desnecessárias que prejudicaram, é certo, o PSD, mas prejudicaram também o País.

Protestos do PSD.

E essa expectativa não pode prosseguir, já que não tem qualquer tipo de justificação ou fundamento e ainda por cima sucede que Sá Carneiro errou profundamente na sua análise.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Ainda hoje estamos, por exemplo, à espera do «golpe peruano» ou «titista» que tanto agitou, há meses, com custos graves nas instituições e na democracia, a opinião pública.

Uma voz do PSD: — E vocês ajudaram a colar os cartazes de Salazar.

O Sr. Presidente: — Atenção, Srs. Deputados.

O Orador: — Olhe, Sr. Deputado, atenção a isso.
Risos.

Mas para me cingir a factos mais concretos, basará analisar algumas afirmações do Dr. Sá Carneiro.

Em primeiro lugar, a de que a democracia se constrói sem o PS e, se necessário, contra o PS. Pese a quem pesar, não é essa a minha opinião e não é aliás a primeira vez que o digo.

Pode discordar-se deste ou daquele facto e sobre tudo da forma como muitos factos se produziram. O CDS orgulha-se justamente de o ter feito, em momento oportuno, e pelo método próprio. Mas o que não é possível, o que não é política e historicamente possível, é supor que se pode, designadamente no actual quadro parlamentar, construir a democracia sem o PS ou ainda mais contra o PS. Os factos são o que são.

Um mínimo de moralidade e de justiça na nossa vida política, não faz mal a ninguém. E seria, por isso, mais justo e adequado que, em lugar de tão sobranceiramente esquecer e caluniar a lição de 1975, como Sá Carneiro quando afirma que o PS apenas combateu Vasco Gonçalves por mera ambição de poder, idêntica no fundo à do gonçalvismo, se guardasse maior respeito pelos factos da História. Nem se comprehende, de resto, como é que, a ser verdade o que hoje afirma o Dr. Sá Carneiro, andou ele tanto tempo a pregar o socialismo democrático e o socialismo em liberdade, a disputar a filiação na Internacional Socialista e a preconizar inclusivamente a seguir ao congresso de Leiria a fusão do PSD com o PS.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sá Carneiro declarou ainda que «temos uma semi-democracia tutelada pelo Conselho da Revolução, um semi-socialismo amparado na Constituição, um semi-presidencialismo hereditando perante os caminhos de acção e agora um Governo semi-derrubado em vias de recomposição». Para quem foi o

primeiro a propor a candidatura de Ramalho Eanes, para quem defendia um acordo governativo dos partidos democráticos «entre os quais o PS), para quem votou entusiasticamente a Constituição e chegou a qualificá-la de social-democrata — não está mal...

Risos do CDS e PS.

...basta-me, aliás, citar em contraponto, o testemunho do Deputado Sousa Franco, quando em Agosto de 1976 afirmava que «a Constituição é património de todo o povo português e para cuja definição, em muitos pontos, designadamente no da organização económico-social, o do socialismo, entendemos nós — os sociais-democratas — ter dado uma contribuição relevante».

Por outro lado, em Janeiro, Sá Carneiro previa ainda quanto à questão das «personalidades» que, no caso de serem partidárias, «temos um Governo de coligação envergonhada ou disfarçada, em que o PCP também terá por certo personalidades «independentes de esquerda». O resultado está, à vista, porém, e «o certo» é, afinal, errado.

Sá Carneiro também denunciou que «por acção do PS a situação política do País retrocedeu portanto ao pré-25 de Novembro «e que» é grande o risco de no plano político-económico esse retrocesso se aproximar mesmo do 12 de Março». E profetizou também que «o Socialismo de miséria que não vingou em 1975 tem agora abertas as portas», ao mesmo tempo que esclarecia que «será cada vez mais a dependência do Governo em relação ao PCP». Ora, a verdade é que o simples exame minimamente isento da realidade política, a análise do Programa do Governo em que o realismo prevalece sobre qualquer condicionante ideológica, a observação da irritação do PCP face ao II Governo (ao PS e ao CDS) e a consideração das importantes mudanças qualitativas verificadas — demonstra como a análise do Dr. Sá Carneiro era errada e os resultados são, de facto, opostos ao que previa.

E, mesmo sem precisar sequer de recordar uma vez mais a injusta e nociva apreciação que fez da figura e da acção do Sr. Presidente da República, é notório para mim que, para além da intranquilidade que objectivamente fomentou, o Dr. Sá Carneiro não acertou uma única previsão. É de resto, ele próprio que o reconhece ao afirmar, no recente Congresso do PSD, que «compreendo e aceito que o PSD tinha de ter uma estratégia mais moderada, frequentemente de contemporização. Eu não estava nessas condições, dentro da linha que julgo possível o partido seguir».

É possível que alguma declaração de algum político servisse ao Dr. Sá Carneiro como fundamento daquelas suas afirmações. Mas, no meu entender, mal andará o político que fundar o seu pensamento e a sua estratégia apenas em palavras alheias e descurar a análise da relação objectiva entre as forças partidárias, do equilíbrio das instituições e da influência das suas próprias atitudes, do seu pensamento e das suas próprias declarações.

Este é, designadamente, um erro que o CDS não cometeu, nem prevejo que venha a cometer, até porque, se o fizesse, estaria a entregar-se inteiramente em mãos de terceiros e sucede, ao contrário, que o CDS, pela sua vida difícil e a sua experiência, aprendeu justamente a basear-se mais na sua própria capacidade (fosse pequena ou grande) do que na dos outros

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É este um aspecto importante que convém sublinhar neste debate, já que tem incidência directa na formação do II Governo. O CDS, a meu ver, acertou e concretizou o essencial das suas previsões. Os «nihilistas» de feitio ou de ocasião perderam uma vez mais e as suas profecias falharam rotundamente. O acordo PS/CDS e o II Governo demonstram uma vez mais que a moderação, o realismo, a justeza, a lucidez, o espírito de diálogo democrático não são, em política, nem um acaso, nem uma sensaboria.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos, assim, o II Governo e, finalmente, um Governo maioritário, estável e coerente

Risos do PSD.

Nem a circunstância de existir uma oposição aguerrida, diminui de algum modo a estabilidade do Executivo. Pelo contrário, reforça-o também na sua coesão, já que o exercício da actividade oposicionista é, como normalmente em democracia, um estímulo à eficácia e um incentivo ao dinamismo.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Nem tão pouco a circunstância de o acordo político de base ser um acordo entre partidos alternativos de algum modo afecta a sua coerência. Por um lado, sucede que, se o acordo fosse entre iguais — e não entre partidos distintos, como o PS e o CDS —, nem sequer teria que haver acordo, já que, afinal, estaria feito naturalmente sem necessidade de o fazer. E, por outro lado, é evidente que o facto de os partidos serem distintos e alternativos é que justifica o acordo e o engrandece, encontrando-se o ponto de coerência no ponto de síntese que são as normas programáticas do acordo político e o Programa de Governo que as traduz e desenvolve.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Já ouvi dizer que o acordo PS/CDS e o II Governo são um «compromisso entre partidos que hoje se entendem, para melhor se combaterem depois». E de certo modo é, assim, de facto, que sucede: um entendimento entre partidos que não abdicam da sua autonomia, nem renunciam aos seus projectos alternativos, que, hoje em período de difícil situação nacional, se põem de acordo para a construção do estádio (a democracia e a Europa que lhes são comuns), para mais tarde, no relvado construído e consolidado, voltarem a defrontar-se.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — No fundo, dois partidos que entendem que, sem democracia consolidada, é o próprio debate democrático profícuo e seguro que ficaria posto em causa e que, por isso, como o CDS sempre disse, era chegada a altura de pôr em comum o que se tem em comum, em lugar de cegamente acirrar as divergências.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pela circunstância de vivermos num período constitucional transitório, vivemos e vivaremos, na nossa vida política, um período que é ainda largamente constituinte, no estabelecimento de praxes e de tradições de vida democrática, designadamente nos domínios fundamentais do equilíbrio das instituições e dos órgãos de soberania, dos modos de relação interpartidária e do clima de convivência e de tolerância que são, no fundo, os alicerces mais sólidos de qualquer regime democrático.

E é justamente por o período transitório ser o maior desafio político da vida constitucional portuguesa, que um acordo político entre partidos que protagonizam, em democracia, projectos alternativos é a melhor forma de o enfrentar e vencer com êxito.

Chegar a 1980, com o equilíbrio das instituições claro e definido, com o poder civil democrático prestigiado e dignificado, com uma democracia sólida no plano das relações e das realizações, com um sistema partidário merecedor de confiança popular, com partidos políticos capazes de demonstrar que existem para resolver problemas e não para tudo complicar, com uma democracia assumida como via de diálogo e entendimento e não só como debate contraditório, com mecanismos de discussão e de alternância democráticas perfeitamente lubrificados — tudo isto são necessidades e exigências a que não poderíamos virar a cara, já que delas depende em larga medida o êxito e o futuro da nossa vida constitucional e democrática.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo tem condições positivas para o conseguir e para, finalmente lançar obras concretas que, no plano real e não apenas na mudança da toponímia, nas estradas, nas ruas, nas escolas, nos hospitais, no desenvolvimento regional, no saneamento financeiro, na resolução da crise económica, na modernização da nossa sociedade, na obra nova, deixe um marco histórico inequívoco no nosso país, que consolide o regime e, na opinião popular, prestigie e dignifique a democracia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tenho para mim que a liberdade e a democracia não são tanto um fim absoluto em si próprias. São bem mais do que isso o melhor meio para fazer melhor tudo o resto. É isso sobretudo, mas nas acções do que nas palavras, que o II Governo deverá também demonstrar.

Estou seguro de que pode fazê-lo e de que vai fazê-lo, para bem de Portugal e dos portugueses.

Como dizia, há dias, o Presidente da República «a capacidade do Governo não passa pelo que separa o PS e o CDS, mas pelo rigor, pela determinação, pela seriedade, pelo esforço de compreensão e diálogo que for posto na execução do Programa que une o ministério».

Essa é também a minha convicção e o voto de apoio que julgo dever fazer. Essa é a nossa aposta e o nosso empenhamento.

Aplausos do CDS, PS e Deputado independente, Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer agora o intervalo que estava previsto, de meia hora.

As perguntas que quiserem formular ao orador que acabou de falar serão feitas após este intervalo, podendo, em todo o caso e desde já, inscreverem-se para isso.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um protesto que penso que deveria ser formulado imediatamente.

O Sr. Presidente: — Queira fazer o protesto, Sr. Deputado.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — O Sr. Deputado Ribeiro e Castro estranhou que a oposição do Partido Social-Democrata não variasse entre aquilo que designou por um Governo minoritário e aquilo que chamou, a seguir, de Governo maioritário PS/CDS.

Sr. Deputado, essa sua estranheza resulta apenas, aparentemente, de uma falta de lucidez sobre a situação em que o seu próprio partido se está a meter. O seu próprio partido, Sr. Deputado, como aqui já disse o Sr. Deputado Salgado Zenha, não está a participar em plano de igualdade num Governo maioritário. O seu partido forneceu algumas entidades despartidarizadas para um Governo de dominância PS com adjuvância CDS. Essa é a situação em que os Srs. Deputados estão e essa situação não é a de um Governo maioritário.

Por isso mesmo o Sr. Deputado também não percebeu alguma coisa que alguém deve ter dito — mal pelos vistos — e que era, já que não quero acreditar que o Sr. Deputado viesse para aqui dizer expressamente ou deliberadamente dizer mentiras, a de que o Partido Social-Democrata tinha aceitado a fórmula do Governo Mário Soares mais personalidades. Nada disso, Sr. Deputado. O que o Partido Social-Democrata sempre exigiu foi um regime qualitativamente idêntico para todos os membros do Governo. Aceitámos, isso sim, que o Governo viesse a ser presidido pelo Sr. Dr. Mário Soares. Mas não aceitávamos, por forma alguma, que elementos do Partido Social-Democrata figurassesem neste Governo servindo de «meninos de coro» ao Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado também não percebeu nada quanto à nossa posição em matéria de mediação presidencial. Aliás, faz uma afirmação grave quando diz que a mediação presidencial só deve ocorrer como última das soluções. É evidente que o Sr. Deputado está a ignorar a Constituição, que determina que a formação dos governos é da responsabilidade do Presidente da República. E porque não percebeu isto, o Sr. Deputado também não percebeu porque é que, ao contrário, do seu partido — que se propôs velozmente para negociações com o Partido Socialista, aceitando a mediação deste — o meu partido não o fez, a não ser a partir do

momento em que teve um enquadramento necessário provindo do próprio Presidente da República. Isto é, ao contrário do seu partido, nós, na devida altura, não aceitámos que fosse substituída a mediação presidencial imposta pela Constituição pela mediação do Partido Socialista.

Por outro lado, Sr. Deputado, nós, como esse facto importante da nossa vida política demonstra, não aceitámos nem particular, nem colaborar, nem cobrir partidarizações do Sr. Presidente da República. Por isso, ontem, quando houve aqui uma manifesta tentativa dessa partidarização, nós não colaborámos. Mas é evidente que os Srs. Deputados tinham de colaborar.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — Por outro lado, é evidente que os Srs. Deputados estão a voltar agora à velha técnica das «Folhas CDS» que se especializaram e foram bem conhecidas neste país pela propaganda política baseada em meias-verdades ou mesmo em mentiras descaradas ...

Aplausos do PSD.

..., na insídia, na incerteza constante, o que, em primeiro lugar, é grave para o partido que usa esses métodos, mas, em segundo e especialmente, é muito grave porque traduz uma certa concepção desse partido quanto ao papel da opinião pública e da liberdade de consciência dos portugueses, porque esse partido, em vez de os orientar politicamente, através da verdade, pretende orientar, movimentar e manipular as massas através de mentiras sistemáticas.

Aplausos do PSD.

Risos do CDS.

E uma mentira sistemática que nós sabemos muito bem que o aparelho de propaganda do seu partido juntamente com o aparelho de propaganda do Partido Socialista vai lançar é a de que na oposição o Partido Social-Democrata se vai identificar com o Partido Comunista. É evidente, que isto é uma calúnia vil e uma pura mentira, e, além de tudo o mais, serve simplesmente para ocultar uma pura realidade e um facto indescritível e duro como o diamante.

Ao passo que o Partido Social-Democrata não aceitou cobrir qualquer rede de acordos políticos que permitisse uma participação do Partido Comunista na formação de um governo, rede de acordos essa que tinha como consequência política gravíssima a de provar objectivamente que não era possível formar governo em Portugal sem a aquiescência do Partido Comunista, os Srs. Deputados dispuseram-se, desde o início, a participar num esquema desses e a dar-lhes cobertura.

Não queiram, agora, limpar-se, Srs. Deputados

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Eu pedia o favor ao Sr. Deputado de formular o seu protesto, pois se quiser fazer uma intervenção inscreve-se para ela.

Aplausos do PS.

O Orador: — Estou a protestar, Sr. Presidente. Estou a exercer o direito regimental de protesto. Não aceito, aliás, mordaças vindas dessa Mesa e exijo que o tempo de intervenção do Sr. Presidente seja descontado.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Peço aos Srs. Deputados o favor de ouvirem tranquilamente o orador.

Se me dirigi ao Sr. Deputado foi porque ele realmente tinha pedido a palavra para um protesto, e como nós devíamos entrar no período de intervalo, ele está assim a adiar-se. De maneira que o que lhe pedia era que fosse mais breve.

O Orador: — Peço, Sr. Presidente, que o tempo desta interrupção seja descontado.

Finalmente, verifica-se agora que o CDS na sua coligação ao Partido Socialista resolveu também utilizar a técnica da obcecada referência a um político português que neste momento nem sequer é membro da Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata. E essas referências obcecadas e sistemáticas servem apenas para desviar a atenção pública daquilo que é fundamental. E nós damos-lhe esse mesmo valor.

Aplausos do PSD.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes também quer formular um protesto?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Eu não queria formular um protesto, Sr. Presidente, de modo que não sei se por acaso aquilo que eu queria fazer tem cabimento.

Eu desejava fazer duas perguntas ao Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Presidente: — Fica então para depois do intervalo, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Era para um muito breve protesto.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para dizer que os comunistas ouviram a intervenção do Sr. Deputado ... Santos e Castro com a mesma indiferença com que escutavam as «Notas do dia» da Emissora Nacional dos tempos do fascismo.

Aplausos do PCP.

Protestos do CDS.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Ribeiro e Castro.

O Sr. Ribeiro e Castro (CDS): — Em primeiro lugar, quanto à intervenção do Sr. Deputado Carlos Brito, tenho pena que o Sr. Deputado tenha tido tão pouco para dizer. Quanto à referência ao Sr. Deputado Santos e Castro, devo dizer-lhe, se isso lhe causa qualquer incômodo, que de facto sou filho de Santos e Castro, que não tenho vergonha de o ser e que é um nome que tenho pena de não ter. De resto, pode o Sr. Deputado ter a certeza de que se me chamo Ribeiro e Castro não é porque pretenda esconder que sou filho de quem sou, de quem não tenho vergonha porque é um homem honrado.

Aplausos do CDS, PS, do Deputado independente Galvão de Melo e dos membros do Governo.

Não tenho vergonha de o ser e nunca o escondi, nunca usei iniciais que procurassem esconder as minhas origens familiares. Devo dizer-lhe também que só não me chamo Santos e Castro por azar da legislação do Registo Civil: no tempo em que nasci não podia ter mais esse apelido e portanto fiquei com o apelido da minha mãe, Ribeiro, e outro do meu pai, Castro. Esta é a razão. Se me quiserem tratar como Santos e Castro responderei pelo nome, pois não tenho qualquer problema por isso, embora me chame Ribeiro e Castro.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à intervenção do Sr. Deputado Sérvalo Correia, poder-se-ia dizer que a bancada do PSD sublimou as suas dificuldades nos ataques à minha bancada.

Gostaria de esclarecer, quanto a alguns aspectos, que é evidente que o Governo é de predominância PS e que isso não faz da participação de Ministros do CDS no Governo «meninos de coro» despartidizados. Ficamos a saber, isso sim, que para o PSD a participação do PSD nos Governos Provisórios também não era de coligação, segundo se dizia, mas era feita por meninos do coro. A nossa, de facto, não é.

Risos do CDS e PS.

Quanto aos despartidizados, devo dizer que não são despartidizados, que continuam a ser membros do nosso partido e que portanto não estão despartidizados. É evidente que o Governo é de predominância PS, mas isso é um resultado das eleições. Não podia ser de outra maneira. O PS tem 35% dos votos dados pelo povo português, nós temos 16% e é evidente que na vida política portuguesa há uma predominância PS e naturalmente sobre o CDS. Não há qualquer dificuldade nisso, nem percebo como é que poderia ser de outro modo.

Quanto à mediação presidencial, eu não disse que ela apenas seria a última das soluções. Eu disse claramente — está escrito e os Srs. Deputados devem ter ouvido — que a mediação presidencial

existiu de forma correcta, necessária e suficiente e que uma intervenção presidencial mais intensa e directa, isto é, a responsabilização quase directa, senão directa, do Sr. Presidente da República, pelo Governo, essa sim, poderia ser a última das soluções, e essa exigência, pelo menos aparente, do PSD é contraditório com uma afirmação que citei do Sr. Deputado Barbosa de Melo.

Quanto à questão de não aplaudirem a partidarização do Presidente da República, isto é, de não aplaudirem o Presidente da República quando é justamente elogiado por Deputados de outro partido, não a percebo, porque tenho ideia de, ao longo da vida parlamentar, ter visto o PSD aplaudir também a actuação do Sr. Presidente da República quando nesta Assembleia era citado necessariamente por Deputados de outros partidos.

O Sr. Sérvalo Correia (PSD): — Noutros termos e intenções!

O Orador: — Quanto aos insultos à «Folha CDS», devo dizer-lhe, Sr. Deputado, para que este assunto fique esclarecido, que a «Folha CDS» é um instrumento de propaganda do meu partido, que não esconde os seus intuios — é um instrumento de propaganda e está lá escrito. É evidente que não diz mal do nosso partido e usa uma formulação muito sintética, mas não calunia nem diz mentiras.

Risos do PSD.

É simplesmente um instrumento de propaganda claramente identificado como tal, e não como certos jornais que se dizem independentes.

Risos do CDS.

É claramente identificada como tal. Quem a lê não fica com nenhuma dúvida de que aquilo é um instrumento de propaganda do CDS. Se quiser acredita, se quiser não acredita, de acordo com o mérito dos argumentos que como propaganda lá estão redigidos.

Quanto à obcecada referência a um político português, cabe dizer que não foi obcecada porque, que me recorde, é a primeira vez que o refiro nesta Assembleia e era necessário fazê-lo porque me propunha responder a críticas e ataques da oposição ao II Governo e ao acordo político PS/CDS, e naturalmente tinha que referir o Dr. Sá Carneiro pelo facto de, apesar de não ter nada a ver com o seu partido em termos orgânicos e já não ser membro da direcção, ter sido candidato e cabeça de lista em todas as listas do Conselho Nacional e apesar de estar afastado se revela estar hoje na oposição ao Governo, e portanto eu teria de lhe responder. É um direito meu, que ninguém me pode recusar. O Sr. ex-Deputado Sá Carneiro deu uma entrevista e escreveu outros jornais atacando o II Governo e eu, como Deputado que sou, respondo nesta Assembleia.

Aplausos do CDS e PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para um muito breve esclarecimento.

Quero dizer ao Sr. Deputado Ribeiro e Castro que ignorava que o Sr. Deputado não se chamava Santos e Castro.

Uma voz do CDS: — Tem cá uma lata!

O Orador: — A pausa que antecedeu a citação daquilo que julgava ser o seu nome não tinha em vista recordar referências à sua família — sabe que não é essa a forma como nós fazemos política — ...

Uma voz do CDS: — Mentirosos!

Risos.

O Orador: — ..., mas apenas a de isolarmos o seu nome porque, na verdade, escutámos a sua intervenção como quem ouvia uma «Nota do dia» da Emissora Nacional nos tempos do fascismo, tal foi a sua intervenção.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão suspensos os nossos trabalhos até às 18 horas e 45 minutos.

Eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, visto que não há inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Ribeiro e Castro, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Maria Mendes Godinho.

O Sr. Mendes Godinho (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O Programa do Governo, no que respeita à agricultura, é do ponto de vista do Partido Socialista, a continuação de toda uma tarefa que tem vindo a ser desenvolvida e que tem as suas raízes no programa e na prática política do nosso partido. O aumento da produção alimentar é, porventura, o empenho principal do Governo, para que o povo português possa ter a alimentação a que tem direito, sem que seja necessário ao País comprar uma grande parte desses bens no estrangeiro.

Hoje, a grande parte dos que trabalham na agricultura são donos do que produzem: quer por serem cultivaadores directos quer por pertencermem a cooperativas ou outras formas colectivas de produção. No entanto, se a produção agrícola é baixa isso não é devido nem ao clima — outros países do Mediterrâneo Norte têm um clima semelhante —, nem a nenhuma hereditária. A nossa baixa produtividade é resultante de um grande atraso tecnológico que nos foi legado do regime anterior, em que a forma de apropriação e exploração da terra e a política de crédito tornaram inútil durante anos qualquer investimento na agricultura e ainda a um complicado sistema de

preços e subsídios aos produtos que nunca serviu a produção agrícola mas apenas a especulação.

Toda a actividade dos que se dedicam à agricultura tem de ser estimulada e auxiliada não com subsídios que era a muleta da agricultura no tempo do fascismo, mas com um crédito orientado e funcional, com preços compensadores para os produtos, e com a ajuda técnica.

Além disso, a produção agrícola tem de ser orientada em harmonia com as aptidões da terra e não pode continuar sujeita às *praxis* antieconómicas do passado. O que temos aptidões para produzir, devemos produzir, e do que produzimos, o que não consumimos, devemos vender aos outros povos, pois não vivemos isolados no mundo e o tempo ridículo do orgulhosamente sós já há muito que passou. Aos outros povos devemos, por outro lado, comprar aquilo que há muito está provado não termos possibilidades de produzir em boas condições de quantidade e qualidade. Portanto, o crédito, a ajuda técnica aos agricultores, os preços compensadores dos produtos e a orientação da produção, são as pedras bases do Programa do Governo, como com certeza os Srs. Deputados já observaram. A ajuda técnica aos agricultores passa pelo pleno funcionamento dos serviços do MAP, de modo a que junto dos agricultores de norte a sul do País, estejam técnicos agrícolas, não para escrever papéis sentados às secretárias mas para efectivamente tornarem mais rápida a modernização da produção, com a introdução de novas técnicas de há muito usadas nos países de agricultura desenvolvida.

Está, em alguns salões, espalhada a ideia reaccionária de que os que trabalham na agricultura são incapazes de aprenderem novas técnicas e que estão metidos numa rotina que os anestesiaram e que os tornam surdos às inovações. Nada mais errado. Os agricultores são de todos, no País, aqueles que têm levado uma vida mais dura e de privações, e isso torna-os atentos e despertos a tudo o que lhes possa modificar a sua situação. Muitos deles emigraram e ao emigrarem e ao dedicarem-se à agricultura noutras países, rapidamente aprenderam maneiras novas de cultivar a terra e de criar os animais. Mesmo no nosso país, rapidamente aprenderam e aplicaram técnicas sofisticadas de exploração pecuária, por exemplo. Os agricultores em geral, estão ávidos de novos conhecimentos que lhes aumentem as produções e diminuam o tempo e a dureza do seu trabalho, o que aliás é a ordem natural das coisas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: apraz-nos registar um grande esforço do I Governo Constitucional no começo da regionalização dos serviços agrícolas e o desenvolvimento dos serviços de extensão rural. É um esforço deste II Governo Constitucional que vai prosseguir, sem desfalecimentos, pois é um dos pontos basilares do desenvolvimento de produção agrícola. Aliás, toda a ajuda à produção tem de ser dada por técnicos bem apoiados, por especialistas e investigadores, que possam resolver os problemas concretos que todos os dias se deparam aos que produzem na agricultura. A Rádio e a Televisão são meios que devem continuar a ser usados no apoio técnico à agricultura. A audição e a correspondência que chegam aos programas agrícolas dão bem conta da ânsia de conhecimento que têm muitos agricultores por todo o País.

Mas se a ajuda técnica é um ponto fundamental, os preços porque são pagos os produtos aos agricultores não o são menos. De que serve produzir, se no final do trabalho, à colheita, não existe quem compre, ou quem compra não paga o preço dos produtos?

Sem preços justos, compensadores e estáveis aos agricultores, o que não implica forçosamente preços altos ao consumidor, não se pode fazer um esforço sério do aumento de nenhuma produção. Daí que o Programa do II Governo Constitucional detalhadamente se fixe neste problema. Quando existem excedentes na agricultura e, como todos sabem, os preços baixam, não se tem feito a necessária intervenção no mercado, porque não há capacidade de armazenagem suficiente para retirar os produtos de casa dos agricultores. Então, apesar dos protestos, estragam-se esses bens, que passados poucos meses, rareiam no consumo, e têm de se importar do estrangeiro.

O Programa do Governo, neste aspecto, aponta para a intervenção a tempo no mercado, com preços adequados e, quando há excedentes de oferta e dada a pequena capacidade de armazenagem existente, a colocação rápida desses excedentes no mercado exterior de modo a manter a intervenção até à regularização da oferta. Em relação ao aumento internacional os excedentes da agricultura portuguesa são de pequena importância, mas são grandes, em termos relativos, para o nosso país, tanto em função da capacidade de armazenagem como em termos de divisas. O Programa do Governo aponta, portanto, para a colocação no exterior dos excedentes agrícolas ao invés do que se fez no passado, em que só havia preocupação de importar produtos para colmatar as carências do consumo. Uma política deste tipo é patriótica, é salutar, e vem ao encontro dos interesses de produtores e consumidores, isto é, do povo português.

A definição dos preços dos principais produtos da agricultura e dos factores de produção vai continuar a ser feita no diálogo com as organizações que representam os interesses dos agricultores. O crédito é também, como já dissemos, um outro ponto importante do Programa do Governo, pois por ele passa também o crescimento da produção agrícola. A multiplicidade dos organismos que concedem crédito, as dificuldades do processo, a fiscalização da aplicação do dinheiro, fez como que muito crédito à agricultura fosse desviado no passado, por gente habilidosa para outras actividades, e muitos dos 800 000 agricultores que realmente precisam de dinheiro para investir, ou nunca ganharam confiança no sistema, ou não foi fácil para eles o acesso ao crédito.

A criação do IFADAP, já pelo I Governo Constitucional, como uma estrutura de transição para criar um sistema eficaz de crédito à agricultura, foi um passo em frente, importante, a fim de introduzir a disciplina financeira e de definir os critérios de empréstimos à agricultura e às pescas. O Programa do Governo ao estabelecer um mecanismo viável para conceder crédito a curto, médio e longo prazo, aos agricultores, com juros capazes de ser suportados pela exploração e em condições mais justas de acesso, dará, estamos certos, frutos seguros. Por outro lado, através da aplicação de uma prática de crédito inteligente, à compra de terras, será possível resolver parte dos problemas da estrutura fundiária no centro e no norte do País.

No domínio da reforma agrária, aponta o Programa do Governo para a regulamentação da lei que como todos sabem foi aprovada por esta Câmara no Verão passado, e terá de ser cumprida. O aplicação da lei tem de ser feita com rapidez, firmeza, concentração e diálogo entre os interessados. Rapidez, para que desapareçam as tensões resultantes das injustiças inerentes a um processo que, ainda que inevitável, atropelou muitas vezes os mais elementares direitos. Firmeza para que a restituição de terras ilegalmente ocupadas e as novas expropriações na zona de intervenção sejam acatadas e respeitadas por todos como leis que são emanadas de um Estado Democrático. Na concertação e no diálogo porque só viabilizando em termos de produção tanto a propriedade cooperativa como a privada, resultante deste processo de transformação, se poderá realmente lançar bases para um melhor equilíbrio social e político do mundo rural naquela zona, um incremento eficaz da produção e uma melhoria nítida da qualidade de vida dos trabalhadores, evitando-se confrontos indesejáveis, radicalizações desnecessárias, e caminhando-se para a paz social propícia à democratização e socialização efectiva.

Entre parêntesis dou aqui um grande exemplo, entre outros que poderia dar, da cooperação entre trabalhadores que conseguiram optimizar os recursos da terra que exploraram e obter assinalável êxito como empresa agrícola. Refiro-me aqui à cooperativa de S. Manços, que com muita determinação e firmeza, e perante a admiração mesmo dos inimigos deste novo processo de exploração da terra no nosso país, e a daquele outros que se substituíram aos antigos patrões, conseguiram demonstrar a viabilidade deste sistema de produção. Estes camaradas trabalhadores, num grande espírito de unidade, de entreajuda e de diálogo, entre todos, sem descriminação, têm conseguido resolver muito bem os problemas práticos com que se têm defrontado e são hoje uma guarda avançada de todo um novo estilo de relações na exploração da terra e têm merecido o respeito e a consideração do povo português.

Aplausos do PS.

Por outro lado, a regulamentação e a aplicação da lei do arrendamento rural, virá aumentar decisivamente o rendimento dos que trabalham a terra e a estabilidade da sua vida. Aliás, na zona da pequena propriedade, o associativismo agrícola, baseado na entreajuda dos agricultores, na cooperação para venda dos produtos, e na aquisição dos factores de produção vai continuar a dar, ser estimulada, não só por ser um imperativo constitucional, mas por serem os socialistas, por vocação, quem mais está interessado no desenvolvimento destas experiências, que para serem fecundas, têm de ser baseadas, na igualdade de deveres e de direitos entre todos os cooperantes, na liberdade e na responsabilidade.

Aplausos do PS.

O Programa do Governo, para este sector, integra-se na sequência a longos meses de lutas, para melhorar a produção, modernizar a técnica, reparar injustiças, acarinhar novas formas de relações de produção e lançar bases duradoras e sólidas para o desenvolvimento da produção agrícola.

Mas, para nós, socialistas, não é só importante um futuro promissor, um sol que nascerá um dia e nos aquecerá a todos, um dia possivelmente ainda longínquo. Para nós, socialistas, é igualmente importante resolver já hoje os problemas daqueles que, apesar de trabalharem duramente, têm sido os mais pobres do País, isto é, os agricultores e os pescadores. E para isso vai o II Governo Constitucional governar com coragem, com determinação e inteligência e, digo eu, em meu nome pessoal, com a ajuda de Deus.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos para uma intervenção.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O programa do Governo da coligação PS/CDS para o domínio da Comunicação Social apresenta-se como um enunciado genérico de princípios a que presidem três concepções fundamentais.

Do ponto de vista económico aponta-se como perspectiva fundamental a reprivatização dos meios de Comunicação Social intervencionados, participados e até mesmo nacionalizados sem que se garanta o respeito pelo princípio da audição dos mais directos interessados — os trabalhadores do sector.

Do ponto de vista social aponta-se claramente para o despedimento colectivo de trabalhadores, não transparentando qualquer intenção governamental de estabelecer o diálogo necessário para a resolução justa dos problemas do emprego e para garantir o direito ao trabalho.

Do ponto de vista político-ideológico são justas todas as apreensões perante meras declarações de que se salvaguardará o pluralismo ideológico e a independência face ao Governo e à Administração Pública.

Conhecidos os acordos firmados entre o PS e o CDS no domínio da Comunicação Social e tendo presente a prática do anterior Governo nesta matéria tudo indica o contrário.

O controlo e a manipulação da Comunicação Social estatizada, exercidas pelo Governo PS em 16 meses de governação, justificam plenamente a preocupação de todos aqueles que defendem a liberdade de informação e a informação democrática e que vêem agora que tal prática manipuladora se virá a agravar no sentido dos interesses dos partidos que apoiam o actual Governo.

Aliás, a cooperação pactuada entre o PS e o CDS ao nível dos Conselhos de Informação ou seja no âmbito de órgãos criados precisamente para garantir a independência da Comunicação Social perante o Governo e a Administração Pública constitui já um primeiro indício dos perigos com que passará a defrontar-se a concretização desse imperativo constitucional.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: De uma leitura comparativa entre o Programa do I Governo Constitucional e o actual Programa para o sector da Comunicação Social, transparece que agora se optou pelo abandono do pormenor na descrição das medidas que suposta-

mente viriam a ser tomadas, preferindo-se uma colagem de frases soltas onde não se define uma política para o sector, não se explicitam com clareza as ideias que presidirão à apresentação de propostas de lei à Assembleia da República, uma colagem em que se faz preceder toda e qualquer decisão projectada da palavra «eventual». É, na verdade, um Programa nitidamente eventual.

Por outras palavras, este Programa não traduz vontade ou coragem política de encarar frontalmente os melindrosos problemas da Comunicação Social e de caminhar decididamente para a sua resolução.

Outro aspecto que a análise do Programa, em nosso entender, torna clara é a incapacidade de definir uma política de apoio e incentivo à produção nacional, nomeadamente nos campos da Televisão e da Rádio, aceitando-se e dando-se aval à continuação de uma prática de sujeição à importação de materiais do estrangeiro, o que virá inevitavelmente acentuar a nossa dependência económica e cultural em relação às grandes distribuidoras imperialistas.

Significativo é ainda que se proclame a chamada auto-suficiência económica e financeira para os órgãos de comunicação social estatizados o que, dado o contexto de medidas em que se insere, e para além de não ter em conta as realidades do sector, esquece por inteiro a função social deste sector e o necessário apoio que sempre lhe deverá ser prestado pelo Estado. Transparece aqui sem disfarces o desejo de lavar as mãos perante o futuro do sector nacionalizado, deixando campo livre ao sector privado.

No campo da formação profissional dos trabalhadores do sector, aponta-se para a criação de uma Escola da Comunicação Social, projecto que corresponde a uma evidente necessidade, mas de cujos termos não se pode deixar de discordar. Assim, contrariamente ao que seria adequado, contrariamente mesmo ao que vinha disposto no Programa do I Governo, esta Escola ao que se depreende não funcionaria no âmbito do MEC, com a autonomia e gestão democrática que apesar de tudo caracterizam a instituição universitária, inferindo-se que virá a estar dependente da Secretaria de Estado da Comunicação Social, não sujeita a tais normativos e submetida ao seu controlo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No tocante às medidas para a Televisão e para a Rádio seria bom que o Governo definisse com clareza prazos para a apresentação a esta Assembleia das propostas de lei regulamentadoras do funcionamento das referidas empresas. A proposta em si mesma não é nova, já constava do Programa do anterior Governo, mas é bem sabido que não se concretizou durante dezasseis meses da sua vigência. Pelo nosso lado, e a não serem concretizados a curto prazo os compromissos governamentais, estamos dispostos a contribuir para o avanço na discussão de projectos de lei há mais de um ano pendentes nesta Assembleia sobre o direito de antena e o direito de resposta na RTP e na RDP.

A Sr.^a Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Noutro campo — o da Imprensa — ressuscita-se o famigerado «Projecto Roque Lino», já amplamente repudiado pelos trabalhadores do sector.

Aponta-se para a reprivatização pura e simples dos jornais intervencionados sem audição dos respectivos trabalhadores e contrariamente mesmo ao texto do Programa do I Governo excluem-se soluções de tipo cooperativo; abrem-se as portas à desnacionalização de empresas ou parte delas (apesar de formalmente se declarar a irreversibilidade da nacionalização das Empresas Públicas «Notícias/Capital» e «Século/Popular») ao prever a sua reestruturação jurídica e económica; aponta-se para o despedimento massivo de trabalhadores, esquecendo-se o Governo das responsabilidades que lhe cabem na admissão de milhares de novos trabalhadores apesar de, ao nível das palavras, ter reconhecido que já na altura havia «pessoal excedentário».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Os limites de tempo que circunscrevem este debate não nos permitem detalhar e aprofundar a análise dos problemas da Comunicação Social.

A Sr.ª Hermenegilda Pereira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Partido Comunista Português considera que o direito à informação só poderá ser assegurado pelo respeito das disposições constitucionais que consagram a existência, ao lado do sector privado, de um sector nacionalizado da Comunicação Social, cuja independência face ao Governo e à Administração Pública será conseguida pelo reconhecimento do papel dos Conselhos de Redacção, pelo respeito dos Estatutos Editoriais e pelo efectivo funcionamento dos Conselhos de Informação. O que não haverá decerto é liberdade de informação através da entrega de empresas da Comunicação Social ao grande capital, como transparece do Programa deste Governo.

É necessário, é urgente que se respeitem e regulamentem as disposições constitucionais no tocante aos tempos de antena na Televisão e na Rádio para os partidos e organizações sindicais e profissionais.

O Partido Comunista Português considera, ainda, que a efectiva reestruturação e saneamento do sector da Comunicação Social só será possível e eficaz com a participação democrática dos órgãos representativos dos trabalhadores e com a garantia do direito ao trabalho.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Reafirmamos, por fim, que neste como noutras campos o cumprimento da Constituição e das Leis e a participação organizada dos trabalhadores são, para além de exigências da vida democrática, condições para o êxito, justezza e eficácia de quaisquer medidas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Igrejas Caeiro para pedir esclarecimentos.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho certa dificuldade em acompanhar o Sr. Deputado Jorge Lemos para descobrir no Programa deste II Governo Constitucional alguns dos processos de intenção que o Sr. Deputado referiu. Por isso, gostaria de lhe perguntar onde é que no Programa do Governo é possível fazer o apoio à prática da manipulação e onde é que no mesmo

Programa se encontra qualquer norma em que se exclua a solução de tipo cooperativo para os órgãos de comunicação social.

O Sr. Presidente: — Como não há mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para responder, se assim o entender, o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Com certeza, Sr. Presidente.

No tocante à primeira pergunta, ou seja, quanto à manipulação do Programa do Governo ...

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Sr. Deputado, dá-me licença?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Sr. Deputado, é só para esclarecer que eu não falei em manipulação do Programa do Governo. Só se é o meu amigo que a está a fazer ...

O Orador: — Sr. Deputado, não se trata, a nível do Programa do Governo — e eu tive o cuidado de o dizer na minha intervenção — de haver ou não declaração de boas intenções face ao necessário pluralismo ideológico e à garantia de independência dos órgãos de comunicação social perante o Governo e a Administração Pública.

Sabe, porém, esta Câmara e sabe também o Sr. Deputado Igrejas Caeiro que a prática do Partido Socialista no tocante à Comunicação Social não tem sido transparente, ou seja, o efectivo pluralismo não tem sido assegurado. E quando a minha bancada manifesta preocupações porque houve um acordo entre o PS e o CDS no domínio da Comunicação Social ...

Protestos do PS.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Respeitaram-na mais vocês em 1975, não?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se fazem favor, não interrompam o orador.

O Orador: — Se o Sr. Deputado Raúl Rêgo me deseja fazer alguma pergunta, estou à sua disposição, permintindo-lhe que me interrompa, mas agradeço ao Sr. Presidente que estas interrupções à minha resposta não fossem contadas no tempo do meu grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Raúl Rêgo quer fazer perguntas ao Sr. Deputado Jorge Lemos inscreve-se e não o interrompe, se faz favor.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Mas o Sr. Deputado autorizou-me a interrupção, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado Igrejas Caeiro, nós encaramos com muita apreensão o acordo que

foi firmado entre o PS e o CDS no domínio da Comunicação Social. Concretamente, a nível dos Conselhos de Informação, não se comprehende que dois partidos, quando fazem parte do Governo, façam acordos sobre os referidos conselhos. De resto, esses Conselhos de Informação existem precisamente para assegurar a independência da Comunicação Social perante o Governo e a Administração Pública.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sobre a questão das cooperativas, eu respondo-lhe com a mesma pergunta: diga-me, Sr. Deputado Igrejas Caeiro, onde é que no Programa do actual Governo, como no Programa do anterior, se aponha para soluções do tipo cooperativo face à reprivatização das empresas intervencionadas?

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Disse o colega Deputado do Partido Comunista que nós, do Partido Socialista, sabímos bem de determinadas manipulações. Ora eu tenho a impressão de que se não fosse a presença do Partido Socialista no Governo, então, sim, nós saberíamos, porque já teríamos experiência, da impossibilidade de utilizar meios de comunicação social que não fossem para aqueles que os dominavam.

Aplausos do PS e do CDS.

E se o Governo do Partido Socialista teve os seus defeitos de actuação, do que não há dúvida nenhuma é de que no aspecto da Comunicação Social, e mesmo nos órgãos que se diz serem dominados pelo Governo do Partido Socialista, aí se encontra a cada passo o ataque permanente ao Governo, ataque que nunca neles foi retido, o que não seria possível nouros tempos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E em relação à não existência no Programa do Governo de uma nota específica acerca de cooperativismo, pois se o mesmo Programa assenta e respeita a Constituição — e ela é bem clara no apoio ao cooperativismo português —, logo, continua de pé toda a hipótese de solução cooperativa, não apenas para os órgãos de comunicação social mas para qualquer tipo de actividade que neste país tem a liberdade — que nós gostaríamos que fosse utilizada — de organizar cooperativas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente? É para um curto protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — O protesto é no sentido de responder ao Sr. Deputado do Partido Socia-

lista, dizendo-lhe que o meu partido de facto não teve as mesmas possibilidades de acesso aos meios de comunicação social ...

Risos do PS e do CDS.

... nem os tempos de antena que foram fornecidos ao Partido Socialista e ao Governo que apoiava.

Queria ainda dar uma explicação à Câmara. Se o Sr. Deputado do Partido Socialista aceitar que se inscrevam no Programa do Governo as explicações que acabou de me dar relativamente à criação de cooperativas, a parte da minha intervenção que a elas se referia deixará de ter sentido. Para além disso, eu queria dizer que fico muito contente que o Partido Socialista continue ainda a pensar nos termos em que elaborou o seu primeiro Programa de Governo e em que, não teve talvez a coragem ou a vontade política de basear o segundo Programa que apresenta a esta Câmara.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Dá-me licença; Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Igrejas Caeiro.

O Sr. Igrejas Caeiro (PS): — Antes de mais nada, sou um simples Deputado do PS, não estou nas bancadas do Governo e tenho a impressão de que o Sr. Deputado que me antecedeu, que de algum modo esteve a fazer uma intervenção importante, também ele pôs em evidência o valor das cooperativas e as defendeu calorosamente, como faz parte da nossa acção permanente e do Programa que respeitamos. Portanto, tenho a impressão de que está nas intenções do Governo, mesmo acrescido agora de elementos do CDS que, aliás, têm também demonstrado o seu respeito pelas cooperativas ...

Risos do PSD e do PCP.

... fomentá-las, protegê-las e ajudá-las.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes para uma intervenção.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Grande lição a obtida no processo subsequente à queda do I Governo Constitucional. Contra os profetas do mau agouro, as instituições democráticas previstas na Constituição da República funcionaram perfeitamente e permitiram que ao I Governo Constitucional, na base de um debate parlamentar, sucedesse claramente o II Governo Constitucional. Contra todos aqueles que, encapotada ou claramente, defendiam soluções anticonstitucionais, a maturidade política dos partidos portugueses e, sobretudo, a serenidade do povo português permitiram que nos encontrassemos aqui discutindo as melhores soluções para o nosso viver colectivo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: A Constituição da República demonstrou o equilíbrio e a sabedoria do legislador constitucional e nessa Constituição da República avultava, como resultou aquando dos debates da Assembleia Constituinte e como resulta de uma análise daquele texto, o papel do Presidente da República. O Sr. Presidente da República, com assinalável equilíbrio, soube assumir na plenitude as suas responsabilidades, dentro de um sumo equilíbrio que urge respeitar e que, sobretudo, urge saudar.

Existe na tessitura constitucional uma harmonia dos órgãos de poder e dos órgãos do Governo. O Presidente da República é, nessa harmonia, uma personagem-chave e deve dizer-se que o Sr. Presidente da República respeitou de forma exemplar a competência recíproca de todos esses órgãos e que esta Assembleia o reconhece e, por isso, aqui estará.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A oposição ou as oposições, no decurso do I Governo Constitucional, falaram de uma forma constantemente ritualista no carácter minoritário do Governo ou, dito de outro modo, no Governo minoritário do PS. Pois bem, temos agora um Governo maioritário. E quando julgávamos ou admitímos que houvesse dentro dessas oposições um acto de fé e de alegria na formação desse Governo maioritário verificamos que não, que não bastava um governo maioritário, mas que era necessário aquilo a que se chamava um governo maioritário, ou aquilo a que alguma oposição chama um governo maioritário coerente. Não pode deixar de se referir ou de se analisar o que se entende, ou melhor, o que entende o PSD, que é o que tem falado mais na falta de coerência — segundo ele — do actual Governo.

O que se entende, pois, por um governo maioritário coerente e como é que a maioria, agora formada, passaria a ser mais coerente? Liminarmente, recordaremos que este Governo, como é óbvio, não nasceu por geração espontânea, antes foi a consequência directa de um conjunto de negociações que se desenrolaram ao longo de cerca de dois meses e em que as diversas opções políticas, em que as diversas opções programáticas, foram desenroladas perante o povo português, que pôde aquilatar e julgar da bondade ou da maldade, da coerência, ou da incoerência, da eficácia ou da ineficácia das soluções propostas. A coerência deste programa de governo é oriunda do programa que lhe serve de base, mas é também oriunda do pacto ou acordo celebrado entre o PS e o CDS e que foi em grande parte vazado no Programa do Governo.

Pergunta-se: em que medida é que esse pacto ou esse Programa de Governo é incoerente? As notas que aqui temos ouvido falar ou primam por uma abstenção constante da análise do Programa do Governo e do pacto celebrado entre o PS e o CDS, ou então, e pior do que isso, limitam-se à afirmação muito simples de que o que importa é clara e exactamente a fórmula de governo encontrada. Temos, portanto, que alguns partidos desta Assembleia, nomeadamente o PSD, se preocupam com a fórmula de gover-

no encontrada por a considerar incoerente, e dá um remédio. Assim, a forma de dar coerência ao actual governo seria a formação de um governo com PPD e sob a sua hegemonia.

Ora, não é esse o nosso ponto de vista. Nós entendemos que os partidos são todos iguais. Simplesmente, em democracia, há uma diferença que separa os partidos que é a aquiescência que eles possam ter obtido do povo português através da única maneira legítima de o povo português manifestar a sua vontade que é o voto. Como os partidos são todos iguais de forma nenhuma seria admissível a formação de um governo em que não tivesse o papel que lhe cabe o partido mais votado pelo povo português que é o PS.

O problema que é posto pelo PSD neste debate é, bem vistas as coisas, a questão eterna: estar ou não estar no Governo.

Seria importante ver que coerência é que a presença do PSD podia trazer a um governo ou à vida política nacional? Passo a citar: «Ouvi depois da boca dos próprios que não tinham lido o artigo quando deliberaram, por mero ouvir dizer, a sua suspensão. Por aqui se vê o clima que já então se vivia» Francisco de Sá Carneiro, no jornal *O Tempo*, de 9/2/978. É o dia de hoje.

Vozes do PSD: — É um grande político.

O Orador: — Não se vai perder tempo, porque, para tanto, seria necessário fazer uma autópsia e não uma análise política, com a análise do programa e das propostas políticas do PSD.

Risos do PS e do CDS.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — As coligações...

O Orador: — Guardamo-nos para o momento em que este partido conseguir obter aquilo que há muito tempo almeja: formar um Governo e apresentá-lo a esta Assembleia.

Vozes do PSD: — Em 1980!

O Orador: — Mas, uma coisa é certa: o PSD vem repetindo com assinalável constância ser necessária a formação de um governo tripartido sob a sua hegemonia. A tal se reduz o seu projecto político. É pouco, Srs. Deputados. E é pouco ainda quando se pretende dar aos outros partidos lição de coerência. Da repetição não vem nenhuma coerência política, assim como a um relógio que repete as horas ninguém qualifica de coerente.

Vozes do PSD: — Lá isso é verdade!

O Orador: — A esta dicção do debate, no sentido de um desvio da fórmula governativa, como justifica o PPD a apresentação de uma moção de rejeição do Programa do Governo?

Nos termos regimentais, poderia ser apresentada uma moção de rejeição até ao encerramento do debate. Simplesmente, o PSD, com considerandos de circunstância, julgou-se habilitado a apresentar uma moção de rejeição no fim do primeiro dia do debate. Pretende fundar essa apresentação no princípio dc

que passo a transcrever, «é imperioso tornar claro quem apoia e quem se compromete nos Programas do Governo». Assim, como o debate estava ainda no início, conclui-se que, nesse momento, ao PSD — e está no seu legítimo direito — nada interessa ou importa o debate que aqui se trava. Iniciou este debate com reserva mental. Ao entrar nesta sala já trazia uma posição definida. Está, como ouvi dizer a um Deputado mais nervoso do PSD, no seu pleníssimo direito. O Regimento permite-o.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Nós lemos o Programa durante o Carnaval.

O Orador: — Diga, diga, Sr.^a Deputada...

O regimento permite-o. A não ser que o PSD pense, para clarificar a vida política nacional, em usar de outras suas faculdades regimentais: a primeira, seria votar contra a sua própria proposta; a segunda, seria retirá-la até ao termo do debate. Simplesmente, habituou-nos o PSD àquilo em que em certo momento revolucionário foi chamado de imaginação no poder. Mas nós não acreditamos que a imaginação chegue a tanto.

A citada «incoerência», não é aceite, porém, pelo PCP, que julga este Governo demasiado coerente. Neste sentido, Octávio Pato, que diz que, passo a citar, «coligando-se com o CDS, o PS expõe-se a renovadas pressões da direita, que deposita no enfraquecimento, desagregação e desprestígio do PS, muitas das suas esperanças de vir um dia a dominar os órgãos do poder, sem necessidade de se aliar ao PS». Esta ou outra citação bastava para documentar o que afirmo. Tal como os caminhos divinos são imprescritáveis, também os caminhos do PC são muitas vezes insondáveis.

Ao votar contra o Governo PS, aquando do voto de confiança, o PCP votou também por um governo maioritário. Pois bem, Srs. Deputados do PCP, aí têm o Governo maioritário.

Simplesmente, não se trata aqui, nas críticas feitas ao acordo com o CDS, de críticas feitas a uma aliança, mas do confronto de dois conceitos de socialismo.

Para nós, o socialismo, ou melhor, «a via socialista» a que se refere a Constituição da República, não só nada tem a ver com o socialismo da ditadura do proletariado, mas até lhe é claramente antagónica. Não se trata de acabar com o socialismo, mas de fortalecer a sua única base institucional possível, que é a democracia política. Socialismo sem democracia política não é socialismo, não é liberdade, é um condenável sistema totalitário.

A flexibilidade táctica é, no entanto, uma constante do movimento comunista. E o movimento comunista, desde que ressalvado o essencial do seu projecto político, não hesita aliar-se a quem quer que seja ou em fazer declarações políticas que na boca de outrem seriam autênticos motivos de excomunhão.

Suponhamos, Srs. Deputados, que um Deputado do PS se atrevia a dizer o que eu vou dizer, dirigindo-se a trabalhadores: «produzir, produzir e produzir mais ainda é o nosso dever mais alto como classe» isto é um extracto de um discurso pronunciado em 1947 por Maurice Thorez, em Wazier ou «A greve — frase do mesmo autor — é a arma dos trusts».

Assim, a histórica aliança com os nazis para derrubar o Governo social-democrático de Schwesty-Holstein... Assim, a declaração de Molotov aquando do pacto com Ribbentrop e segundo a qual a diferença entre «socialismo e nacional-socialismo era uma questão de gosto».

Não se pensa que o PCP possa ir tão longe...

Lembra-se só que o PCP não hesitaria em aliar-se com o CDS num Governo quadripartido, ou até, se o CDS permitisse, num Governo bipartido. É esta a declaração ou o sentido da declaração do Sr. Dr. Álvaro Cunhal quando afirmou creio que em Junho do ano passado, que não hesitaria aliar-se com o diabo... a não ser — e não faço a injúria ao Dr. Álvaro Cunhal de pensar uma coisa dessas — que estivesse a pensar em aliar-se com forças extra-parlamentares...

Risos.

Não faço essa injúria.

Então, ah!, então, os críticos seriam acusados de «desvio de esquerda», prontos a serem condenados também por desvio de direita, se condenassem o aventurirismo de certas greves ou a política ao quanto pior melhor

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Fez o Sr. Primeiro-Ministro um claro apelo à paz social, que deve ser ouvido e que deve ser entendido porque quem tem ouvidos para ouvir o pode entender. Nesse claro apelo à paz social afirmava-se a necessidade de um acordo claro entre os parceiros sociais e a necessidade de se instaurar no nosso país um clima de paz e de diálogo que permitisse a recuperação económica e a sedimentação da democracia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: No seu discurso, o Sr. Deputado Octávio Pato afirmou que veria, no entanto, com atenção as leis positivas que este Governo viesse a fazer. Nós estamos de acordo com essa intensão do Sr. Deputado Octávio Pato, mas bem melhor seria que antes do processo de formação do Governo e durante o processo de discussão nesta Assembleia se não verificassem certas greves neste país que fazem muitas vezes lembrar a frase de Hamlet «quero que da minha banca saiam punhais sem que eu lhes toque».

Ao abdicar de uma efectiva discussão do Programa do Governo, os partidos da oposição adquiriram uma enorme responsabilidade. Aquando da vigência do I Governo Constitucional, os partidos da oposição podiam apresentar, em tese meramente aritmética e sem qualquer fundamento político, uma alternativa política. Agora, nem uma alternativa aritmética pode apresentar. O País irá apreciar a forma de ser da oposição e verá em que medida os partidos opositores não podem ou não querem governar. Se são capazes de servir os interesses dos seus eleitores e colaborarem através da crítica na reconstrução do país.

Resta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizer alguma coisa sobre o actual pacto do Governo. O PS e o CDS não abdicaram de um sentido de Estado e de um sentido de dever que os levou a apoiarem o presente Governo. Muito de comum existe neste momento entre ambos os partidos, pois a necessária recupe-

ração económica deverá ser acompanhada da urgente reconstituição do aparelho de Estado e da imposição da autoridade democrática.

Quando certos Srs. Deputados põem em dúvida a vontade ou a determinação do Governo de fazer aplicar certas leis, nós dizemos claramente que faremos aplicar todas as leis com determinação, no diálogo, mas sem qualquer espécie de fraquezas ou tibiezias.

O Sr. Fernando Pinto (PSD): — Cá estamos para ver.

O Orador: — Mas, acima de tudo, o presente Governo é um desafio à coragem política e uma afirmação de presença ao serviço do povo português. Com oposições e sem uma solução concreta para os grandes problemas do nosso tempo, ocultam, uns, a sua timidez sob uma linguagem afirmativa e dogmática aparentemente convencidos de que «nada fazendo fazem exactamente o que é preciso fazer»; Outros lembrados de um passado próximo de anarco-populismo que não volta e de que não abdicam, situam-se no presente histórico com um programa de socialismo ditatorial e que nos lembra o final do «Grande Gatsby»: «vão teimando contra a corrente, cortando as águas a caminho de um passado que não volta».

De resto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pouco importa. O Governo ousou ser Governo, o PS e o CDS ousaram apoiar e definir um Programa do Governo.

Não por qualquer descabida ambição, mas por um simples e claro sentido do dever, na base de uma ideia de Portugal que é o mesmo que dizer do destino incomparável do povo português.

Aplausos do PS e do CDS.

O Sr. Presidente: — Não há nenhum orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento, mas como ainda faltam quinze minutos para as oito horas, eu perguntaria se alguém quer usar da palavra durante este espaço de tempo.

Pausa.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Eu pedia a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Sr. Presidente, em rigor, o que está estabelecido é que efectivamente as sessões se prolonguem até às 20 horas e, portanto, em rigor, se não há oradores inscritos, penso que se deveria desencadear o mecanismo processual conducente à última fase deste debate.

Queria ainda chamar a atenção para o facto de que, apesar de os grupos parlamentares estarem já com os seus tempos bastantes reduzidos, o Governo começa a ter, neste momento, para intervenções, praticamente o dobro do tempo de que alguns grupos parlamentares dispõem. Há aqui, portanto, uma situação de desigualdade, com a qual o meu partido não se conformará.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Nunes.

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Bom, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu verifico, depois de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Sérvulo Correia, que temos cometido ao longo desta sessão legislativa variadíssimas violações regimentais, porque não é a primeira vez que, por exemplo, o próprio Sr. Deputado Sérvulo Correia, com a aquiescência da Assembleia, propõe que, faltando quinze minutos para terminar a hora, seria talvez conveniente continuar no dia seguinte.

Quanto à afirmação de que a oposição não soube governar o seu tempo, devo dizer que é uma coisa que nós compreendemos perfeitamente porque esse facto é coerente com a oposição que temos: a oposição não sabe governar e o Governo não pode governar a oposição.

Aplausos do PS e do CDS.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, eu queria pedir à Mesa que não considere o que vou dizer como uma intervenção e que portanto não desconte o meu tempo, já que de tempo se trata.

Em segundo lugar, queria lembrar mais uma vez, e hoje já é a segunda, que efectivamente ontem foi estabelecido um acordo — acordo entre cavalheiros, traduzido em português — para que justamente o tempo fosse usado por forma a que a sua utilização fosse repartido por todos.

Vozes do PCP e PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que penso que a observação que foi feita é pertinente. De facto, tenho a folha com a dedicação dos tempos na minha frente e verifico que o Governo dispõe ainda de 189 minutos, não porque administrhou bem o tempo, mas simplesmente porque não o usou.

Aplausos do PCP e do PSD.

O Orador: — E que, por exemplo, o PSD tem 111 minutos ...

Vozes do PSD: — O Governo também não governa...

O Orador: — ..., o Partido Comunista Português tem 128 minutos, a UDP tem 47 minutos, o PS 150 minutos e o CDS 109 minutos.

Ora, o que poderia suceder, e isto certamente não seria agradável, é que chegássemos a sábado e assistíssemos a uma parada de pessoas muito respeitáveis — digo respeitáveis porque deverão sê-lo, já que são Ministros — naquela tribuna a falar e sem que nós tivéssemos mais nenhum tempo para podermos argumentar.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De maneira que, se o PSD insiste em que a sessão se prolongue até às 20 horas, eu sugeriria

que fosse um membro do Governo a ocupar este tempo, até porque, aliás, na rotação que se fez hoje, caberia, talvez, a um membro do Governo intervir neste momento.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérvulo Correia.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Prescindo da palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Almeida Santos.

O Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro (Almeida Santos): — Sr. Presidente, eu queria prestar um esclarecimento, em primeiro lugar, para confirmar que houve efectivamente o tal *gentlemen's agreement*, mas a verdade é que o Governo tem tido a preocupação de tornar úteis as suas intervenções, procurando responder às críticas que lhe são feitas.

Hoje de manhã tive oportunidade de, na minha intervenção, assinalar que até ao momento em que eu intervini não havia, na verdade, matéria factual a que o Governo pudesse responder. Esta tarde essa matéria surgiu, mas não vejo, necessariamente, grande vantagem em o Governo responder de improviso em vez de o fazer depois de séria meditação.

Temos apenas dez minutos, mas se fizeram questão nisso um Ministro do Governo intervirá, não podendo, no entanto, fazer conter a sua comunicação apenas nos dez minutos que faltam, pelo que eu propunha que, efectivamente, amanhã de manhã o Governo pudesse recuperar o tempo que não usou, utilizando-o com maior intensidade e também com maior utilidade na medida em que efectivamente poderá responder a argumentos e acusações concretas feitas ao seu Programa.

Já agora aproveito a ocasião para dizer ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira que a economia, sobretudo nos tempos de austeridade que atravessamos, é a melhor forma de administração.

O Sr. Jorge Leite (POP): — Isso não é nada só! Isso pode provocar a morte, Sr. Ministro!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Luís Sáias): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta ocasião em que pela primeira vez tenho a honra de usar da palavra nesta Assembleia, desejo apresentar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, e a todos os Srs. Deputados os meus respeitosos cumprimentos.

Penso que há uma explicação que é conveniente eu dar a V.V. Ex.^a e ao País. E é esse o sentido e a finalidade principal desta minha breve intervenção.

Devo confessar, com toda a franqueza, que a minha situação não é cómoda nem agradável: ainda mal iniciei o exercício das minhas funções e já sou suspeitado, por uns, de ser muito à direita, e, por outros, de ser demasiado à esquerda; ainda mal iniciei as minhas funções e já me acusam de não ter feito o que leva meses ou anos a fazer; ainda mal comecei

e já me imputam faltas que nem sequer tive tempo de cometer.

É caso para dizer aos Srs. Deputados: ao menos dêem-me tempo. Vejam primeiro e critiquem depois.

Aplausos do PS e do CDS.

Passemos, porém, à explicação a que me referi, com a qual julgo responder à maior parte, senão à totalidade, das críticas — desculpem dizê-lo — tão prematuramente surgidas. Julgo ter compreendido, desde a minha nomeação para o Governo, que há mais expectativa quanto à orientação pessoal do ministro relativamente à Reforma Agrária do que dúvidas ou discordâncias quanto ao Programa do Governo para a agricultura e pescas.

Essa expectativa resulta, a meu ver, por um lado de eu não ter filiação partidária e, por outro, de me ter mantido arredado da vida política activa após o 25 de Abril.

Reconheço que, de facto, nestas circunstâncias, as pessoas não têm a possibilidade de induzir de modo razoável a linha da minha actuação política.

É claro que este pequeno «mistério», mesmo na falta desta explicação, se iria progressivamente defazendo à medida que eu fosse praticando actos de Governo. Penso, porém, que a situação deve ser desde já clarificada e é o que passo a fazer. O primeiro ponto que deve ficar bem claro é este: o Ministério da Agricultura e Pescas, enquanto eu for o responsável, será intransigente na defesa das liberdades.

A defesa das liberdades foi a constante fundamental de toda a minha vida e não vou mudar agora.

A este respeito — a respeito das liberdades — não há, portanto, margem para quaisquer equívocos. As liberdades serão defendidas, custe o que custar e seja contra quem for. Nesta matéria não pode haver, nem haverá, transigências da parte do Ministério da Agricultura e Pescas.

Outro ponto que deve, em meu entender, ser sublinhado é este: o Governo prosseguirá na aplicação da Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária. E notem V.V. Ex.^a; a filosofia política subjacente à Reforma Agrária não me incumbe a mim definir-la, ela já foi definida pela Assembleia da República ao aprovar a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária e, até antes, ao aprovar a Constituição. O Governo, no qual me integro, deve respeito às Leis da Assembleia da República. Por isso o Governo respeitará a Lei das Bases, tanto na sua letra como no seu espírito. Mais: o Governo tem a obrigação de aplicar as Leis da Assembleia da República. Por isso o Governo aplicará a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, como respeitará e aplicará escrupulosamente a Constituição, a Lei do Arrendamento Rural e as demais Leis da República.

O Sr. Armando Bacelar (PS): — Muito bem!

O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!

Há de facto, uma situação nova que se constituiu em Portugal e que a generalidade das pessoas tem de aceitar: — É que houve uma Revolução, houve

ocupações de terras e hoje há uma lei da Reforma Agrária, democraticamente aprovada, que faz parte do nosso ordenamento jurídico e que, precisamente por isso, tem de ser respeitada e aplicada.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Queim não concorda com a situação constituída, ou por querer voltar atrás ou por querer ir mais além, que se desfida. Os factos são os factos. Há que aceitá-los.

Esta é muito claramente a minha maneira de pensar e será muito firmemente o meu modo de agir. Por outras palavras: eu não discuto a Lei, vou aplicá-la. Creio, aliás, que o respeito pela legalidade democrática não consente outro procedimento.

Um outro aspecto que é bom expressar é o da atitude subjectiva do Governo — mais particularmente do Ministro da Agricultura e Pescas — face aos problemas concretos postos pela consolidação da Reforma Agrária. Essa atitude será de imparcialidade. Quer dizer: o Governo vai implantar o Reforma Agrária sem a ideia preconcebida de prejudicar ou de beneficiar especialmente qualquer das forças sociais em presença ou qualquer das formações económicas existentes (sectores público, cooperativo e privado).

Na realidade, eu entendo que todas as formas de exploração da terra merecem, por igual, a ajuda do Estado. Só peço às empresas agrícolas que sejam eficientes, dinâmicas e produtivas.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro Luís Sáras, peço desculpa de o interromper, mas gostaria de lhe perguntar se falta ainda muito tempo para acabar a sua intervenção. É que efectivamente já são oito horas.

O Orador: — Falta pouco, Sr. Presidente, e já agora gostaria que me deixasse terminar a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Penso que não há qualquer oposição da Assembleia em que se prolongue um pouco mais a sessão para lá do tempo que estava determinado.

Pausa.

Como não há oposição, pode continuar, Sr. Ministro.

O Orador: — Tomemos, para escurecer melhor, o exemplo das unidades de exploração colectiva por trabalhadores. Em abstracto, uma das três linhas de actuação poderia o Governo tomar em relação a estas tão discutidas empresas agrícolas: a primeira seria a de hostilizá-las, em ordem a diminuir a sua importância ou até destruí-las. O Governo não fará isso! A segunda seria a de privilegiá-las em relação às outras empresas agrícolas, no sentido de potenciar a atracção por essa forma de exploração da terra. O Governo também não fará isso!

A terceira atitude será a de apoiar em termos equivalentes todas as formas de exploração da terra admitidas no nosso ordenamento jurídico, entre as

quais se contam as unidades de exploração colectiva por trabalhadores. Esta terceira atitude será a do Governo.

De facto, o Governo apoiará, dentro das suas possibilidades e meios de actuação, de forma harmónica e equilibrada, todas as unidades produtivas que, pela sua actuação prática, mostrem empenho no desenvolvimento da produção e da produtividade agrícolas, quer sejam geridas por colectivos de trabalhadores quer se integrem nos sectores cooperativo ou privado. O Governo será, portanto, imparcial.

Penso que esta linha de rumo é facilitada pela circunstância, aliás não ocasional, de eu não ter, nem nunca ter tido, filiação partidária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que fez o essencial da Reforma Agrária, o que possibilitou o seu arranque foram a Revolução e as ocupações. Há agora que consolidar a Reforma Agrária, dentro do esquema legal aprovado por esta Assembleia, de modo a encaminhar a agricultura portuguesa pelas vias do progresso.

Infelizmente o clima emocional, soprado pelas lutas partidárias e pelos interesses em conflito, que se gerou em torno da Reforma Agrária, dificulta muito a execução da dita Reforma.

Aparentemente ninguém está de acordo com coisa nenhuma.

Afigura-se-me que esta situação resulta mais da paixão do que das dificuldades que as questões realmente comportam.

É preciso desdramatizar a situação.

A Reforma Agrária é uma ideia nobilíssima, e, depois da restituição das liberdades públicas ao povo português, é dos mais preciosos frutos da Revolução de Abril.

Aplausos do PS.

O Governo não pretende uma meia reforma agrária ou uma pseudo-reforma agrária. A Reforma Agrária será, feita, completa, em profundidade. E como? Não na ponta das baionetas, como referiu o Sr. Primeiro-Ministro, em expressão a princípio mal entendida, mas já respondida no seu exacto sentido.

Havemos de levar a Reforma Agrária a cabo pelo diálogo e pela concertação, num clima de paz social e de acatamento da legalidade democrática. Afinal, somos todos portugueses. Temos de nos entender.

O Governo não vai porém mercadejar a Reforma Agrária: o ferrete do latifúndio tem de acabar; a fragilidade do minifúndio tem de ser ultrapassada; os rendeiros têm de ter condições de trabalho. Isto tem de ser feito. E sé-lo-á, mas de forma equilibrada e equitativa, que preserve a paz nos campos.

Atenção, porém. O empenhamento do Governo no diálogo e na concertação, próprios de um Estado democrático, não significa qualquer autolimitação das suas competências. Por isso, encontradas as posições de equilíbrio entre os interesses em conflito, o Governo executará as suas decisões, com o rigor que for necessário. O Governo será leal e tomará na devida conta a legalidade dos parceiros sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todas as pessoas de todos os quadrantes têm de se convencer imediatamente de uma coisa, aliás simples e evidente em

face da actual conjuntura nacional. Essa coisa é que é urgentíssimo desenvolver depressa a produção e a produtividade da agricultura portuguesa e para isso é fundamental trabalhar. Temos pois de ser eficientes.

A actuação do Ministério da Agricultura norteia-se-a, no essencial, por critérios de eficácia prática. Essa eficácia demonstrá-la-á da sua parte, o Ministério da Agricultura e Pescas no empenho com que irá cumprir o Programa do Governo.

A agricultura portuguesa pode e deve ser desenvolvida para bem das populações rurais e para bem do País. O Governo vai fazê-lo, dia a dia, hora a hora, tenmosamente. Da parte do Governo não haverá desfalecimentos, nem paragens. Só faço votos para que os agricultores, principais interessados e beneficiários dos esforços do Governo, nos acompanhem no entusiasmo e no ritmo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A agricultura portuguesa, dada a multídão das questões postas, na sua maioria de índole técnica e científica, exigindo estudos aprofundados e soluções demoradas, não pode ser eficazmente dirigida segundo a inspiração do responsável de momento.

Daí que o Ministério da Agricultura e Pescas considere urgente e prioritária a tarefa de completar rapidamente a montagem das suas próprias estruturas, de acordo com a Lei Orgânica já aprovada, com especial ênfase para os serviços regionais e de planeamento.

Completadas que sejam essas estruturas, o País disporá de uma máquina administrativa moderna e capaz de impulsionar realmente a agricultura, em termos operacionais e de racionalidade técnica e científica. Todavia, e como é evidente, a agudeza dos problemas presentes não se compadece com delongas e, por isso, o Governo irá, desde já, avançar com medidas inseridas no Programa, as quais serão desenvolvidas e fundamentadas no Plano de Médio Prazo.

Passo agora a referir algumas pequenas notas sobre questões pontuais abordadas pelos Srs. Deputados: O Sr. Deputado Acácio Barreiros manifestou a sua preocupação sobre os projectos de produção em Portugal da beterraba sacarina, da batata de semente e «de inúmeros outros produtos essenciais». Quanto a este ponto posso assegurar ao Sr. Deputado Acácio Barreiros que tais projectos não estão nem ficarão «nas gavetas do MAP». Eles estão a ser examinados e estudados pelos serviços do MAP, e tão breve disponha de elementos seguros para tomar uma decisão fundamentada e com o mínimo de riscos possível, serão decididos.

O Sr. Deputado Carlos Carvalhas, por seu lado, notou que no Programa nada se diz quanto à introdução de novas culturas, e referiu especificamente a beterraba sacarina e o tabaco. Tem razão. Observo, no entanto, que, nos termos da Constituição, do Programa do Governo contarão as principais medidas políticas e legislativas. De qualquer modo, posso já informar o Sr. Deputado de que o estudo e a programação de novas culturas (beterraba sacarina, tabaco, algodão, soja, etc.) não estão a ser, nem serão, des-

curridos e informo o Sr. Deputado de que o ponto da situação a esse respeito será feito no Plano de Médio Prazo.

Agora algumas palavras sobre as pescas. Gostaria de fomentar, além das pescas propriamente ditas, o interesse dos Srs. Deputados por este importante sector da nossa actividade económica. De facto, as pescas portuguesas estão em situação de crise e precisam, para sair dela, que o País se conscientize da gravidade da situação.

O Governo tem a firme intenção de desenvolver as pescas rapidamente e o Programa é disso prova evidente.

Penso, todavia, que o Programa ganharia se os Srs. Deputados exteriorizassem as suas preocupações neste domínio. De facto Portugal não vive só da agricultura. E é neste sentido que ouvi com o maior prazer as palavras do Sr. Deputado Acácio Barreiros, proferidas na sessão desta manhã. Infelizmente, parece-me que o Sr. Deputado e eu não pescamos nas mesmas águas.

Risos.

Das observações do Sr. Deputado Acácio Barreiros relativa a que julgo ser a mais importante e que é a de que o Sr. Deputado não concorda com o Governo em que o objectivo principal deva ser o aumento das capturas. O Sr. Deputado, ao que se depreende das suas declarações, não concorda com o aumento das capturas, porque «são lançadas anualmente ao mar toneladas de peixe».

Concordo com o Sr. Deputado Acácio Barreiros em que é absolutamente necessário acabar com a aberração de deitar peixe ao mar e também com a limitação voluntária das capturas. Mas o Sr. Deputado esquece que, mesmo que fosse, e deve sé-lo, aproveitado o peixe que se lança ao mar mais aquele que voluntariamente não é capturado, mesmo assim, era preciso aumentar as capturas. De facto, o Sr. Deputado não deu atenção à circunstância de que Portugal vem importando milhões de contos de pescado (mais de 3 milhões em 1976), e que a nossa dependência externa em matéria de produtos da pesca tem vindo a aumentar assustadoramente.

Será preciso mais do que isto para justificar uma política de aumento das capturas?

No que se refere às restantes observações do Sr. Deputado Acácio Barreiros em matéria de pescas, creio que uma leitura atenta do Programa do Governo será suficiente para desfazer as suas apreensões quanto ao futuro. Creia Sr. Deputado que as pescas portuguesas vão conhecer uma fase de recuperação. Nisso me comprometo eu. E V. Ex.^a podia ajudar se convincesse os militantes e simpatizantes do seu partido a pescarem mais.

Risos.

Por agora fico por aqui. As intervenções, aliás profundas, dos Srs. Deputados Vitor Louro e Marques Mendes merecem ser ponderadas e só há momentos recebi os respectivos textos.

Tenho dito.

Aplausos do PS, CDS e Deputado independente Galvão de Melo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como era de prever, ultrapassámos a hora regimental, e já são 20 horas e 20 minutos. A Assembleia decidirá se quer ou não continuar a sessão. Eu penso que há três Srs. Deputados que pediram a palavra para formular pedidos de esclarecimento, que são os Srs. Deputados Marques Mendes, Victor Louro e Acácio Barreiros. Mas se os Srs. Deputados estiverem de acordo ficavam com a palavra reservada para amanhã.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Marques Mendes (PSD): — Sr. Presidente, se a Assembleia decidir que se farão os pedidos de esclarecimento amanhã, ficarei com a palavra reservada para amanhã, embora entendesse que seria de toda a utilidade que este ponto ficasse desde já esclarecido.

O Sr. Presidente: — Está, portanto, de acordo em que se fique com a palavra reservada para amanhã. Está encerrada a sessão.

Os trabalhos começarão amanhã às 10 horas da manhã, como está estabelecido.

Eram 20 horas e 25 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.
Alfredo Fernando de Carvalho.
António Chaves Medeiros.
António Jorge Moreira Portugal.
António José Pinheiro Silva.
António José Sanches Esteves.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Miguel de Morais Barreto.
António Riço Calado.
Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos Alberto Andrade Neves.
Carlos Manuel da Costa Moreira.
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Dieter Dellinger.
Fernando Reis Luís.
Fernando Tavares Loureiro.
Florival da Silva Nobre.
Francisco de Almeida Salgado Zenha.
Francisco António Marcos Barracosa.
Henrique Manuel Velez Marques dos Santos.
Herculano Rodrigues Pires.
Jaime José Matos da Gama.
Jorge Augusto Barroso Coutinho.
José Cândido Rodrigues Pimenta.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Medeiros Ferreira.
José Maria Parente Mendes Godinho.
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.

Luís Abílio da Conceição Cacito.
Luis Filipe Nascimento Madeira.
Luis Patrício Rosado Gonçalves.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel da Mata de Cáceres.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Maria Margarida Ramos de Carvalho.
Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
Rui Paulo do Vale Valadares.
Sérgio Augusto Nunes Simões.
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
Anatólio Manuel dos Santos Vasconcelos.
Antídio das Neves Costa.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Coutinho Monteiro de Freitas.
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
António Manuel Barata Portugal.
Arcanjo Nunes Luís.
Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
Crisóstomo Guerreiro Norte.
Fernando José da Costa.
Henrique Manuel de Pontes Leça.
João Gabriel Soeiro de Carvalho.
João Vasco da Luz Botelho de Paiva.
Jorge Ferreira de Castro.
Jorge de Figueiredo Dias.
José Alberto Ribeiro.
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.
José Bento Gonçalves.
José Gonçalves Sapinho.
José Joaquim Lima Monteiro Andrade.
José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.
José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.
José Rui Sousa Fernandes.
Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
Manuel da Costa Andrade.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Mário Fernando de Campos Pinto.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Nicolau Gregório de Freitas.
Nuno Gil Pires.
Pedro Manuel da Cruz Roseta.
Ruben José de Almeida Martins Raposo.
Rui Manuel Parente Chancerelle de Manchete.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
Alexandre Correia Carvalho Reigoto.
Caetano Maria Dias da Cunha Reis.
Carlos Alberto Faria de Almeida.
Carlos Martins Robalo.
Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
Francisco António Lucas Pires.
Francisco Manuel Farromba Vilela.
Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.
Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
João da Silva Mendes Morgado.
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.

José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Francisco Miguel Duarte.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Manuel Paiva Jara.
 Lino Carvalho de Lima.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Víctor Henrique Louro de Sá.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Taboada Brás Pinto.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Armando dos Santos Lopes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Gomes Vasco.
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.
 Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 João Soares Louro.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.

Partido Social-Democrata (PSD)

António José dos Santos Moreira da Silva.
 Eduardo José Vieira.
 José Ferreira Júnior.
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.

Centro Democrático Social (CDS)

Abel Fernando Coelho Santiago.
 Rui Garcia de Oliveira.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo Vasconcelos*.